

REVISTA DO



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

I Trimestre
de 1944

INDICE

GASTÃO PENALVA — <i>Prof. Walter Spalding</i> ..	3
A ESTÂNCIA — <i>General João Borges Fortes</i>	8
GENERAL JOÃO BORGES FORTES — Sauda- ção de <i>Aurélio Porto</i>	27
OS ALVES VALENÇA — <i>João Belem</i>	32
A OBRA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL (1823-1934) — <i>Dr. Leonardo Mace- dônia</i>	40
TRANSADORES E RETIRANTES — <i>Dr. Ma- nuel Duarte</i>	55
NEMIGALHAS TOPONÍMICAS — <i>Dr. Manuel Duarte</i>	66
AS ORDENS TERCEIRAS DE SÃO FRANCIS- CO E DO CARMO — <i>Antenor de Oliveira Monteiro</i>	76
A FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL — <i>Celso M. Schroeder</i>	85
PASSO FUNDO NA REVOLUÇÃO DE 1835 — <i>Antonino Xavier de Oliveira</i>	96
REMINISCÊNCIAS HISTÓRICAS DA GUERRA CONTRA O DITADOR DO PARAGUAI — <i>Coronel J. O. Pinto Soares</i>	116
SAUDAÇÃO DE BAGÉ — <i>Coronel Danton Tei- xeira</i>	120
NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS — <i>L. G. J. — — W. Sp. — O. S.</i>	122

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Nrs. 93



I Trimestre de 1944

**SEDE DO INSTITUTO:
Rua Riachuelo, 1307
PORTO ALEGRE
Rio Gr. do Sul - BRASIL**

1944

**OF. GRÁF. DA IMPRENSA OFICIAL
PÔRTO ALEGRE**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

— Séde Social: — Rua Riachuelo n.º 1307 —

* * *

DIRETORIA :

Presidente: **Dr. Manuel Duarte**
Vice-Presidente: **Cel. Luiz Carlos de Moraes**
Secretário Perpétuo: **Dr. Eduardo Duarte**
2.º Secretário: **Dr. Jorge Godofredo Felizardo**
Tesoureiro: **Prof. A. G. Lima**
Bibliotecário: **Dr. Olinto Sanmartin**
Orador: **Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.**

* * *

COMISSAO DA REVISTA :

Dr. Eduardo Duarte
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
Dr. Jorge Godofredo Felizardo
Dr. Edgar Luiz Schneider.

* * *

A Revista está registada de acôrdo com a lei

* * *

**O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
foi reconhecido de utilidade Pública pelo Decreto n.º 4373,
de 24-XI-1921.**

* * *

ASSINATURA DA REVISTA

Ano	Cr\$ 30,00
Número avulso	Cr\$ 8,00
Números atrasados: preços especiais.	

* * *

**Toda a correspondência deverá ser remetida para o Instituto
Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Rua Riachuelo, 1307 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil**

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO XXIII — I TRIMESTRE DE 1944 — Nº 93

GASTÃO PENALVA

prof. Walter Spalding

.....
"e ouvir da sua voz macia e dolorida,
num murmurado desfiar de lembranças
— cousas de outrora,
narrativas chorosas do passado,
refulgências de um tempo
que não volta mais."

Estes versos de Gastão Penalva em seu poema patriótico **TERRA DO CORAÇÃO** parece que ele os escreveu falando de si mesmo.

Evocador do passado, de nossa velha história admirável, Penalva foi, acima de tudo, grande patrióta. Sua obra é, toda ela, um cântico de amor à terra brasílica.

"Fronte erguida. Olhar à frente.
Peito enfunado de orgulho.
Em continência à bandeira,
apresentar corações!

proclamava ele à "Mocidade fremente das escolas", à juventude que ele queria grande, forte e brasileira como o próprio Brasil.

Penalva bem podia assim expressar-se porque cumprira, sempre o seu dever e sua vida e sua obra são exemplos frisantes de amor e patriotismo.

Aos 57 anos era, ainda, moço pujante, cheio de vida e de fé, trabalhando como soem trabalhar os eleitos. E fechou os olhos, porisso, de consciência tranquila não só porque fez o que ponde pela glória da Pátria, mas também porque ponde ver felizes seus filhos e brincar com seus primeiros netos que guardarão a memória do bom vovô, — tão meigo, tão bondoso, tão carinhoso...

*

A obra de Gastão Penalva é, toda ela, como já dissemos, um grito de amor e patriotismo.

Militar, foi romancista, biógrafo, teatrólogo, poeta, jornalista e, principalmente cronista.

Suas melhores páginas, mais encantadoras, mais vivas, mais cintilantes, são as crônicas que enfeixou numa dezena de livros:

- CLAROS E SOMBRAS
- BILHETES BRANCOS
- LUVAS E PUNHAIS
- GENTE DO MAR
- BOTÕES DOURADOS
- FIGURAS DE PROA
- PATESTAS E MARAMBAIAS
- CORPO E ALMA DO PASSADO
- RAJADAS DE GLÓRIAS
- MULHERES (História e Fantasia).

Apesar-disso, seu grande livro é O ALEIJADINHO DE VILA RICA, que é a mais completa e melhor biografia do grande e inimitável escultor de Vila Rica (Ouro Preto) — Antônio Francisco Lisboa.

Um livro de evocação é FORA DO MUNDO (Cenas e paisagens da ilha de Fernando Noronha).

Como romancista, encontrámo-lo naquele suave e delicado A TECEDEIRA DE NHANDUTI, publicado em 1925.

Essa obra é o que de mais interessante foi publicado até hoje, como romance, em torno de casos da guerra do Paraguai.

Acusado de plágio pela mediocridade da época, nunca puderam apresentar o “original” porque o ORIGINAL verdadeiro foi a inteligência brilhante de Gastão Penalva.

Poeta, seu estro fulgura em todos os seus livros e seus versos brilham no poema TERRA DO CORAÇÃO, dedicado “Aos meninos das escolas, para que tenham sempre diante do solhos, como uma imagem sagrada, a configuração da nossa Pátria”, — e na Oração à Marinha, introdução evocativa ao livro RAJADAS DE GLÓRIAS:

“Não ha tremor em que teu vulto oscile.
Não ha rancores no teu coração.
Para o passado — intermino desfile —
tens sempre à boca um voto e uma oração”.

Teatrólogo, publicou a paródia, em verso, A CEIA DOS ALMIRANTES e, com Velho Sobrinho, LEGENDA DA MARINHA.

Mas, além disso, escreveu e fez representar:

- Isso acaba mal: — comédia, com Velho Sobrinho.
- De Vento em Pôpa, — revista com Velho Sobrinho e Mário Belmonte.
- Brasil da Gente, — revista com Velho Sobrinho e Márques Porto.

Dois livros curiosos publicou ainda: O HOMEM JULGADO PELOS ANIMAIS (Fábulas) e BREVIÁRIO DO AFETO E DA IRONIA.

Tinha no prélo QUARENTA ANOS DE MINHA VIDA, memórias. Tradutor, verteu para o vernáculo duas obras de grande valor

histórico; MULHERES E COSTUMES DO BRASIL, de Charles Ribeyrolles (incluído na grande série *Brasílian* da C.^o Editora Nacional) e A VIAGEM DA IMPERATRIZ (Tereza Cristina), da autoria do oficial da marinha napolitana Eugenio Rodríguez, que a publicara, na Itália, em 1844.

Alem dessas, traduziu STORMI IN VOLO SULL'OCEANO (Legiões aladas sobre o mar), de Ítalo Balbo.

Jornalista, passou boa parte de sua vida escrevendo para diversos jornais, ficando, finalmente, colaborador efetivo do "Jornal do Brasil" e, desde 1935, coredator da "Revista Marítima Brasileira".

Gastão Penalva foi, ainda, apaixonado colecionador de raridades e objetos históricos. Sua residência — ninho de amor e patriotismo — era legítimo Museu de História e de Arte.

Era, também, caricaturista amador, gênero que, porém, não cultivava.

Esta a obra bem brasileira, de exaltação patriótica toda ela, do fecundo e admirável "Irmão de alma e de letras" — o inesquecível Gastão Penalva, falecido na madrugada de 2 de março de 1944.

*

Gastão Penalva, ou melhor, SEBASTIÃO DE SOUZA, pois o primeiro é seu pseudônimo, — nasceu no Rio de Janeiro a 1.^o de janeiro de 1887, sendo filho de Ernesto de Souza e dona Ana do Amaral e Souza. Neto paterno do capitão João Batista Fernandes de Souza e dona Maria Firmina de Castro e Souza, e materno do dr. Joaquim José do Amaral e dona Maria Augusta Ferreira do Amaral. Seu tronco genealógico chega a Antônio Preto, o insigne bandeirante.

Fez seus estudos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, concluindo-os na Escola Naval. Chegou ao posto de Capitão de Corveta, no qual foi reformado.

Era casado com dona Marina Heloisa de Mendonça e Souza, filha do dr. Manuel Inácio Carvalho de Mendonça e dona Laura Bandeira de Mendonça. Deixa duas filhas: Laura Heloisa, e Regina Helena casada com o dr. Mario Marcelino Pinto, pais de Marília (n. a 11-7-1938) e Maria Lúcia (n. a 20-7-1941).

*

Gastão Penalva anunciava as seguintes obras:

- A Vida Ilustre de Ferreira Viana, com Paulo José Pires Brandão.
- São Sebastião.
- A Caricatura no Brasil.
- Esplendor do Passado Brasileiro.
- Ararigboia, o grande Índio.
- Corpo e Alma de Ouro Preto.
- Anedotário Marujo.

e mais algumas, como se verá dos trechos de cartas que mais adiante transcreveremos.

Pertencia, Gastão Penalva, ao Instituto Histórico de Ouro Preto do qual foi cofundador e autor da ata de fundação em estilo e ortografia seicentista, e era membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Academia Riograndense de Letras e dos Institutos Heráldico Genealógico e Genealógico Brasileiro, e nada mais.

O Instituto Histórico de Ouro Preto éle o fundou por amor à tradição e ao Brasil, com Vicente Racioppi, Paulo José Pires Brandão e poucos outros. Foi grande admirador dos estudos genealógicos.

Era descrente das coletividades acadêmicas. "As minhas academias, dizia-nos éle, — geralmente constam apenas de mais um ou dois membros, com quem vivo em paz e santidade. E não desejo mais nada".

Falava-nos com grande entusiasmo e inefável carinho do brilhante poeta paraense Carlos de Paula Barros. Apresentando-o, em 1935, quando aqui esteve representando o Pará na Exposição Farroupilha, disse-nos Penalva: "Sou louco por éle".

Não menor seu entusiasmo pelo dr. Vicente de Andrade Racioppi e por Pires Brandão.

Dídio Costa e Adalberto Rechsteiner, companheiros de arma e de redação da Revista Marítima Brasileira, também lhe mereciam especiais carinhos.

E só. Como se vê, era realmente pequena, mas seleta, sua academia...

Assim viveu Mas, ao falecer, bom camarada de todos, seu nome aureolado atraiu inúmeros admiradores e seu sepultamento foi uma consagração.

Grande alma, grande amigo, coração boníssimo, bem merecia, por tudo isso, e pelo seu incomensurável patriotismo, a consagração final.

*

Completando esta breve nota de homenagem e saudade, transcrevemos, a seguir, trechos de cartas a nós dirigidas:

"Estou escrevendo um livro formidável (pelo número de páginas), A MARINHA DO MEU TEMPO. Há tanta coisa a dizer! *Quê tal?* — como diz o Osvaldo Aranha". (Carta de 8-1-1940).

"Também eu estudo agora a vida do bandeirante Antônio Preto, o luso que chegou a S. Vicente em 1562 e fundou minha família pelo lado materno. E' o assunto de próximo trabalho a que darei o título — *DE*

ANTÔNIO PRETO A MARÍLIA — já tendo feito a árvore genealógica. De um limite a outro decorrem longos 376 anos de existência puramente brasileira. Sou brasileiro há quatrocentos anos!" (20-2-1940).

"Projetos literários? DE ANTÔNIO PRETO A MARÍLIA e A MARINHA DE MEU TEMPO constituirão um volume único de memórias, quasi no prélo. As MEMÓRIAS DE LORD COCHRANE, tradução minha. Quasi pronto o ANEDOTÁRIO MARUJO, seguido da GIRIA MARUJA. Terminei em minha casa (fato virgem no Brasil) um curso de história e evolução da cerâmica, a pedido do pessoal dos Museus. Um sucesso! Comecei com seis alunos, e acabei com 150. Isso também dará um volume. A terminar para princípio do ano, o FERREIRA VIANA. A atacar, o ARARIGBOIA, como protesto ao inexpressivo Quairacá que querem trazer justamente para o lugar onde o outro se celebrizou. E como genealogia, um estudo alentado — BRAZONÁRIO DA ARMADA. (11-11-1941).

Deste Brazonário publicou dois ou três capítulos na "Revista Marítima Brasileira" (1943).

"Entraram para o prélo as minhas memórias. Tem o título: QUARENTA ANOS DE MINHA VIDA". (2-3-1942).

Na última carta que nos escreveu (5-1-1944) dizia-nos de seus males:

"O ano findo foi terrível para a minha saúde. Uma grave operação no começo e um grave pleuriz no fim. Estou de partida para uma longa estadia fóra do Rio, de melhor clima".

*

Penalva partiu... partiu para sempre, para a eternidade feliz, deixando neste mundo os amigos desolados e, principalmente, a família — esposa, filhas, netas, essa encantadora MARÍLIA que ele tanto amava e que, disse-nos numa de suas cartas, — "sente como eu sinto, e chama-me de Amigo", e essa ainda pequenina MARIA LÚCIA...

Partiu, sim, mas — consolêmo-nos — sua obra ficou e ficará a falar-nos perenemente de seu grande coração de amigo e patrióta

"num murmurado desfiar de lembranças
— cousas de outrora,
narrativas chorosas do passado,
refulgências de um tempo
que não volta mais"...

A ESTANCIA

DISCURSO PRONUNCIADO

Pelo

General JOÃO BORGES FORTES

Ao tomar posse do lugar de socio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 22 de Outubro de 1931

— Reeditando o presente discurso que o saudoso consócio general Borges Fortes publicára em folheto, em 1931, não só prestamos mais uma homenagem à sua memória, como também aos estudiosos, pois esse brilhante ensaio está completamente esgotado.

Snr. Representante do Exmo. Snr. Interventor Federal. — Exmo. Snr. Presidente do Instituto. — Ilustres Snrs. Membros da Diretoria. — Exmas Senhoras. — Meus Senhores.

Através quasi meio século de atividade social, na minha idade de quasi sexagenário, tive sempre uma preocupação dominante, a conservação de minha personalidade.

Nem os doces laços da obediência no seio do lar afetuosos, nem a disciplina imposta pelo gênero de profissão que abracei, nas honrosas fileiras do nosso Exército, abnegado e glorioso, nem a subordinação inevitável ao meio social em que tenho existido, nem o contato com os homens, eminentes ou obscuros, muitos de fina inteligência, de peregrino caráter, de aprimorada compleição moral, fulgurantes alguns pela posição, singelos na sua maioria, bons e modestos; nunca permiti que se me apagasse a personalidade.

Bem ou mal inspirado, certo ou errado, sempre quis ser eu, eu mesmo...

Amor próprio exagerado, orgulho, pretensão desmedida, fosse o que fosse, eu esforcei-me sempre por guardar invariavelmente a minha personalidade.

E na presente conjuntura, neste instante feliz da minha vida, eu sinto que a minha obstinação foi vã, o meu esforço perdeu-se: a minha personalidade se dilue e se apaga diante da magestade desta assembléia, dentro do recinto sagrado deste templo, para dela permanecer, tão somente, o colaborador da vossa transcendente obra.

Some-se e funde-se a minha individualidade perante vós, sacerdotes conspícuos do culto do nosso passado, das nossas tradições, das glórias da Terra natal, do nosso Rio Grande.

Culto que eleva, que engrandece, que dignifica; religião de patriotismo, doutrina cívica, evangelho de fé nos destinos de uma raça que fundou uma pátria, alargou-a, cimentou-a com seu sangue, defendeu-a e conservou-a galhardamente, e que acariciando-a e estremecendo-a cada vez mais entranhadamente, há-de-saber transmiti-la para receber igual consagração de seus filhos, e dos filhos desses filhos pela eternidade em fora.

Na prática do ritual de vosso culto, este Templo descerra agora o seu pórtico para por ele entrar, não um novo crente, porque sempre comunguei no vosso credo, porém, um acólito humilde, que vem trazer-vos a sua exígua cooperação para a grandiosa missão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Toda a obra humana é necessariamente de solidariedade: herdamos hoje o concurso das gerações que nos antecederam e não podemos prescindir, para qualquer tarefa, dos contingentes de grandes ou minúsculos. No meio destes me alinho eu: trago o coração cheio de ternura para transformá-la em agradecimentos pela honra que me concedeis abrindo-me na vossa companhia, e o espírito iluminado no clarão da mesma crença, a inteligência votada ao mesmo esforço que faz a transcendência de vossa missão, cultivar o passado e elevar o Rio Grande a maior glória no porvir.

Como vós, gosto de debruçar-me sobre os velhos documentos dos arquivos, auscultar o que eles nos dizem das épocas extintas da vida de nossa terra.

Sinto imenso prazer espiritual em reviver figuras, desaparecidas objetivamente, arrancando-as do pó das idades, não do esquecimento, porque aqueles que ressurgem na história e na tradição, não se apagam nunca: Estamos sempre sob o seu influxo como forças místicas das famílias e da nacionalidade e os mortos governam os vivos sempre e cada vez mais.

E' delicioso arrancar das brumas de um pretérito longínquo as nossas lendas e tradições de família e de povo, retocar quadros esmaecidos de priscas épocas.

Para que?

Se os nossos olhos se aprofundam na indagação do que passou, o espírito se ilumina com a visão do futuro: o estudo do passado mostra-nos o que esta terra querida mereceu de labuta, de sacrificios, de abnegação dos nossos ancestrais, para no-la legarem gloriosa, extensa, magnânima, fonte de nosso maior orgulho, ídolo dos nossos corações.

E dessa visão, nos vem a intuição de que precisamos deixar inabalavelmente gravada na alma dos nossos pósteros, a convicção de que esse passado não poderá ser desmentido e que eles devem ser os continuadores da mesma grandiosa tarefa, seguindo os exemplos legados pelos que viveram antes e para os quais a dedicação, o amor à sua terra nunca tiveram limite e que jamais regatearam o valor dos serviços a ela prestados.

Apóstolos dessas doutrinas, alimentamos o fogo santo do patriotismo, insuflamos as almas dos moços da chama viva do ardor cívico, prendemos na mesma corrente as glórias do passado e as esperanças do futuro.

*

* *

Abrindo-se neste tabernáculo o livre debate às questões que interessam à nossa história, vamos arrancar na mole dos arquivos, da ganga impura dos preconceitos, das injustiças, dos erros, a gema preciosa da verdade, para fazê-la resplandecer.

Só a análise meditada, metódica, comparativa e minudente permite chegar a conclusões seguras no exame de acontecimentos históricos. Homens, fatos, instituições, sofrem a influência dos sentimentos e paixões de sua época e a história escrita padece deturpações às vezes clamorosas.

Vós todos, senhores, podeis apontar, a qualquer momento, séries de julgamentos falsos ou tendenciosos que se vão encravando na história, quer com referência a personalidades, quer quando se trata de instituições ou acontecimentos, muitos se vos tendo deparado nos dias mesmos de vossa existência.

Os nossos estudos podem reparar parcial ou integralmente esses erros e isso será fazer obra sadia, creadora, benéfica e altruística.

O Rio Grande precisa do seu Instituto Histórico para preservá-lo das injustiças e ilusões dos historiadores tendenciosos.

*

* *

Temos assistido em nossos dias o julgamento em torno de homens que são justo motivo de desvanecimento para o torrão gaúcho e, no entanto, mal apreciados em sua ação e serviços à coletividade:

instituições que serviriam de paradigma a imitar e seguir, deturpadas em seus intuitos e resultados, pelo estrabismo de falsos sociólogos.

Momento houve em que o aulicismo tentou vilipendiar e torcer a verdade histórica para destruir o padrão monumental de nossa justa ufanía, a Revolução imortal dos Farroupilhas !

*
* *

Por que meus senhores, o Rio Grande desperta antagonismos: não vimos um escritor de raça e de fama, conhecedor desta terra, estudioso e severo, talvez demais, a ponto de obliterar o justo conceito, dizer que éramos heterogêneos na civilização brasileira e que estávamos fadados a ser em prazo mais ou menos breve uma colônia ou província daquem-mar, do então poderoso e hoje derruido Grande Império Germânico?

Não sabemos todos que o Rio Grande era, neste mesmo instante que vimos de viver, apontado como o filho díscolo da família brasileira, preparando-se para abandonar a comunhão nacional e proclamar-se independente?

E quem proclamava essa mentirosa asserção? Não nós riograndenses, mas os sabujos de um poder corrompido, propalando ardilosamente tais falsidades e aleives. Quantos leitores ingênuos ter-se-iam imbuido dessa pérfida informação e, se tiverem de escrever amanhã sobre o momento em que se realizou a Revolução de 1930, irão repetir inadvertidamente essas infundadas versões?

O Instituto Histórico tem como uma de suas finalidades extirpar a mentira e restabelecer o predomínio da verdade. De minha parte contribuirei para isso na medida de minha capacidade porque revoltam-me as balelas de germanismo e de separatismo, falsas, falsíssimas, sem base, artificiosas.

O Rio Grande do Sul é fundamentalmente brasileiro; jamais desvirtuou-se do mais ardente nacionalismo. Revolto-me contra essas deturpações que não podem alcançar os degraus imaculáveis da História.

Revoltam-me conceitos que insinuam ser o riograndense elemento heterogeneo na comunhão sociológica de nossa Pátria. As condições do meio e da atividade social nos diferenciam, é certo, de alguns outros elementos do Brasil.

Somos principalmente um povo de pastores e vivemos num território de horizontes ilimitados, — as nossas campinas verdes e risonhas. Temos necessariamente de ser diferentes dos homens das cátingas espinhentas do sertão ou das florestas bravias da Amazônia, como estes se diferenciam dos habitantes litorâneos, marinheiros e pescadores.

Pelo que conheço, porém, do Brasil, em pleno Goiaz ou no Mato Grosso, nada há que distinga um tropeiro gaúcho de um boiadeiro planaltino, vivendo ambos o mesmo gênero de vida, tanger as suas manadas por estradas e rodeios.

E que importância teria essa diferença? Não é possível, que sob determinados aspectos, sejam iguais homens que vivem sob tão variadas situações do meio físico, desde o Equador até muito abaixo do trópico, desde as ardentias do Norte às geadas e ao minuano da nossa campanha.

Que importância tem essas diferenças físicas ou morais quando nos aproxima, em compensação, e nos une, um mesmo espírito de Pátria, a mesma língua, uma única crença religiosa, um passado histórico comum, forças místicas convergentes, um unânime ideal político e humano?

✱

✱ ✱

A manifestação mais correntia do antagonismo a que venho de aludir é a lenda, muito generalizada, de que os riograndenses se caracterizam por um gênio combativo e agressivo.

Combativos, sim: agressivos, não.

Somos combativos os do Rio Grande. Combatemos ontem e hoje, combateremos amanhã, quando o Brasil exigir o sacrifício sangrento de seus filhos e estamos também certos de que a semelhante apelo acorrerão fundidos na mesma mole com os gaúchos brigadores, os filhos intemeratos do Norte, os nossos irmãos do Centro, todos os brasileiros...

Combativos! Pois porventura se não fora o espírito combativo poderia o Brasil expungir das terras do Norte o holandês invasor, numa resistência heroica que é a glória de pernambucanos e seus vizinhos?

Poderia sem espírito combativo libertar-se a nossa Guanabara formosa da garra audaciosa dos Villegaignan e Duguay?

Poderia a Baía sem espírito combativo sacudir o jugo português e integrar-se na comunhão nacional, depois de vencer nos campos de Pirajá?

Combativos somos todos, senhores. Pela nossa grandeza, pela nossa terra, pela nossa independência soberana, pela nossa honra.

✱

✱ ✱

Os riograndenses não são agressivos. Como se poderia gerar esse atributo? De onde proveio a população gaúcha?

Começou por um pequeno grupo de obscuros lagunistas, vindo pacificamente arrotear as terras e apascentar os gados, alí no Viamão. Nem uma espada, nem um duce...

Se traziam armas era para se defenderem.

Vinham em missão de paz: — de paz e de trabalho. Cumpriam a vontade de seu Rei, que os mandára como vanguardeiros no território que ele reputava pertencente à sua coroa, ao legendário Portugal.

As lutas que empreenderiam teriam objetivo especial, dominar não sôbre os homens, porém, sôbre aquela terra selvagem na sua virgindade, sôbre os desertos imensos daquelas paragens distantes.

Lavradores e pastores, os lagunistas tinham outrora deixado a terra dos bandeirantes. Traziam impregnado nas suas almas o espírito das **bandeiras**, avassalar o sertão, alargar fronteiras, aumentar a glória do pavilhão das quinas, mas não traziam o braço afeito aos processos dos bandeirantes.

Estes foram, na verdade, agressivos.

Não aceitavam partilha na sua ânsia de domínio territorial. Iam procurar o adversário, quer fosse o índio, quer o padre, quer o castelhano, para arredá-lo, para recalçá-lo sempre para mais longe dos sítios que eles queriam e impunham que fosse o Brasil.

Abençoado espírito agressivo, que nos legou esta Pátria tão grande e tão rica de futuro !

*
* *

Os escassos companheiros da frota de João de Magalhães não eram caldeados no mesmo cadinho dos intrépidos desbravadores. Vinham trabalhar. Vinham construir.

A obra da agressão é efêmera. Após a passagem da onda o que resta é a ruína, o sangue, a destruição. Depois dela tem de vir o trabalho, a construção, o elemento fixador que se radica e eterniza.

No Rio Grande o fenômeno não apresentou diferenças. Tivemos a fase da agressão bandeirista. Nada deixou.

O que durou, o que se perpetuou foi a frota de Magalhães. Não bastou esse núcleo, por diminuto.

Após ele vieram as duas mil famílias açorianas. Traziam o espírito da conquista? Trariam eles o germen da agressividade que nos querem emprestar?

*
* *

Como poderiam aqueles homens da Laguna, tão simples, tão pacíficos e patriarcais, tranquilos na sua atividade rústica transmitir aos seus descendentes o espírito destruidor e pernicioso da agressividade?

Ao contrário, deles partiram os primeiros exemplos de resignação ao meio, de conformação com o quasi abandono a que foram votados, do cumprimento integral do dever que lhes foi imposto, de renunciarem aos primitivos lares para se virem lançar no desconhecido: eles foram modelos de submissão à vontade de seu Rei e nos deixaram essa

lição admirável, o sacrifício pessoal para o bem de sua Pátria. Este era o movel que os impulsionava quando desceram para o Rio Grande de São Pedro.

E os açorianos? Eram eles pobres emigrados que a asa da desgraça, caindo sobre seus lares, atirava para fora do ninho nativo.

Pacíficos, avessos às armas, refratários ao serviço militar eram esses filhos do Arquipélago, como se pode verificar do juízo de seus historiadores e da própria letra do contrato real que autorizava a sua transplantação para as terras virgens do sul do Brasil.

Provimos, pois, de gente pacífica, não temos de quem herdar o espírito de agressividade. Como poderíamos nos transformar?

A escola que esses ancestrais nos ministraram não foi a de luta, da pugna e dos conflitos: foi outra, foi a do trabalho. Lagunistas e açorianos não tinham outro objetivo que o de lavrar ou apascentar. Era dominar a terra com o esforço de seus braços, com o suor de suas frentes. E no entanto, césaes sem espada e sem legiões, chegaram, viram e venceram.

Quem conquistou o Rio Grande para o Brasil não foi nenhum general valoroso e feliz; não foram vagas de soldados atirando-se contra falanges inimigas e arrasando trincheiras e fortalezas. Temos, é certo, glórias militares, temos a nossa legenda de heróis de espada e de lança, aos quais devemos louros e vitórias que nos despertam reconhecimento e entusiasmo.

A meu ver, a conquista do Rio Grande se deve a um elemento exclusivo de trabalho, num esforço lento, tranquilo e gradativo de infiltração.

A obra imperecível da construção do Rio Grande é o fruto dessa instituição que se conservou até hoje como basilar da nossa existência — a estância.



A estância é a célula matriz do Rio Grande.

Foi a criação da primeira invernada de gados trazidos das campanhas de Buenos Aires, como está demonstrado no meu livro *Troncos Seculares*, a semente fecunda lançada no Continente e de que brotou essa obra admirável que é o nosso Rio Grande.

A criação da primeira estância radicou a ocupação lusitana numa terra que era, e continuaria a ser, pomo de discórdia com a Espanha, discórdia que os Tratados não logravam dirimir e que nem mesmo a incontrastável autoridade do Papa pudera remover.

A estância surgiu numa terra de ninguém, virgem da civilização, ocupada pelas tribus selvagens e esparsas, desconhecida, abandonada e não obstante, já cobiçada.

Com o advento dos Lagunistas as estâncias se multiplicam, já não é mais um fogão perdido no espaço imenso; forma-se o núcleo de fixação portuguesa hoje, brasileira no outro alvorecer.

Não haveria mais força capaz de destruir aquele fóco de resistência. Era o novo lar. Tinham chegado os ocupantes àquelas paragens depois de riscos, sacrifícios e canseiras: com a energia de seus braços, haviam transformado o solo bruto em eitos e lavouras, — amansaram o gado bravio que ruminava em torno de seus ranchos, — com esforços exaustivos construíram as suas móradas rústicas, abrigo das esposas resignadas e dos filhos estremecidos. Viviam no isolamento forçado, longe da colônia, esquecidos da metrópole, ignorados pelo resto do mundo...

Tentassem agora arrancá-los daqueles pagos e proclamá-los intrusos...

Nunca mais recuariam. Aquilo agora era deles. A estância se fizera povo, o povo creára uma pátria, sua, inalienável e irredutível.

E em amparo da Pátria nascente veio a velha metrópole com a força armada, com a tropa e com a fundação do Presídio, nas areias brancas de Jesus, Maria José. Levantaram-se as trincheiras e os espaldões, espalharam-se as obras defensivas tendentes a firmar o domínio incipiente das armas portuguesas nas terras remotas do Continente.

A' sombra e com o amparo dos canhões e das espadas a estância prosseguiu a sua marcha progressiva de alastramento...

As terras foram doadas para o Sul na direção da Colônia do Sacramento: as sesmarias atravessaram o rio São Gonçalo, subiram pelo litoral buscando Viamão, passaram o Gravataí.

A estância seguiu a sua infiltração.

A estância, símbolo do trabalho, fóco de resistência, raiz que mergulhava fundo no solo, fronde que frutificava, padrão de soberania, marco miliário de conquista pacífica, porém, definitiva, de mais glebas daquelas terras benditas para a pátria nascente!

*

* *

Meus senhores:

No doce remanso da paz decorreu o primeiro ciclo de existência do Continente do Rio Grande de São Pedro.

Alí pelos anos de 1734 a 1737 ouviram-se os écos longínquos da luta em Sacramento e neste último ano sentira o Rio Grande o refluxo benéfico daqueles combates. Chegavam as hostes de Silva Pais, porém, logo cessava também o tumulto da guerra. Os soldados que haviam assentado tendas na vizinhança, os Colonistas, traziam a missão predeterminada de radicarem o domínio português e de servirem de escudo protetor àqueles devotados povoadores do Viamão.

Lagunistas e Colonistas confundiram-se na mesma faina: a terra era acolhedora. Tão carinhosa e boa que cativava logo os recém-chegados. Silva Pais tomou-se de encantos por ela. Os Dragões que ele criou transformaram-se em amparo protetor e em semeadores da prosperidade na Pátria nova.

Instalaram-se nas terras, espalhavam a sua boa fortuna e abandonando os hábitos guerreiros iam-se afazendo à nova atividade; laboravam o solo, fundavam estâncias e com a mudança de hábitos iam alcançando o bem estar, a prosperidade e a riqueza.

A estância ia vencendo na sua obra de radicação.

Passaram-se nessa tranquila, promissora e fecunda paz décadas continuadas.

Ainda pela paz, numa recíproca cordialidade de sentimentos, no mais sincero propósito, chegavam em 1753, vindos de extremos opostos, rumo do coração de nossa terra, duas colunas de exércitos.

E ainda desta vez, senhores, não entrava aquele contingente nas terras do Rio Grande com o espírito destruidor da guerra. Falanges de soldados embora, objetivavam uma missão exclusivamente de paz. Vinham demarcar, com recíproca boa vontade, a linha de fronteiras que os dois povos secularmente antagônicos, portugueses e castelhanos, haviam assentado para divisa de suas terras num desejo real de acabar definitivamente com os motivos de conflitos na América do Sul.

Juntos os dois exércitos, irmanados na mesma causa levaram por diante a sua missão e se correu o sangue nas campinas do Rio Grande não foi porque a gente do Continente provocasse o seu derramamento.

Gomes Freire bem quis evitar os sacrifícios. Agredido no Rio Pardo, hostilizado no Jacuí, conmporizou com os chefes guaranis, instigados pelos padres rebeldes. Confabulou com os índios, estabeleceu um acôrdo e sempre pacificamente, alcançou para a civilização lusitana a imensa área de terras que vai desde Jacuí ao Taquarí, terras que, distribuídas logo em estâncias, ficaram incorporadas de vez ao patrimônio de nossa nacionalidade.

A estância continuava a sua obra pacífica na evolução do Rio Grande.

O General, o administrador emérito não entregava a guarda dos domínios adquiridos aos arcabuzes ou às lanças... Doava as terras aos que quisessem povoar com os seus gados ou amansar com suas charruas.

A estância era a posse, era a radicação, era o futuro assegurado definitivamente...

Por esse tempo já haviam chegado os últimos casais, haviam afluído novos habitantes atraídos pela bondade da terra e de seus ocupantes, pela facilidade de adquirir o bem estar e a prosperidade.

E assim foram decorrendo os dias até 1763, quando, após quarenta anos de tranquilidade e de paz, o raio da guerra ribombou separando castelhanos e continentinos.

*

* *

Nesse largo período como decorria a existência daquele povo? Trabalhava. Ganha definitivamente pela sabedoria de Gomes Freire a enorme área ao oriente do Jacuí o Rio Grande crescia de proporções, a obra civilizadora tinha vastidão de terreno para operar.

As negociações diplomáticas na Europa firmavam os seus tratados e a nossa fronteira avançou consequentemente para o Sul daquele rio, atingiu as margens do Camaquã e para lá desceram também as estâncias, como vagas de assalto ganhando dianteiras para a posse do território.

A estância, sempre a estância, era o instrumento pacífico da conquista.

Onde então, senhores, os façanhudos guerreiros que com sangue, a poder de braço e de cavalos, de valentia e de heroismos foram alargando as fronteiras? Onde estão os grandes cabos que empunhando armas, em gestos de arrojo e de coragem ganharam tão esplêndido galardão?

Até aquele morto nenhum nome aparece.

O que se fez foi sempre uma ação serena, pacífica — trabalhar...

Afeiçãoava-se aquele deserto à vontade do homem. Transformava-se o aspecto bravio daquelas paragens até então ermas e desoladas em campo de atividade laboriosa, no pastorejo dos rebanhos de gados selvagens, no arroteamento da gleba, na criação de uma vida social pela troca recíproca de auxílios, pela comunidade de interesses e pelo estreitamento das famílias que se iam espalhando e prosperando.

Foi assim, foi por esse processo tão simples e tão humano e pacífico que se foram formando os novos núcleos de população e que, ao surgir no horizonte o fantasma rubro da guerra, já havia no Rio Grande uma pujante solidariedade de sangue, de interesses, de objetivos, que faria despontar naquele meio tranqüilo de pastores e de lavradores o espírito de defesa e portanto, determinaria também o surto dos chefes militares, criados não por um atavismo belicoso, não porque se tivessem educado ouvindo lendas de heroísmo de sua gente, ou porque tivessem contemplado lutas e batalhas...

Tinham vivido quarenta anos de labor, de sacrifícios duros, de trabalhos sem fim, de construção hercúlea para fazerem a sua Pátria, aquele feliz Continente do Rio Grande de São Pedro.

Era uma terra de paz e de trabalho.

* *

Onde, pergunto, fomos buscar o espírito de agressividade? Os primórdios de nossa existência demonstram positivamente que a escola de nossos fundadores não se empenha de conquistas marciais: não se encontra nesse ciclo inicial um chefe guerreiro, uma bandeira desfraldada sob o fumo da metralha.

E no entanto! A conquista prosseguia, a estância, a estância avançava mansamente, légua a légua, e se a bandeira não se desfraldava nos topos das colchilhas ou nos mastros dos baluartes, os esteios de cada estância que se erguia valiam por muito mais do que os canhões. Dentro de suas paredes palpitavam corações inflamados de amor pela sua terra, peitos que se alinhariam para defendê-la, braços que se armariam para abater quem lhes quizesse experimentar o valor.

E' que a estância era o lar: era o berço dos filhos, o túmulo dos que haviam partido... Era o futuro da família, a base de sua existência e de sua prosperidade. Era a bem-aventurança da riqueza e a alegria de gozar o fruto de um trabalho honrado; era tudo isso e era muito mais: era um rincão do seu Continente, era um pedaço de sua Pátria!

* * *

Aquele longo período de paz correrá tão feliz e socegado que nem a metrópole se lembrara de reforçar a resistência necessária contra as investidas de um inimigo irreconciliável e secular como o seu vizinho da península ibérica. O Rio Grande não tinha soldados. Pelo antigo Presídio e pela fortaleza do Rio Pardo havia os remanescentes dos velhos Dragões que Silva Pais criara.

Exerciam autoridade administrativa, uma jurisdição civil, dirimindo conflitos de interesses e de pessoas.

O Continente subira na categoria administrativa do Brasil. Já era uma Capitania com séde no Rio Grande e o seu governo estava entregue a uma alta patente, um Coronel.

As populações se multiplicavam e de seu agrupamento surgiram as freguezias de Santo Amaro, Rio Pardo, Taquarí, Santo Antônio, de Mostardas, de Cachoeira...

Toda a atividade era pacífica embora se houvesse criado para atender a conveniências de natureza social e cívica, uma hierarquia de capitães e tenentes que desempenhavam as funções públicas e administrativas, no interesse da ordem coletiva.

* * *

A estância tinha sido até então a mansão socegada da paz. Era a escola do trabalho, não preparava os riograndenses para outro destino.

Se os laços atávicos não os predispunham para alimentar uma índole belicosa, se o gênero de vida que exercitavam era todo ele de labor e de ordem, se o período longo de absoluta harmonia com seus lindeiros não lhes despertava pruridos de luta; se o próprio abandono pelos governos do reino e do Brasil, que deixava a Capitania desarmada e vazia de soldados era razão para abater os estímulos guerreiros, como se pode dizer que temos espírito de combatividade agressiva?

O Continente de São Pedro surgiu, cresceu, prosperou pelo trabalho de seus filhos e a sua escola, a sua oficina foi a estância. E não pararia aí a sua obra criadora.



Em 1763 um choque violento das armas castelhanas era vibrado contra as instituições que os brasileiros haviam levantado nas plagas continentistas.

Repercutiram em São Paulo e no Rio de Janeiro os ecos das ameaças que caíam sobre os filhos do Rio Grande. O governo apercebeu-se tardiamente do seu descuido e tratou de promover a repulsa ao insulto do inimigo, que, forte e audacioso, se dispunha a recuperar em uma campanha avassaladora tudo quanto a Espanha perdera durante aqueles decênios em que a ação lenta e alastrante da estância tanto ganhara na consolidação da obra de nossa raça.

A onda de sangue e de destruição prosseguiu. Embalde lançamos a exiguidade de nossa força contra o ímpeto do inimigo. Os fortes, os canhões e os soldados cediam ao peso formidável da investida inopinada; eram poucos os nossos, numerosos e melhor armado o adversário; bisonhos os nossos soldados, quebrantados pela longa paz; inflamado pela vitória o invasor. A bandeira das quinas teve de cair do alto das arruinadas muralhas dos fortes do Rio Grande para nos seus mastros ser arvorado o pavilhão castelhano.

Coronéis e dragões recuaram; chefes e soldados abandonaram a resistência e saíram de suas linhas para buscar amparo e novos alentos. E vieram para o seio acolhedor daqueles agora velhos estancieros do Viamão, para o ninho maternal daquela terra, sob o abrigo daquele povo pacífico e laborioso que repudiava a guerra e que ainda não a conhecera.



A estância escola de paz, a estância oficina de trabalho se transforma desta vez, radicalmente.

A estância foi a resistência e foi a reação. Como podiam ser en-

tregues ao castelhano aquelas terras, aqueles lares, as lavouras que por tantos lustros tinham sido a vida de seus filhos, e os rebanhos que eram a sua fortuna? E os seus povoados e o chão onde repousavam os seus mortos, os seus bens materiais e as suas recordações, aqueles pagos que eram a Pátria, quanto tinham de mais querido na vida, aquilo que, acima de tudo, era ainda mais alguma cousa, a honra de seus nomes, a honra do Rio Grande ?!

A estância transforma-se radicalmente. Surge a atividade febril da resistência para substituir a índole mansa daquele povo.

Do canto de cada solar ressurge uma pederneira, um trabuco ou uma lança para repelir o invasor. A estância que era escola de labor era também escola de resistência, na adaptação do homem à rudeza da luta contra o meio físico, de desenvolvimento de sua robustez corporal, pela vida ativa e livre nos campos e rodeios e mais, dava ao riograndense uma forte envergadura, pois que no isolamento de seus domínios o homem das estâncias precisava ser enérgico, resoluto, intemerato, tudo tinha a decidir e completar pelas suas próprias faculdades e recursos.



A estância que desconhecia o amparo material do Estado, que testemunhava a deficiência e fraqueza dos soldados, que se cobria de vergonha ao assistir à pusilanimidade do chefe e representante da pública administração abandonando atrás de si os farrapos de sua honra, com os destroços da derrota, a estância, improvisou chefes, enfileirou soldados, atirou-se à luta...

Datam desse instante doloroso os primeiros feitos militares dos filhos do Rio Grande.

Foi o primeiro na reação o velho estancieiro Francisco Pinto Bandeira, que na Tratada deteve a marcha vitoriosa das tropas inimigas.

O estancieiro faz-se miliciano. Eis o seu retrato pintado na época:

"O miliciano é um homem estabelecido e abonado que no serviço do soberano apresenta-se armado, com asseio, com presteza, com honra e com valor...

e gosta de servir ao Estado por se honrar e aos seus, o que não lhe é penoso como ao soldado pago, porque o miliciano tem de sua casa quanto quer e tudo o que lhe pede presta no real serviço; está pronto para a guerra, independentemente do soldo do Príncipe, sem deixar ao mesmo tempo de velar pela sua fazenda nem de prestar a sua propagação, tanto por si como por seus filhos".

Descem para o Rio Grande as tropas reais e os reforços dos paulistas afim de repelir o audacioso espanhol.

Começa aquele longo período de 11 anos em que tivemos de assistir ao ultrajante domínio de Castela sobre uma terra que fora nossa. O ambiente se transformara. O agricultor, o senhor de fazenda, os seus filhos, os seus fâmulos e agregados, todos se animavam para a guerra, para lavar a afronta aos brios da nacionalidade. E o Rio Grande tenta a reivindicação.

Os seus habitantes atiram-se à luta. Figura máxima dos lidadores foi aquele portentoso gaúcho Rafael Pinto Bandeira, filho do Continente, criado no ambiente sadio da estância, que nas arriadas e monterias, nos assédios e nas batalhas não deixam mais socego ao invasor.

Não eram impulsos de agressividade atávica, mas o sentimento legítimo de defesa, na mais santa das reivindicações, os que transformavam aquela população pacífica, ordeira e laboriosa, para atirá-la ao fragor da luta, aos azares da fortuna, nos vaivens das campanhas, faltos de conforto, jogados para um lado e outro, afrontando canhões do inimigo, fugindo às suas emboscadas, cruzando cochilhas e várzeas, mal armados, abandonados à sua própria sorte, avigorados sempre, porém, por um sentimento único, forte, irredutível, reconquistar o Continente para a sua verdadeira Pátria, o Brasil.



A vitória veio um belo dia, senhores.

O castelhano foi arrojado para dentro de suas fronteiras, recuperávamos o perdido território; havíamos lavado com a vitória, a honra do nosso nome, a mácula de nosso pavilhão.

Essa vitória, aí de nós, não foi integral. A Colônia do Sacramento fora destruída. O primeiro cuidado do chefe espanhol foi pôr abaixo aquelas trincheiras, arrasar o padrão das glórias lusitanas no Prata, a meta, o objetivo dos esforços homéricos de tantas gerações, de tantos anos...

As ameias e baluartes que haviam testemunhado feitos gloriosos da bravura portuguesa e brasileira tinham desaparecido. O arrogante Ceballos fê-las por terra...

Gomes Freire de Andrada exalou o último suspiro de uma exemplar existência ao receber a dolorosa notícia desse feito. A Colônia não voltou às nossas mãos.

Tinham-nos sido prometidas em troca, muito tempo antes as terras das Missões e sobre estas havíamos exercido um predomínio efêmero. Os riograndenses não se conformavam com o ultraje e com a lesão. E um dia, das estâncias saiu um punhado de gaúchos destemidos, de homens intrépidos que decidiram num golpe fulminante de audácia realizar o que era a mais estupenda das façanhas, — a integração do Rio Grande pela conquista das Missões.

Foi dos fogões dos posteiros, não foi dos quartéis que saíram os esquadrões de conquistadores.

A integração do Rio Grande era mais um esplêndido fruto da estância. Ela fizera o nosso Estado, ela o conservara, o defendera, o desafiara e finalmente num gesto imponente de bravura e arrojo alcançara as barrancas do Uruguai.

*

* *

Atalaias da nacionalidade, as estâncias espalham-se pela superfície das terras recém-ganhas e prosseguem a sua missão consolidando a obra temerária de Borges do Canto e de seus companheiros.

Estava o Rio Grande constituído definitivamente.

Até então jamais vimos uma agressão da nossa gente. Nos primeiros tempos patriarcais da nossa existência fomos simples e rudes agricultores e criadores de gados; afrontados pelo invasor defendemos, como homens, os lares sagrados e quando conseguimos arrancar da nossa terra a planta do invasor verificamos que ainda havia ultraje a reparar. Só uma reivindicação violenta lavaria o agravo. Foi exercida. De simples homens de paz nos fizéramos soldados para defender brios imaculáveis. Agressivos jámais !

*

* *

Combativos, fomos e continuaremos a ser, senhores, como todos os filhos desta imensa terra de Santa Cruz. Combatentes pela nossa honra, pela nossa liberdade, pela Pátria, em quaisquer circunstâncias porém, a par disso, amantes da paz com os nossos vizinhos e irmãos, esforçados trabalhadores pela prosperidade das nossas gentes e do nosso solo, ordeiros, cultuando a liberdade e a justiça, modestos nas nossas aspirações que se cingem a procurarmos a própria felicidade e alegria com a alegria e felicidade sobre a superfície inteira do Brasil.

Nunca sonhamos em calcar com o tacão de nossas botas o chão estrangeiro em missão de conquista; nunca nos prevalecemos de um poderio momentâneo para sufocar os direitos de outrem sob o guante do despotismo, nunca erguemos monumentos que se cimentassem sobre despojos humanos e o sangue inocente das vítimas de nossa ambição.

Somos uma raça de homens que se inspiram nos sentimentos de elevado amor próprio e de amor aos seus semelhantes, tais como o foram os troncos fundamentais que fizeram o Rio Grande.

Essa superioridade de sentimentos que constitui a trama, a base de nossa existência, nos tem levado algumas vezes à guerra. E, lan-

çados nela, aceitamo-la com todas as suas consequências, sofremos-lhe os encargos e suportamos os sacrifícios; assistimos ao tombar de nossos filhos e irmãos, presenciamos as ruínas que ela arrasta em seu bojo, vemos desabar a nossa fortuna, porém, jamais embainhamos as espadas manchadas de ignominia.

Volvendo aos pagos queridos, quando cessa a tormenta, com a alma tranquila pelo dever cumprido, trazemo-la também lavada do ódio contra o vencido: o coração generoso que nos formaram os antepassados vem cheio de piedade pelos que caíram esmagados na luta, cheio de mais fé em nossas crenças, o espírito revigorado para o labor honrado de refazer o que se destruiu, de reparar o mal transitório e prosseguir dedicadamente a servir a nossa terra.

*
* *

Erra, erra redondamente quem quiser julgar o Rio Grande e só apreciá-lo sob o aspecto que mais impressiona a leitura dos livros mais correntes sobre a nossa história.

Efetivamente a nossa tradição escrita encerra um rosário de campanhas, de batalhas e de combates. A história, como relação cronológica, traz sempre as datas mais salientes na vida de cada povo, maximé se assinalam feitos de guerra. São pontos culminantes na trajetória das nacionalidades.

A luta pela Colônia do Sacramento, a guerra dos Guaranís, a invasão castelhana, sua expulsão e a conquista das Missões, as campanhas que precederam a independência da República do Uruguai e que cobrem um largo ciclo da vida do Rio Grande, a guerra dos Farrapos, são os temas obrigados quando se pretende analisar o que somos.

Foram os riograndenses os instigadores dessas lutas? Devemos pagar a responsabilidade por tantos episódios em que o sangue enso-pou o solo de nossa terra?

*
* *

Pelo que acabo de dizer fica demonstrado que na Colônia do Sacramento e na guerra contra os índios, os riograndenses não tiveram parte: na luta contra espanhóis a interferência que tivemos, ao nos defendermos era dever de honra. A conquista das Missões, repito-o era a mais santa das reivindicações.

Nas lutas com os vizinhos do Prata a nossa contribuição foi pesadíssima. O Rio Grande pela sua posição geográfica, pelo reflexo dos velhos antagonismos ibéricos, tinha de ser o campo de operações. A guerra caía sobre ele como uma fatalidade meteorológica, que nem se provoca e nem se pode evitar.

E no final da série que citei, exemplos com que entendem de apontar-nos os falsos sociólogos como amantes da luta e pródigos do sangue, a formidável campanha de dez anos que constela brilhantemente a história do Continente sob o nome de guerra dos Farrapos.

Essa sim, é nossa, legitimamente riograndense.

E' mais um fruto da estância.

Criaram-nos trabalhadores, ordeiros, livres, destemerosos. Havíamos pago com ondas de sangue patricio o tributo pela integridade da terra que havíamos feito e consolidado. Jamais tínhamos quebrado a cordial solidariedade que nos prendia aos nossos verdadeiros irmãos, os brasileiros, filhos das outras províncias. Mais do que eles havíamos sido o bode espiatório dos erros da política vesga e tortuosa do Rei D. João VI e de seus sucessores na Côrte do Império.

E em paga dos duros sacrificios o que se intentava fazer: tratar-nos como rebeldes, escravizar-nos como rebanho, tolher-nos a liberdade, conculcar direitos que sempre gozáramos, e que não tinham sido obtidos como favores, porém, alcançados pelo nosso esforço, pela nossa índole, pelo nosso trabalho, pelo nosso feitiço moral de povo emancipado e altivo.

O Rio Grande dobrar a cerviz, entregar-se aos algozes, estender os pulsos às algemas e gemer na dor de sua desgraça?! Nunca!

O Rio Grande preferiu alçar o busto, lutar encarniçada, porém, lealmente com os seus inimigos, estender o braço armado para os combates e proclamar alta e desassombradamente a sua liberdade e a sua revolta.

Essa guerra é nossa. E' o riograndense livre, é o gaúcho das estâncias que quer a liberdade de sua consciência, e do seu trabalho, que não vê superiores e nem senhores, porém, igualdade de todos os filhos do mesmo torrão e que sintetiza na Humanidade toda a grandeza dos sentimentos de sua alma magnânima e altiva.

E' a nossa guerra, honra, enlevo, orgulho de nossa raça...

Levantando o pendão da revolta, proclamando as instituições livres da República Rio Grandense, os seus grandes chefes, Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Joaquim Pedro, Neto, Fontoura, Almeida, não abandonam os seus irmãos do Brasil. Chamam-nos a auxiliá-los e acompanharem, e levam para fora das nossas fronteiras os seus guerreiros e os seus ideais: concitam-nos a seguirem-lhes as pegadas e levantarem também o lábaro de liberdade.

✱

✱ ✱

O epílogo dessa luta gigantesca foi ainda a mais soberba demonstração da beleza da alma gaúcha.

A figura varonil do mais nobre dos brasileiros, o imortal Duque de Caxias, ostentou perante os velhos generais da República o risco

que corria a fraternidade brasileira com a prossecução de uma luta que fora até então padrão do valor dos farroupilhas.

Não houve mais vacilação, senhores. O Rio Grande voltou a ser o filho carinhoso da grande Pátria — o Brasil. Enrolou a bandeira tricolor da República e beijou o pavilhão brasileiro, que, dentro de pouco tempo iria ostentar-se desfraldado e ufano, nos campos de batalha, conduzido à vitória pelos mesmos cabos e soldados que haviam colhido os louros de 1835 a 1845 na guerra pela sua liberdade e que agora lutavam pela liberdade de povos vizinhos e irmãos.

*

* *

Destes quadros épicos de lutas e de sangue riscai as datas culminantes: afastai os personagens de relevo: ide buscar nas fileiras anônimas dos soldados o espírito dos combatentes e analisai dentro do coração desses legítimos gaúchos, o Rio Grande na sua índole, no seu próprio feitio, na sua essência.

Esse será o prisma que nos focalizará a verdade: não devemos ser julgados pelo aspecto apresentado nos paroxismos das crises sociais, porém, como somos na vida normal e serena das épocas de tranquilidade e socego.

E vereis então o Rio Grande laborioso, o Rio Grande pacífico e bom, generoso e modesto, acolhedor e fraternal. Isso o que somos na verdade.

E' o gênio das estâncias: escola de atividade exemplar, cadinho de almas sadias, fonte inesgotável de energias.

A estância foi a semente fecunda do Continente, foi o instrumento de sua grandeza territorial, foi a força impulsionadora de sua evolução, monumento de nossas aspirações, base da nossa riqueza, coluna das nossas virtudes cívicas e domésticas, sentinela vigilante de nossas liberdades, sacrário das nossas tradições...

Estância que alvejas no cimo verdejante das nossas formosas coxilhas, emoldurada na coma azulada dos teus arvoredos e pomares, cercada dos teus galpões e das mangueiras, dos poteiros e ramadas, estância do Rio Grande, tú és bem a imagem da nossa terra, o ninho de nossa raça...

Pela faina com que trabalhas incessante, pela sincera cordialidade com que recebes todos os que se veem acolher ao teu seio hospitaleiro, batidos pela adversidade, para cooperar contigo ou mesmo jornadeando ao sabor do destino, pelos sentimentos dos teus homens, respirando resolução, energia, coragem e a serena bondade dos fortes, pela virtude das esposas e mães, das filhas e irmãs que abrigas no teu recesso sacrossanto, unidas de ternura, de carinho e de abnegação, estância tú és o símbolo do Rio Grande!

Foste, és e continuarás a ser...

A prova deu-a esta grande terra nos dias que estamos vivendo ainda. Das estâncias, dos fogões gaúchos, saiu a arrancada vitoriosa de três de outubro de 1930, na qual, com o mesmo espírito lendário e ancestral, a gauchada dos campos e das cidades desembainhou as espadas gloriosas dos Bentos e dos Barretos, empunhou as lanças que Ozório e Andrade Neves conduziram outrora nas pelejas, para num gesto cavalheiresco recuperar as liberdades políticas do povo brasileiro.



Dissipem-se as lendas fantasiosas; destruam-se os preconceitos históricos mal contados ou alinhavados sob impressões falazes ou irrefletidas.

O Rio Grande precisa ser conhecido e estudado tal qual é, verdadeiramente, bom, pacífico e forte. Na comunhão brasileira jamais arrefeceu o seu espírito de sincera confraternidade.

O seu nacionalismo é tão irredutível como o de qualquer outro Estado irmão.

Avançando resolutos pela civilização, aproveitando todos os elementos que venham contribuir para a sua grandeza e prosperidade, o Rio Grande é brasileiro, fundamentalmente, desde os primeiros dias de sua existência e quer continuar a ser assim.

O Rio Grande é o nosso ídolo; por ele nos devotamos os membros desta casa, os do Instituto. Por ele e para ele vigilamos sobre os livros e estudamos o passado e o presente, para melhor servi-lo e amá-lo.

Para ele cumpre-se agora esta solenidade; em que o mais humilde e o mais amante dos riograndenses vem fazer o seu juramento de fidelidade aos ideais ininterruptos de sua terra, consagrando-se a um culto que não é um devaneio, porém uma convicção arraigada de que nos dedicarmos ao Rio Grande, é sermos sempre e cada vez mais acrisoladamente brasileiros, brasileiros, brasileiros...

GENERAL JOÃO BORGES FORTES

Saudação do sr. AURELIO PORTO, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao receber a visita do general João Borges Fortes em 22-10-1931.

"Meus senhores.

Poucas vezes me hei sentido tão à vontade como neste momento em que, por delegação do ilustre presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, dou as boas vindas a um companheiro de ideais que chega.

Somos tão poucos nesta faina de revolver o passado, para dele extrair, como de um veio precioso, o ouro puro da verdade, que, às vezes, garimpeiros da História, sentamo-nos à beira do caminho, olhando as encruzilhadas que o cercam.

Qual delas nos conduzirá à mina colimada? Se tudo que existe está condicionado à relatividade, não será esse próprio ouro, que brilha ante os nossos sentidos, que queima o nosso coração, um falso ourovel que a sedimentação dos tempos acumulou? Como expungí-lo de impurezas?

Difícil é fazer historia. Que nos ficou do passado? A eterna paixão dos homens. Ela ergue os monumentos alterósos, que a Posteridade, às vezes, iconoclastas, destrói como ídolos fictícios. E quantas abnegações envolve no lodo das diatribes?

A verdade é a perfeição. Mas, a perfeição não existe. Atingí-la, seria chegar ao ápice da montanha. Mas, aí, é a morada dos eleitos. Contentemo-nos com o nosso próprio esforço. Cada pedra que deslocamos, cada degráu que contruimos, nos aproxima desse cimo quasi inatingível. Lá não chegaremos, por certo. O mestre que construirá um dia sobre essas pedras, subirá esses degráus. E então uma grande luz se fará. Em pedestais refulgentes erguer-se-ão as estátuas gigantes. Serão os heróis, serão os santos, serão os pensadores, e todas as manifestações da vida, e todas as concretizações da História.

Humilde operário desse templo, cujo salário é o amor da minha terra, encontrei um dia, longe dela, mas tocado do mesmo sentimento

de afeto e do mesmo entusiasmo fervoroso, este beneditino do passado para o qual, hoje, nossos braços se abrem e as nossas atenções se dirigem.

De pronto nos compreendemos. Ligava-nos uma identidade singular. Sem saber abeberávamo-nos na mesma fonte, dessedentávamo-nos na mesma linfa. E que preciosa? Mananciais infinitos irrompendo à flux. O Rio Grande surgindo, nos albores da vida, na sua formação primitiva.

Os Brito Peixoto penetrando o "hinterland". Abrem-se à frente as florestas impervias. As matarias densas cobrem as alturas do planalto. Rangem os facões de mato no cerne dos ipês, para a vereda condutora dos piques. E avançam para o desconhecido. Lá longe, alteia-se o taboleiro do monte sagrado — Botucaraí. Perdura ainda, através de vislumbres de razão, a loucura dos bandeirantes: o ouro. Ele não existia, talvez. Os desígnios imprescritíveis do Destino colocavam-no à frente, sempre à frente, para que fosse a força expansional de um fatalismo geográfico.

Nós pretendemos que fosse o patriotismo a mola motriz da nossa grandeza territorial. Para mim não foi. A grandeza do Brasil é um produto das ambições desmarcadas dos homens, que foram os seus construtores. Foi a ambição do paulista, na cata do ouro e do índio, que alargou as fronteiras coloniais da Lusitânia. E foi o próprio índio que possibilitou a conquista. Sem esse fator, como se atreveria Fernão Dias Pais Leme rumar para a serra das esmeraldas que, verdes, cintilando aos raios ocíduos do sol, brilhavam, encravadas na própria fantasia?

o o o

Descem mais tarde da Laguna os "troncos seculares". São homens afeitos à luta. Formidável a compleição desses primitivos devassadores da terra, plantadores de núcleos de povoamento.

Vejamo-los na simplicidade rústica da sua vida incipiente. Ao princípio não se fixavam ainda. A campanha se estendia, ampla, muito ampla, recortada em desenhos caprichosos de hidrografias bizarras. No planalto a luxuriante continuidade da flora sub-tropical. Mas, quando se abeiravam dos desníveis altíssimos, que as convulsões geológicas transformaram em "aparados" gigantescos, pasciam, em baixo, os olhos num deslumbramento fantástico, nas verdes savanas das campanhas longínquas.

Era ali que estava a vida. O povoamento do Rio Grande foi uma modalidade da economia do tempo. Não decorre já da febre das conquistas, dos arremessos heroicos para o desconhecido. Laguna precisava "passar" o gado de que os padres da Companhia faziam grandes arrebanhadas. Laguna tinha fome, e veio ao Rio Grande buscar o mais precioso dos alimentos: a carne.

Surgiram as "vacarias". João Braz, Diogo da Fonseca, Agostinho Guterres, João Rodrigues Prates, José Pinto Bandeira e algumas dezenas de outros primitivos povoadores do Rio Grande, assim se fixaram, depois. Ao princípio levavam para Laguna grandes arrebanhadas de gado. Este era silvestre na expressão do tempo. Como a terra era de "ninguém", o gado também o era. Português e castelhano, pela natural infixidez de lindes, se julgavam com direito à posse da mesma coisa. E mais fazia o que chegava primeiro.

Moroso e difícil era o transporte dessa animalada bravia. Um processo mais expedito se lhes impunha pela decorrência natural das circunstâncias mesológicas. Juntavam-se, então, dezenas de homens, que um mesmo interesse congregava. Em sítios adrede escolhidos conduziam a copiosa boiada. E aí, pelos meios rudimentares do tempo, principalmente com o auxílio dos índios minuanos, e fornecedores de roubos feitos aos espanhóis, beneficiavam as carnes. Largos dias oureavam ao sol. Era a indústria primitiva, que fez a grandeza do pago: charque de vento. Começa o trabalho das "fainas". O gado era um traço de ligação entre o homem e a terra.

Mas, a indústria dá-lhe uma feição toda própria. O meio modifica a individualidade, criando-lhe uma consciência nova. O contato com a barbárie desnivela a civilização. E entre o homem temente a Deus, lealíssimo a el-rei, e a selvagem liberdade do minuano e do charrua, indomável e intrépido cavaleiro do Pampa, surge o "gaúcho do campo", rebento semi-bárbaro da terra.

Era preciso que uma força civilizadora exercesse a função social, que a economia deturpara pela sua ação utilitária. Surgem as primeiras estâncias. O barbarismo da época vai, aos poucos, sendo limado, em suas arestas, por esse bloco nuclear da vida rio-grandense.

O patriarca congrega em torno do clan primitivo os elementos heterogêneos que povoam a terra. D. Miguel Caraf, principal cacique dos minuanos, vai ser peão na estância de Francisco Pinto Bandeira. Trabalha aí alguns anos nos amanhos do campo, depois, reconquista de novo a liberdade e volta a comandar os tresentos homens de lança, que constituem a sua tribo. Para os seus leva já os germes de uma vida nova. E deixa de seu sangue, para o caldeamento das raças, o rebento de uma de suas filhas com esse campeador das coxilhas, que é Rafael Pinto Bandeira.

O "gaúcho do campo" é um mixto de bandido e de herói. Vem da civilização para a barbárie, atraído pelo medo. Capaz de todos os crimes e de todas as virtudes, é o "subtractum" da raça nova, que aflora nas savanas desertas, onde a lei é a vontade, e onde a moral é o reflexo das necessidades emergentes. O contrabando é a natural decorrência da permuta de produtos, subtraídos às bárbaras leis fiscais. O abigeato não constitui um crime, pois a propriedade semovente ainda não está perfeitamente definida. Tudo é de todos. A in-

dolência, que afasta o homem das lides duras da terra, é a resultante da abundância da provisão essencial para a alimentação humana: a carne. O crime nunca tem por objetivo a vingança ou cobiça. Os homens matam por princípio de orgulho nativo. Cada qual quer ser mais temido, fazendo árras de seu destemor. A força domina. O mais forte impõe a seleção dos mais fracos. Mas, cessada a luta singular, o mais forte se curva sobre o mais fraco e vai curar-lhe as feridas abertas. A selvageria não matou a semente da nobreza inata.

Cada estância é um refúgio, cada estancieiro um apaniguador desses deslizes contra a lei e contra Deus. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, em "Reflexões sobre o estado atual do Continente do Rio Grande", dirigidas ao Vice-Rei do Brasil, em 1780, delinea uma pagina que bem traduz essas tendências da raça.

Depois de esboçar, a largos traços, esse quadro sombrio de barbarismo, conclue o ilustre Governador do Continente: "Contudo, por mais que seja difícil de acreditar, ainda há, neste Continente, defeito e dano mais insuportável que a existência dos delitos e delinquentes e que na realidade se não pôde sofrer nem experimentar sem assombro: é o particular asilo e agasalho que encontra qualquer malvado, seja homicida, ladrão, desertor, contrabandista, etc., da parte daquelas mesmas pessoas que tinham toda a obrigação de os prender, perseguir e evitar".

Assim brotaram, no pago, os "troncos seculares" erguidos pelo ilustre recipiendário, general João Borges Fortes, nas planuras gauchas. Rebentos novos, os reflorirão. Seus ramos, irradiando um crescimento estupendo, cobrirão a terra, deixando pender frutos opimos. Vitaliza-os a seiva das energias fecundas. E o gaúcho surge, no meio ambiente, como uma afirmação da vontade e de força.

Quem é? Um forte, um emotivo, um bravo. Fez da terra do berço o altar de um culto. E nesse altar, para os sacrifícios santos, comunga a sua religiosidade.

Depois, Terra do Pampa! quem te não amará com extremos filiais? E's a maravilha dos nossos olhos, a ânfora sagrada dos nossos perfumes, a situação perene das nossas almas. Erguemo-nos, para ti, numa aspiração de beleza e de glória. Tecemos, com os nossos entusiasmos, as corações dos teus heróis. Sublimamos, com a luz das nossas inteligências, os resplendores dos teus santos. E quando, longe de ti, nos sentimos baquear, as energias que de ti se desprendem, as lembranças que de ti nos vêm, tonificam-nos de novo para os embates formidáveis da vida. Só nos enlouquece e perturba essa suavíssima e indizível nostalgia que nos vem de ti, nas azas do vento, na lombada das ondas, no cintilar dos astros, nas profundas evocações em que tudo nos despertas.

Senhores, perdoai. A culpa me não cabe de que assim vos fale. Para receber João Borges Fortes eu tinha de invocar todas essas coi-

sas. Elas não são minhas. E' um patrimônio comum. São vossas. São dele. E mais dele do que de qualquer um de nós.

Vivendo longe do Rio Grande, aprimorou na ausência, esse sentimento de que nós fazemos largo desperdício. Nós trabalhamos pelo Rio Grande, sentindo as palpitações da sua vida, embriagando-nos nas suas essências, fitando o seu céu, beijando a sua terra.

Ele trabalha pelo Rio Grande, encastelado numa torre de saudade. E, quando alonga os olhos, através das amplidões marinhas, cujas ondulações vem beijar as terras do berço, quantas vezes, senhores, uma lágrima neles não borbulha?

E por isso nos vê melhor do que nós próprios. A sua história não pode ser o frio relato que os velhos papéis, carcomidos pelas traças, nos fazem dos tempos idos. Ela vibra, ela encanta. Tem a quentura suavíssima de um carinho, os requintes de um amor filial. A sua palavra é dutil, o seu conceito pesa. Pensador e historiógrafo, soldado e gaúcho, é em todas essas modalidades um general de verdade.

Meu intuito primeiro, quando me foi dada a honra de ser, nesta casa, seu humilde introdutor, era o de pronunciar-lhe o nome, indicar-vô-lo e não perturbar a serenidade deste ambiente com o desalinho emotivo da minha frase. Eu bem sabia que não se conteria.

Sr. Borges Fortes. Quando tive a honra de receber, das vossas mãos, o volume dos "Troncos seculares", nele encontrei esta dedicação: "O General oferece ao Coronel: em literatura histórica o Coronel é Marechal e o General é soldado."

E agora, depois de conhecer vosso trabalho e de ter bebido muita luz nos "Troncos seculares", eu, que em vossa bondade tenho nos punhos os bordados de marechal das letras históricas do Rio Grande, perfilo-me, como o mais humilde dos cornetas, como o último dos soldados e vos faço a continência devida:

General João Borges Fortes, podeis entrar e assumir, neste quartel do civismo gaúcho, o comando que por direito vos cabe, pela inteligência, pelo coração e pela gradação de posto nas nossas letras históricas."

OS ALVES VALENÇA

João BELEM, nosso saudoso confrade e sócio correspondente, falecido em Santa Mariã a 24-6-1935, publicou, em 1935, o trabalho que, a seguir, reeditamos reavivando, assim, o ilustre autor da "História de Santa Maria", de um sem numero de poesias de caracter humorístico na sua quasi totalidade e excelentes peças teatrais, representadas com êxito em seu tempo, salientando-se, dentre elas, "Corações Gauchos", "A Professorinha" e "O Rio Grande pinturesco".

I

Com os dados que, penosamente, temos colhido aqui e ali, interrogando os velhos santamarienses e remexendo os arquivos públicos, vimos dizer à geração presente quem foram os Alves Valença (pai e filho), nome tão ingratamente esquecido que não o vemos, nesta cidade, na placa de uma rua, quando esta homenagem é distribuída a granel.

José Alves Valença nasceu no ano de 1800 na então vila de Rio Pardo, sendo seus progenitores José Alves Valença e dona Ana Nunes do Nascimento.

Joven, com 18 anos, sentiu-se atraído pela carreira das armas, sentando praça no 1.º Regimento da Córte.

Como soldado prestou serviços à Pátria nas campanhas do Sul. Tendo deixado o exército onde educou seu caracter e ampliou seus conhecimentos em meio superior àquele em que nasceu, não mais voltou a Rio Pardo, levantando sua tenda de trabalho em Santa Maria, como comerciante, no ano de 1830 mais ou menos.

Patriota ardoroso, desde logo tomou parte ativa na política local, salientando-se de tal modo entre seus correligionários que, em breve, veio parar-lhe às mãos a chefia do Partido Liberal, que abraçara com convicção profunda.

Inteligente, perspicaz, juntando a estes dotes de espírito elevadas qualidades de coração, desenvolveu sua ação política no meio santa-

mariense, conseguindo congregar em torno de sua bandeira a maioria dos habitantes da localidade.

Por seu prestígio e, talvez ainda, por seus conhecimentos da arte da guerra, ao ser creada no curato de Santa Maria a Guarda Nacional, em 1833, foi Alves Valença nomeado comandante, tendo, então, 33 anos de idade, (Arg. da Prefeitura de Cachoeira.)

No ano seguinte, no dia 2 do mês de novembro, na capela curada de Santa Maria, contraiu êle casamento com dona Maria Máxima de Oliveira, filha legítima de Maximiano José de Oliveira, e de dona Eufrázia Maria de Oliveira. (Reg. de casamento, livro 1-2, fls. 32. Arg. do Bispado da Diocese).

Em 10 de agosto de 1835 nasceu do ditoso casal o primogênito que, na pia batismal, recebeu o nome de José, (Reg. Nascimentos. Livro 11, fls. 229 Bisp. da Diocese), nome tradicional na família, pois que este era também o de seu pai como fôra o do avô, então falecido.

Verifica-se, pois, pelas datas extraídas dos livros competentes, que José Alves Valença, tendo construido um ninho de amor onde lhe sorria a felicidade, acrescida após nove meses pela presença de um anjo que lhe vinha mais encantar a existência tranquila, não vacilou na renúncia de sua ventura, trocando a paz bemfazeja que o envolvia pelo tumulto estuante dos combates, onde arriscaria a fortuna e a vida!

Um mês somente tinha o filho estremecido!... Dez meses apenas fazia que realizára seu sonho entretecido de esperanças, nitidamente desenhadas no céu do seu porvir!... Mas o clarim da revolta estrugiu nas coxilhas do Rio Grande, conclamando os patriotas para a defeza do torrão gaúcho, na iminência de ser esmagado pelo salto da bota do despotismo imperial...

E êle não poudé deixar de atender ao toque de alarme!...

Fechando os olhos aos doces encantos do lar que creára, havia pouco; renunciando o ambiente embalsamado de carícias suaves e de ternuras comovedoras; sufocando, estóicamente, no fundo do coração os reclamos do amor paterno e conjugal; atirou-se ao turbilhão que o levou, pois que, acima da felicidade própria, êle colocava a honra e a felicidade do Rio Grande.

O que foi Alves Valença, na formidável pugna, bem alto o dizem os dez anos de sacrificios ingentes, e de temeridade tantas vezes demonstrada no calor das pelejas cruentas, enchendo de admiração e de orgulho seus companheiros de lutas, e de ódio e de despeito a aqueles contra quem combatia.

Na celebre batalha de "Ponche Verde", ferida em 26 de maio de 1843, em a qual as fortes colunas combatentes, de um e outro lado, realizaram rasgos de valor fantásticos, o general Bento Manoel Ribeiro, chefe legalista, na parte de combate enviada ao Barão de Caxias, cita um episódio, que comprova o renome do bravo Alves Valença.

Em tópicos do documento citado, refere Bento Manoel:

“Grandes massas de cavalaria eram dirigidas sobre as nossas acompanhadas sempre de grandes proteções cujas cargas eram repelidas por nossos bravos cavaleiros, maximé pelo 3.º corpo da G. N. comandado pelo bravo e circunspecto tenente-coronel honorário João Propício Menna Barreto e o mais restante em nossa ala direita, sempre toda dirigida pelo digno coronel Medeiros; nestas cargas, muitas vezes, foram derrotados seus esquadrões, chegando ao ponto de um soldado do 12.º corpo Ns., laçar em meio de toda essa confusão, a um lanceiro africano do corpo do perverso Valença, etc.”

Não podia o heroe republicano receber mais honroso elogio do que esse que lhe era dirigido, em parte de combate, pelo próprio adversário rancoroso.

Não podia. Porque no vocabulário do legalista Bento Manoel a palavra “perverso” quer dizer: “homem sincero que arrisca seus bens e sua vida em defesa de seus ideais”.

Pairando, enfim, a desejada paz sobre os campos talados do Rio Grande, após dez anos de tragédias inenarráveis, volta José Alves Valença ao lar abandonado, então empobrecido de dinheiro, mas rico de glórias, para que, revivendo o seu sonho de amor interrompido, apagasse as amarguras da saudade, no remanso blandicioso de uma nova lua de mel confortadora.

II

Deixando, descansada a um canto, a gloriosa espada, com que, durante um decênio, guiou seus intrépidos lanceiros a cargas tempestuosas, José Alves Valença, agora, na quietitude bucólica da aldeia, retomou o antigo posto de sereno condutor de homens no terreno das idéias.

A belicosidade do guerreiro diluía-se, na grandeza daquela alma, em apóstolo evangelizador, desfazendo, em breve, as últimas nuvens que ensombravam o céu de uma reconciliação fraternal.

E êle tornou-se maior.

Antes da revolução era o chefe acatado que derramava em torno de si a estima, a que fazia jús, pelas suas qualidades de espírito e de coração; e, depois da campanha memorável, a verticalidade de suas atitudes desassombradas, realçando a nobreza de seus gestos magnânicos, grangeou-lhe não somente a estima de seus concidadãos, mas a admiração que pasma e imortaliza!

Seu nome cuja resonância, antes da revolução de 35, não ia além dos limites de Santa Maria, Cachoeira e Rio Pardo, após o decênio cruento, repercutiu em todos os recantos do Rio Grande, ultrapassando mesmo as suas fronteiras, para chegar aos ouvidos dos grandes responsáveis pelos destinos da Pátria.

E assim sendo, quando, em 1851, o capricho imperial, para expulsar de Buenos Aires o ditador Juan Manuel Rosas, exigiu do Rio Grande mais uma contribuição de sangue e esbanjamento de patriotismo, José Alves Valença mereceu a honra de ser convidado pelo seu antigo adversário Marquês de Caxias para comandar o Primeiro Regimento de Guardas Nacionais, constituído pela juventude de Santa Maria e Cachoeira.

O eflúvio de brasilidade que sempre emanou da alma riograndense despertou no coração do aguerrido farroupilha a centelha quasi apagada que lhe inflamava o ânimo no estridor dos combates.

O convite do legendário Caxias, sendo uma consagração do valor militar de Alves Valença, o qual envolvia ainda um appello feito em nome da Pátria brasileira, não podia o intemerato gaúcho recusar.

Então, novamente abandonou o lar estremecido, após seis anos de repouso fruidos, patriarcalmente, ao lado dos seus e no convívio fraterno dos correligionários políticos.

Desta vez, porém, não iria combater o Governo Imperial mas servir a este mesmo governo, na convicção patriótica de que ia servir ao Brasil.

A espada que, um dia, se desembainhou, coruscante, nas campinas do Rio Grande, impulsionada por ideais republicanos, agora, com o mesmo ardor, ia rutilar em terra estrangeira ao appello do Brasil Monárquico, para demonstração de que esse orgulhoso amor regionalista que nos assoberba não ofusca a nossa brasilidade.

Alves Valença, à frente da mocidade intrepida de Cachoeira e Santa Maria, tendo como alferes de seu regimento o denotado João Niederauer Sobrinho, marchou para a campanha contra o ditador Rosas, sendo dos bravos que, na Batalha de Moron, travada em 3 de Fevereiro de 1852, concorreu para que se cobrisse de louros imarcescíveis o Exército brasileiro.

Terminada a guerra, despiu o glorioso lutador a sua farda, entregando-se, de novo, ao trabalho pacífico de sua comuna, à qual dedicava todo o interesse, esquecendo-se, às vezes, dos interesses próprios.



Quatorze anos passaram-se na infalibilidade do tempo.

Alves Valença está velho. Sessenta e cinco janeiros lhe encaneceram a cabeça, alquebraram-lhe as forças físicas mas não lhe conseguiram apagar, de todo, o espírito de combatividade que era o apálgio daquela alma predestinada aos grandes cometimentos.

A guerra do Paraguai, irrompida em 1865, reanimou-lhe a chama amortecida pelo gelo da velhice.

Foi como que uma ressurreição.

De Alves Valença a natureza vibrátil, temperada ao fogo dos combates, não podia deixar de eletrizar-se ante o insulto paraguaio. Voltaram-lhe as forças, a energia que pareciam sucumbidas.

O guerreiro ressurgiu.

Correspondendo a um appello do General Caldwell, assumiu Alves Valença o comando de uma brigada composta do 5.º Batalhão de Voluntários da Pátria, do Corpo da Guarda Nacional de Encruzilhada e de um contingente reunido em Santa Maria.

Partiu. Recebendo instruções do Comando Geral, em breve occupou o posto que lhe foi designado sob as ordens do General Canabarro.

Assistiu ao cerco de Uruguaiana.

Feita a rendição do audacioso inimigo, Valença com sua Brigada transpoz as fronteiras da Pátria em demanda dos campos paraguaios.

Em marcha sentiu que suas forças físicas o abandonavam pouco a pouco.

Mas, espírito forte, não quiz retroceder à vida calma de Santa Maria em busca do repouso que necessitava. Parecia-lhe uma covardia. Prosseguiu. Seu amor pela Pátria era mais forte que seu instinto de conservação.

Agravaram-se, porém, de tal forma os seus padecimentos que, nas funções de seu posto, em 11 de janeiro de 1866, no Passo da Pátria, exalou o último suspiro o valoroso soldado.

A marcha que fizera, escondendo aos olhos de seus companheiros de armas seu estado de saúde, foi uma temeridade. Um suicídio por amor da Pátria.

Eis quem foi José Alves Valença (pai).

III

Do casal José Alves Valença-Maria Máxima de Oliveira houve quatro filhos; José, Maria, Isolina e Cândida.

Os dois primeiros entrelaçaram-se na família de João Appel, casando-se: José Valença Junior com Ana Appel, e Maria Valença com Maximiano José Appel.

Isolina, a terceira filha do casal, morreu solteira aos vinte anos.

E Cândida Valença consorciou-se com o dr. João Inácio Teixeira.

O casal Valença Junior-Ana Appel não deixou descendência.

Da união Maria Valença-Maximiano Appel descendem: Alzira que se casou com Julio Jaime de Figueiredo; Mercedes, com João Simões Pires; Artur, com Albertina Costa; Dário, com Vicentina Silva; e Maria Cândida, com Lucídio Rodrigues.

Do casal Cândida Valença-João Inácio Teixeira descendem os conhecidos médicos drs. José Alves Valença e Inácio Teixeira.

JOÃO ALVES VALENÇA JUNIOR

Nasceu em Santa Maria em 1835.

Tendo, nesse ano, deixado seu progenitor o lar conjugal para encorporar-se às hostes farroupilhas, ficou a tenra creança, durante um decênio, sómente aos cuidados maternos e de seu avô João Appel.

Após a pacificação da Província, integrado o chefe da família em seu lar, cuidou o denodado republicano da educação de seu filho, então na idade escolar, fazendo ministrar-lhe o ensino primário tanto quanto lhe permitia a deficiência da instrução pública no meio em que labutava.

Certo, porém, Valença Junior teve professores particulares que o conduziram além das matérias elementares; pois, entrando bem cedo na política, deixou documentos de uma inteligência esclarecida, aprimorada por uma educação intelectual muito acima da média observada entre os seus paroquianos.

Quanto ao moral, seu venerando progenitor plasmou-lhe o caracter com a argila dos próprios sentimentos que, na sua passagem pela vida acidentada, sempre pôz em relevo admirável.

Creado Valença Junior (Casuza) em um centro em que os motivos políticos eram o assunto obrigado de todas as palestras, apaixonando naquele tempo, como em todos os tempos, os nossos homens públicos, não poderia ele ter deixado de sentir a influência do meio, tornando-se, como se tornou, desde a juventude, fervoroso propugnador dos ideais consubstanciados no programa do partido liberal.

Na intimidade dos maiores vultos da época, Gaspar Martins, Joaquim Pedro Salgado, Joaquim Pedro Soares, em razão de suas contínuas viagens a Porto Alegre para orientar-se sobre questões políticas, desenvolveu o neófito seu espírito, assimilando a doutrina sociológica pregada, o que facil lhe foi, dado seu pendor hereditário auxiliado por uma inteligência feliz.

Completo sua educação social, praticamente, em duas viagens feitas à Europa onde sentindo as impressões dos centros superiores de Paris e Berlim, libertou-se dos últimos vestígios que ainda poderia ter de seu provincialismo indígena, encarnando então um exemplar fino de cavalheiro afeito às etiquetas convencionais da sociedade quando as circunstâncias o exigem.

Elevado, naturalmente, à chefia do partido liberal por morte de seu venerando progenitor, honrou a tradição com inextinguível brilho, prossequindo, sem esmorecimentos, a linha retilínea que traçara aquele de quem se orgulhava de descender e ao qual succedera no espinhoso encargo.

Nesse posto, toda a sua inteligência e todas as suas virtudes cívicas foram postas ao serviço de seu partido e aos interesses da comuna.

Ninguém ousa duvidar que talento só é útil quando está ao serviço de um caracter. Para a nação, para qualquer fração da nacionalidade, bom seria que só os canalhas fossem ignorantes e analfabetos, pois assim não teriam capacidade para embair a massa bruta, tangendo-a para o “brete” onde a sacrificam em holocausto de suas ambições inconfessáveis.

Mas assim não acontece. Ha canalhas geniais, de fantástica cultura. Esses é que fazem a desgraça das nações e não os infelizes analfabetos, os desgraçados desprovidos da inteligência.

Sente-se na afirmação desta verdade axiomática que, em se tratando de Valença Junior, todo o bem que proporcionou a Santa Maria decorrente de seu prestígio político, foi uma sequência luminosa de vitórias de que a coletividade fruiu as vantagens, por isso que era ele uma inteligência privilegiada ao serviço de um caracter cristalino.

Com 25 anos de idade começou a influir nos destinos de sua terra, sendo um dos vereadores da Câmara eleitos em 7 de Setembro de 1860.

Suplente do Juiz Municipal, funções que eram então exercidas por um bacharel em direito, ocupou ele, por várias vezes, o cargo no impedimento daquele, distribuindo justiça serenamente, a contento geral, sem manchar a dignidade do juizado na lama da politicalha.

Entre os relevantes serviços prestados à terra em que nasceu, citam-se a elevação da vila de Santa Maria à categoria de cidade por portaria provincial de 6 de Abril de 1876 e a criação da Comarca em 7 de Maio de 1878.

Mas acima destes está a criação da Colônia Silveira Martins.

Resolvendo o Governo Imperial cultivar as terras riograndenses por elemento estrangeiro, começou em 1874 a imigração italiana para o Rio Grande do Sul, determinando o governo provincial a localização dos núcleos coloniais.

Todos os municípios de então pleitearam, desde logo, para suas terras o benefício que lhes abria largos horizontes.

Era impossivel, porém, satisfazer a todos.

Assim sendo, só à tenacidade, o trabalho desvelado de Valença Junior, que não dormia quando o interesse de sua terra reclamava, deve-se a criação da colônia Silveira Martins no município de Santa Maria, em 1877; pois sem o seu valor político, sem o seu prestígio junto do Governo Provincial, não caberia a nós o bem que tantos outros ambicionavam.

Ainda não está, entretanto, nessa conquista que despertou invejas, o supremo bem que lhe devem os santamarienses.

Devem-lhe ainda a passagem da Estrada de Ferro por esta cidade!

No primeiro projeto apresentado, o traçado seguiria de Cachoeira para São Gabriel, passando por São Sepé.

Poderosas influências políticas gabrielenses envidaram todos os esforços na consecução do que, com justos motivos, pretendiam.

Foi, então, formidável a campanha que desenvolveu Valença Junior em prol dos interesses de Santa Maria.

A Cachoeira era indeferente que o traçado seguisse dali para este ou para aquele município.

Aproveitou-se, pois, o incansável batalhador, desta circunstância, para conseguir de seu prezado amigo e correligionário General Portinho, chefe de valoroso prestígio em Cachoeira, que conjugasse com ele seus esforços para a realização do ideal que sonhava.

E Portinho, atendendo os reclamos do amigo, lhe foi um auxiliar poderoso.

Unidos os dois chefes liberais, representando um contingente respeitável de eleitores de um e de outro município, ponde Valença Junior com rara habilidade e tino admirável, vencendo obstáculos, saltando barreiras, alcançar o apoio decisivo do conselheiro Gaspar Martins, triunfando afinal.

No parlamento, o inolvidável tribuno riograndense defendeu a causa de Santa Maria, dando-lhe a palma da vitória.

A atuação brilhante de Valença nesta conquista memorável, foi narrada, em certa ocasião, pelo próprio Conselheiro Gaspar Martins ao ilustre patricio Dr. Carlos Maximiliano, segundo referiu ele, há pouco, em palestra numa roda de amigos, em nossa presença.

Homenagear, pois, a memória desse excepcional vulto santamariense, é dever sagrado que se impõe à nossa consciência, ainda mais que, no nimbo da mesma glorificação, veremos, pai e filho, aureolados.

José Alves Valença Junior, deixando um lacuna impreenchível no partido liberal de Santa Maria, em 1884 transferiu sua residência para Porto Alegre, onde faleceu em 1892.

Santa Maria, 1935.

J. Belém.

A OBRA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL (1823-1934)

Como homenagem a seu autor, nosso ilustre presidente honorário Prof. Dr. LEONARDO MACEDONIA FRANCO E SOUZA, reproduzimos nestas páginas a brilhante conferência realizada no salão nobre da Faculdade de Direito de Porto Alegre, pelo nosso eminente consócio em 18-6-1934 e, logo após, publicada pelo "Diário de Notícias" em suas edições de 20, 21 e 22-6-1934.

Sr. Diretor da Faculdade de Direito.

Srs. Professores.

Sr. Presidente do Centro dos Estudantes de Direito.

Srs. Acadêmicos.

Sejam as minhas primeiras palavras, de louvor e de enternecido reconhecimento.

De louvor, ao brilhante Centro dos Estudantes de Direito, que promove a série de Conferências que eu venho inaugurar, com a que ides ouvir. Bem haja a mocidade acadêmica, que assim se aparelha para receber como justo prêmio de seu labor e estudo o diploma com que ficará habilitada a exercer suas letras em qualquer das direções da atividade que se oferece aos moços desta Faculdade.

De enternecido reconhecimento, em face do cativante gesto de bondade com que distinguistes o vosso obscuro professor, ao incumbi-lo de proferir a Conferência inaugural da série com que desejais brindar o mundo intelectual que nos escuta.

A REVOLUÇÃO E A CONSTITUINTE

Vivemos uma hora soleníssima da vida nacional.

A Nação, sacudida em 1930 por um generoso movimento da opinião pública, que tinha como escopo a regeneração dos costumes políticos, e a remodelação da vida nacional, mediante a instalação de um novo regime, livre e democrático, capaz de assegurar as liber-

dades públicas, de favorecer o progresso em um ambiente de ordem, e que reflita com exatidão o estado de civilização atingido pelo povo brasileiro, sente legítima ufanía no verificar que já é uma realidade a aspiração de todos os brasileiros.

Na verdade, a Nação venceu o período de transição, desde a queda do regime aniquilado em Outubro de 1930, e assiste na hora actual o majestoso acontecimento que é, sem dúvida alguma, a promulgação da Nova Constituição da República, pela Assembléia Constituinte eleita em 3 de maio de 1933, e reunida em 15 de novembro seguinte, ao ser comemorado o 44.º aniversário do regime republicano em terras do Brasil.

A obra de patriotismo, realizada pela Constituinte de 1934 não é inferior a dos Constituintes de 1824 e de 1891.

As duas gerações anteriores não são inferiores á geração actual. Bem pelo contrário, podem ser irmanadas pelo saber, pelo patriotismo, e pelo zelo com que serviram a causa nacional.

E' facil demonstrar este asserto.

A CONSTITUIÇÃO DE 1824

Colônia portuguesa durante largo espaço de tempo, e mais tarde parte integrante do Reino, que se chamou de Portugal, Brasil e Algarves, nosso grande país conseguiu tornar-se independente, e occupar um lugar no concerto das Nações. O Pacto verificado em 7 de setembro de 1822, com o brado da Independência, às margens do Ipiranga, é por historiadores muito respeitaveis referido à data de 9 de janeiro de 1822, que assinala o dia do Fico, proferido pelo Príncipe D. Pedro, regente, em nome do rei D. João 6.º

Na verdade, em 9 de janeiro de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, tendo à frente o grande patriota José Clemente Pereira, partiu do consistório da Igreja do Rosário, e descendo a rua do Ouvidor, foi até o Largo do Paço, escoltado por consideravel massa popular. Uma linda placa de bronze comemora o acontecimento, na fachada do templo católico, junto à porta por onde desfilou o Senado da Câmara, ao partir para a patriótica missão que o levava à presença do Príncipe Regente.

Chegando ao Largo do Paço, os membros do Senado penetraram no Palácio, e foram admitidos à presença do Príncipe D. Pedro.

Ao Príncipe significou José Clemente Pereira os anelos do Senado da Câmara e do povo, que desejavam a permanência do Príncipe no Brasil, e à frente da Administração.

A vontade popular assim expressada constituia formal contradita às determinações oriundas de Portugal, e do rei D. João VI, que ordenara ao Príncipe o regresso a Lisboa.

Sabendo que a partida do Príncipe importava o regresso do país

à condição de colônia, e significava a perda das vantagens auferidas com a presença do rei D. João 6.^o, durante 13 anos, na cidade do Rio de Janeiro, o Senado da Câmara e o povo pleiteavam com ardor a permanência do Príncipe no Rio de Janeiro, muito embora sentissem que essa resolução poderia acarretar consequências muitíssimo graves.

Inteirado da vontade de todos, o Príncipe proferiu as palavras que José Clemente Pereira repetiu de uma das sacadas do Palácio, anunciando ao povo a vitória da opinião nacional.

“Como é para o em de todos, e felicidade geral da Nação, diga ao povo que Fico”.

Estava feita a Independência, nesse dia 9 de janeiro de 1822. O que se seguiu foi o precipitar dos acontecimentos durante alguns meses, que serviram para estimular o patriotismo e a coesão dos brasileiros, para afirmar com maior intensidade o veemente desejo de emancipação política, e de organização da Pátria em um regime liberal que fornecesse o progresso, garantisse todos os direitos, e bem assegurasse as liberdades.

Assim, em 7 de setembro de 1822, o brado da Independência, proferido à margem do Ipiranga, veio assegurar uma situação estabelecida desde o dia do “Fico”.

Feita a Independência, assegurada mais tarde pelas armas brasileiras, cujas vitórias conduziram Portugal a firmar conosco o tratado de Paz, reconhecendo o Império do Brasil, e o Príncipe D. Pedro como Imperador, era indispensável organizar o País, dotando-o de legislação adequada.

Como foi isso realizado veremos agora.

O Príncipe Regente, atendendo ao que lhe fora representado por Procuradores gerais de algumas províncias do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro, sobre a conveniência e vantagem da elaboração de uma Constituição para o Brasil, parte integrante da Monarquia portuguesa, e isso em benefício da manutenção da integridade da monarquia e do justo decoro brasileiro, expedira o decreto de 3 de junho de 1822, convocando uma Constituinte, que foi eleita, e se instalou com toda solenidade em 3 de maio de 1823.

O Rio Grande do Sul aí esteve representado por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Antônio Martins Bastos, Francisco das Chagas Santos e Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa.

Essa assembléia, eleita para dotar o Brasil de uma Constituição, como parte integrante da monarquia portuguesa, teve a incumbência de redigi-la para o Brasil nação independente, desde 7 de setembro de 1822.

A primeira comissão nomeada pela assembléia, em 5 de maio de 1823, e composta pelos deputados Antônio Pereira da Cunha, Costa Aguiar, Ferreira da Câmara e Muniz Tavares teve o encargo de elaborar o projeto de Constituição, que ela apresentou em 30 de agosto, redigido em 272 artigos. Toda a comissão subscreveu o projeto, que teve como relator o deputado Antônio Carlos.

O projeto constituía notavel documento, índice muito fiel das idéias e do espirito dos nossos maiores, dos homens que em 1823 tomaram o encargo de elaborar a lei fundamental para nossa Pátria, e nos legaram exemplos do mais puro e são patriotismo.

Não sendo possível reproduzir aqui o inteiro teor desse projeto, porque isso alongaria o nosso trabalho, de maneira inconveniente, limitemo-nos a deixar assinalados os pontos capitais da organização traçada para o Brasil, por aquele precioso documento:

1.º) Garantia de todos os direitos individuais atinentes à liberdade pessoal, liberdade religiosa, liberdade de indústria, liberdade de imprensa, inviolabilidade da propriedade.

2.º) Poderes políticos do Império, constituindo delegações da Nação, repartidos pelos poderes legislativos, executivo e judiciário.

3.º) Representação da Nação pelo Imperador e pela Assembléia Geral.

4.º) Assembléia geral, composta de duas salas, dos deputados temporários, e dos senadores, vitalícios. Função legislativa.

5.º) Poder executivo delegado ao Imperador. Função executiva.

6.º) Poder judiciário exercido por juizes e jurados. Função judiciária, assegurada a independência da magistratura com a inamovibilidade e vitalicidade.

7.º) Legislação unifórme para todo o país.

8.º) Fôrça armada, terrestre, distribuida em exército de linha, milícias e guardas policiais, incumbidas da defesa externa, da segurança interna, e da tranquillidade dos cidadãos. A fôrça armada, essencialmente obediente, e não deliberante.

9.º) Fôrça marítima, também à disposição do poder executivo.

10.º) Instrução pública, primária e secundária, e ainda superior, por intermédio de Universidades.

11.º) Liberdade de ensino, a par da instrução ministrada oficialmente.

12.º) Proteção dos enfermos, dos sem trabalho, em estabelecimentos adequados.

13.º) Casas de correção, de penitência e de melhoramentos para criminosos condenados, e para vadios e dissolutos de um outro sexo.

14.º) Igualdade perante a lei.

O projeto não foi transformado em Constituição do novo Império. Concorreram para esse fato fatores da maior importância, a saber:

1.º) A Assembléia cindiu-se em quatro grupos partidários: o mo-

derado, o democrático, o andradino e o ministerial. Isso constituiu o primeiro mal, que feriu de morte a notável reunião de patriotas.

2.º) A existência do partido português na cidade do Rio de Janeiro, isto é, do partido constituído pelos portugueses, não satisfeitos com a independência, e que operavam junto ao Imperador, no sentido de reincorporar o Brasil à Coroa lusitana.

3.º) A Assembléa não se limitou a examinar e discutir o projeto de Constituição. Simultaneamente com esse trabalho, a Assembléa discutiu e examinou atos do Governo, e do Imperador, e condenou aqueles atos que ela qualificou como de abuso de poder.

4.º) As crises políticas que afetaram a Assembléa em suas relações com o Governo chegaram a seu apogeu com o incidente Pamplona, um caso policial transformado em caso político.

Pamplona, boticário, foi espancado por um grupo de portugueses, que o acusavam de ser o autor de artigo virulento dado à estampa com o pseudônimo de "Brasileiro resoluto".

A oposição assoalhou que o Governo acorçoava fatos como esse, e que o ministério apoiava os portugueses que maltratavam os patriotas brasileiros.

Precipitaram-se os acontecimentos. A Assembléa solicitou informações ao Governo a propósito da queixa por ela recebida de Pamplona.

A resposta do Governo exaltou os ânimos, e provocou veementos discursos de Antônio Carlos, Montezuma, Martim Francisco e Alencar.

E o Governo expediu o decreto de 12 de novembro de 1823, de dissolução da Assembléa.

Dissolvida a Assembléa, os deputados retiraram-se, depois de ouvirem nobres e patrióticas palavras do presidente Maciel da Costa e do deputado Antônio Carlos.

Esse ato do imperador constituiu um atentado tão grave contra os princípios de liberdade, e de respeito aos direitos do povo que elegera a Constituinte, que logo no dia imediato, o Governo expediu decreto em que procurava desfazer a péssima impressão derivada do ato da dissolução, e publicava uma Proclamação, anunciando que o Imperador continuava a zelar pelos interesses nacionais. Concluiu a Proclamação: "Está convocada nova Assembléa, que trabalhará por uma Constituição, sobre projeto que em breve será publicado".

A nova Assembléa não se reuniu, porque os acontecimentos seguiram outro rumo.

Uma comissão composta de dez membros recebeu do Imperador Pedro I o encargo de elaborar o projeto de Constituição.

Recordemos os nomes desses ilustres brasileiros, que nessa obra empregaram todo o fervor patriótico, e o desejo de bem servir o Brasil:

Maciel da Costa, Mariano Pereira da Fonseca, Clemente Ferreira França, Luiz José de Carvalho e Melo Vilela Barbosa, Barão de Santo

Amaro, Pereira da Cunha, Nogueira da Gama, Carneiro de Campos e Silveira Mendonça.

Cinco membros da comissão eram deputados com assento na Constituinte dissolvida.

Executado o trabalho de que fora incumbida, a comissão apresentou o projeto por ela elaborado, em data de 11 de dezembro de 1823.

Esse projeto, que aproveitara largamente o trabalho apresentado à Constituinte pela comissão de que fôra relator Antônio Carlos, foi oferecido às observações das Câmaras existentes então no Império, e sendo por elas aprovado, com o pedido de que fosse observado como Constituição do Império, o imperador Pedro I jurou observar, fazer observar e cumprir o mesmo projeto como Constituição Política do Império do Brasil, em 25 de março de 1824.

Em suas linhas gerais a Constituição pode ser assim apreciada.

1.º) Adotando como forma de governo a monarquia constitucional representativa, a Constituição instituiu 4 poderes políticos, legislativo, executivo, judiciário e moderador, harmônicos e independentes, e fez assentar nessa harmonia dos poderes o princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias oferecidas pela Constituição.

2) Todos os poderes constituíam delegações da Nação, representada pelo Imperador e pela Assembléia geral.

3) O imperador exercia ainda o poder executivo, exercido por seus ministros de Estado.

O Imperador exercia ainda, e privativamente, o poder moderador, que era a chave de toda a organização política.

4) O poder legislativo era exercido pela Assembléia geral composta de duas casas, Senado e Câmara dos Deputados, sendo vitalícios os membros da primeira, e temporários os da segunda.

5) O poder judiciário era exercido por juizes e jurados, sendo os juizes vitalícios, mas amovíveis.

6) A Constituição assegurava a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos, a liberdade, a segurança individual e a propriedade, em textos claros, terminantes e positivos, de seu artigo 179 e respectivos parágrafos.

7) Administração provincial centralizada, e toda ela dependendo do Poder Executivo sediado no Rio de Janeiro.

8) Força militar de terra e mar essencialmente obediente, competindo ao poder executivo o respectivo emprego, na defesa e segurança do Império.

9) Um Conselho de Estado, colaborando na administração pública, principalmente sobre declaração de guerra e negociações de paz, e assistindo o Imperador em assuntos peculiares ao poder Moderador.

10) Ministros de Estado referendando ou assinando os atos do

Poder executivo, responsáveis por seus atos, nos termos do artigo 133 da Constituição.

Tais eram em linhas gerais os dispositivos constitucionais.

Observada como lei fundamental do país, a Constituição revelou-se em breve prazo um obstáculo ao livre desenvolvimento das aspirações nacionais.

A lei de 12 de outubro de 1832 autorizou a reforma constitucional, realizada pela lei de 12 de agosto de 1834, denominada Ato adicional. Esse monumento legislativo foi seguido da lei de Interpretação de 12 de maio de 1840.

A reforma parcial a que fazemos referência concedeu algumas franquias às províncias do Império, mas não melhorou a situação, com relação aos assuntos regulados pela Constituição, e isso aconselhava a substituição do regime nela consagrado, que positivamente era um entrave ao progresso do país, e ao surto das aspirações liberais do nosso povo.

Que assim era necessário, sentimos muito bem quando em 1889, estudamos a Constituição do Império, ouvindo as sábias e inolvidáveis lições de Pedro Lessa, o erudito mestre da Faculdade de Direito de São Paulo, notável advogado, e mais tarde fulgurante Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Naquelas incomparáveis lições o grande Pedro Lessa nos deu a conhecer bem de perto os inconvenientes de um regime em que o Poder Moderador chave de todos os Poderes anulava esses Poderes, e se constituía o árbitro dos destinos de um povo, e de uma nação.

A centralização administrativa aniquilava as províncias: e era um entrave à expansão da vida regional.

A magistratura nacional, nomeada pelo poder executivo, e dele dependente, amovível, sem as garantias indispensáveis ao perfeito desempenho de suas funções, não podia ser o órgão realizador do direito na vida social brasileira.

A instabilidade da administração do país, consequência direta das sucessivas composições e recomposições ministeriais dava ainda lugar à ditadura do executivo ou à ditadura do parlamento, de acordo com a origem da mesma transformação do ministério incumbido da administração. Essa instabilidade da administração vertia ainda em evidente prejuízo para os negócios públicos, que sofriam as consequências dela derivadas.

Quanta saudade, meus senhores, desse tempo em que ouvíamos a palavra de Pedro Lessa, explicando e comentando os textos da Constituição, pondo em relevo os pontos que acima deixamos assinalados.

Hoje, volvidos 45 anos, sentimos legítimo prazer em recordar aqueles dias da nossa adolescência, e foi com satisfação que percorremos as páginas da Constituição do Império, anotada por José Carlos Rodrigues, manuseada em 1889, e conservada como relíquia, com as anota-

ções nela postas, à medida do desenvolvimento das lições do saudoso mestre Pedro Lessa, para traçarmos o comentário agora feito à Constituição de 25 de março.

A REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Grande, sem dúvida, foi o culto dos nossos maiores pela liberdade e pela democracia.

A Inconfidência mineira, a Revolução pernambucana de 1817, o 7 de abril de 1831, a gloriosa revolução farroupilha, cujo centenário em breve será comemorado, a revolução paulista de 1842, para referir apenas estes movimentos, são atestados indubitáveis do culto que os nossos antepassados votaram às idéias de liberdade e democracia, neste amado torrão em que vivemos.

A monarquia portuguesa, enxotada pelas armas napoleônicas, soubera implantar um trono em terras americanas.

A monarquia bragantina, no trono brasileiro, não poderia viver muito tempo.

As aspirações populares, manifestadas em todos os movimentos revolucionários, tendiam para a integração do Brasil no concerto das repúblicas da América.

Por outro lado, os partidos monárquicos, centros de resistência em que se apoiava o trono, encontravam-se em franca dissolução, na segunda metade do século que vira a Independência e a fundação do Império do Brasil. Não podiam dominar a onda republicana, que se avolumava e devia triunfar e vencer.

A vontade irresponsável do segundo Imperador, anulando todos os poderes políticos, e acreditando poder governar sem obstáculos, ofereceu ensejo à idéia de um terceiro reinado, que a astúcia e a audácia, ainda em vida do segundo Imperador, deviam implantar no solo da Pátria.

A corrupção política, que autorizara as palavras de fogo de Silveira Martins, quando apelidou de "Câmara dos Servis" a Câmara dos Deputados, e as palavras amargas de Ferreira Viana, ao declarar que "um homem de bem não podia ser Ministro de Estado", era de molde a favorecer a vitória do ideal republicano.

Essa corrupção inspirou o nosso grande Felix da Cunha, em noite de 7 de setembro, durante representação de gala no velho Teatro São Pedro. Instado para dizer algumas palavras a propósito do dia da Independência pelo seu grande amigo e seu saudoso mestre, o Cônego Viana que me relatou o episódio, o poeta ergueu-se, e de pé em cadeira da platéia, estendeu a dextra e improvisou o magistral soneto, que lhe assegura imortalidade:

Silêncio! Não turbeis da paz da morte,
Os manes que o Brasil quasi esquecia!
E' tarde! Eis que espedaça a lousa fria
De um vulto venerando o braço forte.

Surgiu! A magestade traz no porte
Lá onde o astro da glória se irradia.
Vem, grande Andrada, advinhaste o dia,
Vem juntar ao da Pátria o teu transporte.

Recua? Não se apressa em vir saudá-la?
Cobre a fronte brilhante de heroismo?
E soluça? O que tem? Ei-lo que fala:

"Oh Pátria que eu salvei do despotismo,
Já vejo a corrupção que te avassala,
Não te conheço" E se afundou no abismo.

Os erros acumulados da política imperial, o atraso verificado na solução dos problemas administrativos, e nas reformas indispensaveis ao progresso nacional, robusteceram a propaganda habilmente desenvolvida pela imprensa e pela tribuna, e precipitaram os acontecimentos, conduzindo a Nação à transformação do regime político inaugurado com a Constituição de 25 de março.

Assim, ao sól de 15 de novembro de 1889, o grande patriota, o marechal Deodoro da Fonseca, à frente do exército, estando em perfeita comunhão de sentimentos, o povo, exército e armada, proclamou a República, e assumiu o exercício do poder, como chefe do Governo Provisório.

Assistido por um grupo de notáveis cidadãos, inflamados de patriotismo, e do honesto propósito de bem servir o país, o Chefe do Governo Provisório adotou as medidas tendentes à rápida e segura reintegração da nação brasileira, na ordem legal, sob o regime republicano, implantado em 15 de novembro de 1889.

Em 15 de setembro de 1890 era eleita a Assembléia Constituinte, solenemente instalada a 15 de novembro de 1890.

A essa Assembléia foi presente o projeto de Constituição que o Governo Provisório pedira a uma comissão constituída por Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Rangel Pestana, Magalhães Castro e Santos Verneck, homens de notavel capacidade em assuntos constitucionais, e patriotas que haviam trabalhado com denodo na propaganda republicana.

Recebendo o projeto que fôra retocado pelo ministro Rui Barbosa, a Assembléia, onde figurava a fina flor da intelectualidade brasileira, onde estavam representados os Estados pelos homens mais eminentes,

em todos os departamentos da atividade, onde eram encontrados Júlio de Castilhos, Assis Brasil, entre os galhardos representantes do Rio Grande do Sul. Rui Barbosa, pela Bafa, José Higino por Pernambuco, Epitácio Pessoa pela Paraíba, Ubaldino de Amaral pelo Paraná, Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos por São Paulo, para referir apenas estes, e sem diminuir por qualquer forma o valor dos outros que ali apareceram e assinaram a nossa Lei Fundamental em 24 de fevereiro de 1891; a Assembléia, repetimos, encarregou uma comissão de 21 membros, do exame do projeto, que serviria de base aos trabalhos da Constituinte.

Examinado o projeto, a Comissão redigiu notavel parecer, recomendando à Constituinte que o adotasse para base do seu trabalho de construção do novo regime político.

Discutido pela Assembléia, emendado em muitos pontos, o projeto voltou às mãos da Comissão dos 21, que fez a redação do texto da nova Constituição, e o apresentou ao voto da Constituinte em sessão de 21 de fevereiro de 1891.

As emendas à redação foram objeto de novo parecer da Comissão, datado de 23 de fevereiro de 1891, e aprovado nesse mesmo dia.

Finalmente, em 24 de fevereiro de 1891, o que quer dizer, 101 dias após a instalação da Constituinte, era assinada, decretada e promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

Agora, e antes de apreciar em rápida análise a obra da Constituição de 1891, cumpre dizer que os membros da notavel Assembléia que dotou o Brasil de uma Constituição não foram inferiores aos nossos antepassados que em 1823 formularam o projeto apresentado à Constituinte dissolvida por Pedro I, e aos dez notaveis cidadãos que nesse mesmo ano redigiram a Constituição promulgada pelo Imperador em 25 de março de 1824.

Na Constituinte dissolvida figuravam os grandes patriotas Antônio Carlos, Fernandes Pinheiro, Montezuma, Miguel Calmon, Araújo Lima, Gonçalves Ledo, Martin Francisco, Nicolau Vergueiro, José Bonifácio, Arouche de Toledo, José da Silva Lisboa e José Martiniano de Alencar, para referir estes unicamente, sem pretender o menor desluzte para os nomes dos demais membros da notavel Assembléia.

Na comissão dos dez patriotas incumbida de redigir a Constituição promulgada pelo primeiro Imperador aparecem nomes dignos de menção especial, tais como Maciel da Costa, o futuro marquês de Queluz, Mariano da Fonseca, o inolvidavel Marquês de Maricá, Nogueira da Gama e Carneiro de Campos, todos eles figuras de altíssimo relêvo durante o primeiro Império, e ainda em boa parte do reinado de Pedro 2.^o

Na Constituinte de 1891 aparecem figuras de indiscutivel valor, grandes patriotas, obreiros do progresso do país e indefessos servidores da Nação brasileira: Prudente de Moraes, Nilo Peçanha, Sal-

danha Marinho, Rui Barbosa, João Barbalho, José Higino, Anfilóbio, Júlio de Castilhos, Américo Lobo, Campos Sales, Rodrigues Alves, Glicério, Felisbello Freire, Lauro Müller e Aristides Lobo, para citar apenas estes nomes que formam uma legítima constelação de patriotas distintos pelo saber, pelo patriotismo e pelo zelo com que serviram à causa pública, e cuja memória é objeto da veneração de todos os brasileiros.

Prestada esta homenagem aos beneméritos brasileiros que ligaram seus nomes à obra de constitucionalização brasileira, em 1823 e em 1891, vejamos em rápido esforço o que foi a Constituição Republicana de 1891.

A Constituição da República representa o trabalho considerável de uma construção política sobre os escombros do Império do Brasil, extinto em 15 de novembro.

E' o que se vê do artigo 1.^o assim redigido:

A Nação Brasileira adota como forma de governo sob o regime representativo a Republica Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias em Estados Unidos do Brasil.

Partindo de baixo para o alto, que fez a Constituinte? Estipulou que a organização municipal daria autonomia aos municípios, em todos os assuntos de seu peculiar interesse.

As antigas províncias, erigidas a Estados concedeu autonomia e permitiu a elaboração da Constituição que devia reger cada um deles, e a adoção das leis relativas aos negócios de seu interesse, respeitados os princípios constitucionais.

A União, representando, a Nação Brasileira, exerce a soberania, e tem como órgãos o poder legislativo, poder executivo e o poder judiciário. Legislativo, a cargo do Congresso Nacional, com duas câmaras. Executivo, exercido pelo Presidente da República, eleito pelo voto direto da Nação, auxiliado por Ministros de Estado, de sua livre escolha. Judiciário, a cargo de um Supremo Tribunal Federal, e de Juizes e tribunais federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar.

Depois de fixar as qualidades do cidadão brasileiro, a Constituição assegurou a todos eles, e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, em textos bem claros do seu artigo 72, que as Constituições dos Estados a seu turno reproduziram em seus textos.

Em textos especiais foram fixadas as atribuições de cada um dos órgãos da soberania nacional, e nas disposições preliminares foi feita, a discriminação das rendas atribuídas aos Estados e à União, para proverem às necessidades de seu governo e administração.

Finalmente, e porque tivesse assegurado autonomia aos Estados, no artigo 6.^o da Constituição houve por bem fixar os casos de inter-

venção em negócios peculiares aos mesmos Estados, por ela assim estipulados:

- a) Repulsa de invasão estrangeira, ou de um Estado em outro.
- b) Manutenção da forma republicana federativa.
- c) Restabelecimento da ordem e da tranquilidade no Estado, à requisição do respectivo govêrno.
- d) Execução de leis e sentenças federais, em caso de embaraços ou de opposição por parte dos govêrnos, das autoridades ou do povo dos Estados.

Promulgada a obra monumental, foi ela comentada, explicada e interpretada.

João Barbalho, notavel ministro do Supremo Tribunal Federal, signatário da Constituição, como representante de Pernambuco, do heroico Pernambucano de 1817, de Pernambuco que expulsara os holandeses dos territórios onde arrogantemente se haviam instalado, redigiu os magníficos comentários em que fez a análise do projeto do Govêrno Provisório, das principais emendas oferecidas, e do texto definitivo da Magna Lei. Os comentários constituem um livro clássico, que sempre será lido e meditado, com interesse e com proveito.

Carlos Maximiliano, o notavel jurisconsulto patricio, enriqueceu o nosso patrimônio intelectual, dotando o direito constitucional brasileiro do formoso livro de comentários à Constituição Federal. Nesse maravilhoso trabalho do jurisconsulto patricio não sabemos o que mais admirar e louvar: Se a interpretação do texto constitucional, segura e justa que nos convence, ou se a maravilhosa cultura do espirito do escritor, que nos encanta e deslumbra.

Aristides Milton, Amaro Cavalcanti, Araujo Castro também escreveram magníficos trabalhos sobre a Constituição, explicando os textos, e fixando-lhes o verdadeiro sentido.

Aurelino Leal e Felisbello Freire, deram a lume os brilhantes estudos de História Constitucional do Brasil, e da República, que hoje são indispensáveis nas bibliotecas dos que se dedicam a versar estes assuntos.

E Rui Barbosa, o homem que reuniu em sua pessoa estas qualidades, tôdas superiormente expostas ao louvor e à admiração dos seus coevos, e da posteridade, pois foi o maior escritor, o portentoso orador, o exímio linguista, o notavel advogado que a todos excedeu na defesa do direito, e dos justos e dos oprimidos, contra os fortes e os poderosos; Rui Barbosa, comentou, interpretou e explicou a Constituição, artigo por artigo, e de tal forma que ela nunca passaria de letra morta se não fora a galhardia do maravilhoso constitucionalista.

A êle devemos a reivindicação da preeminência do Supremo Tribunal Federal, em face dos outros poderes do regime, para sentenciar em espécie sobre os atos desses poderes, offensivos da Constituição e das leis, e violadores de direitos individuais. Desde 1892 Rui Barbosa

desempenha essa formidável tarefa, que foi a defesa da Constituição, ante os atos de prepotência do poder legislativo, ante os desmandos do poder executivo.

Chegando a esta altura da nossa exposição, é tempo de dizermos que a obra da Constituinte de 1891 foi notável, pois a Nação teve, naquele momento histórico, uma grande Constituição, que honestamente executada, proporcionaria a todo o Brasil dias de paz, de ordem e de progresso.

Infelizmente, não foi isso o que se observou.

Consolidadas as instituições republicanas, após os movimentos revolucionários dos primeiros anos do novo regime, felizmente dominados pelos nossos governantes, o país viu com desgosto inaugurar-se o regime da prepotência do executivo ante o poder legislativo; observou com pesar os desmandos da Presidência da República, a partir de certa época, e sentiu que a Constituição se transformara em letra morta para certos administradores, que nada receiavam, nada temiam, e tudo afrontavam, seguros da impunidade.

Esses erros, acumulados durante largo período de tempo, irritaram a opinião, e afinal chegou o momento em que a Nação cansada de sofrer, e de ser o ludíbrio de governantes divorciados de seus deveres, reagiu e exerceu os seus direitos, reproduzindo pontualmente a conduta dos nossos maiores, em 7 de abril de 1831.

E a revolução de outubro de 1930 aniquilou o govêrno que se constituira opressor das liberdades públicas, e com êle a Constituição de 1891, que não mais satisfazia as aspirações e as necessidades populares.

A OBRA DA REVOLUÇÃO E A CONSTITUINTE DE 1934

Assumindo a suprema direção dos negócios públicos, o Governo Provisório da República dirige com firmeza a nau do Estado, e atende às necessidades públicas atinentes à vida nacional, no interior, e no concerto das nações civilizadas.

Durante três anos, a tarefa realizada por êsse Govêrno tem sido notável, sob todos os aspectos.

E hoje, no curso do 4.º ano de sua existência, o Govêrno Provisório vê a obra da revolução terminar corretamente, com a Constituição elaborada por uma Assembléia em nada inferior às duas Constituintes de 1823 e de 1891, e com a reintegração do país em sua vida legal.

Notável, na verdade, é a obra realizada por essa Assembléia Constituinte de 1934.

Recebendo o projeto de Constituição, elaborado por uma ilustre comissão, em que ocuparam saliente papel homens da estatura moral e intelectual de Melo Franco, Carlos Maximiliano, Leví Carneiro, Raul Fernandes, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro para referir apenas ês-

tes, a Constituinte encarregou uma comissão de 26 membros, do estudo do projeto oferecido pelo Governo Provisório, e do exame das emendas a elle apresentadas pelos membros da Assembléia.

Em seguida, discutiu-se em plenário o resultado do trabalho dessa comissão, e chegou-se ao termo da formidável tarefa de elaboração da Constituição que deverá reger os destinos do país.

Mantendo a forma de governo, e o regime presidencial da Constituição de 1891, a Constituição agora elaborada da República, suprimindo o cargo de vice-presidente, inutil superfetação do anterior aparelho governativo.

Quanto ao poder legislativo, deu-se preferência ao regime unicameral, extinguindo-se o senado no antigo regime.

O poder judiciário recebe na Constituição de 1934 uma forte organização, que bem assegura a atuação dêsse órgão governamental no desenvolvimento dos negócios públicos.

Os Estados vêem assegurada a mais completa autonomia em todos os negócios de seu peculiar interesse, e os casos de intervenção federal estão bem fixados e delimitados, de modo que fique afastado o perigo de indébitas intromissões da administração federal na vida dos Estados.

Os Municípios também estão assegurados em sua autonomia, como células dos organismos estaduais, componentes remotos da União Federal.

A discriminação das rendas é objeto de meticoloso cuidado na obra da Constituinte, que procurou melhorar e aperfeiçoar a matéria, de acôrdo com a experiência da vida republicana, à sombra da Constituição de 1891.

As garantias gerais de ordem e progresso, os direitos assegurados aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros habitantes do território nacional foram objetos de disposição muito refletidas, que sem a menor dúvida refletem o estado de civilização que atingimos, e bem acautelam os valiosos interesses que são chamadas a resguardar.

Louvemos, portanto, a obra realizada pelo Governo Provisório.

Louvemos ainda a obra de patriotismo e de sabedoria da actual Constituinte, que dota o país de uma lei fundamental em que se apoiará a vida nacional, no sentido da ordem, do progresso, e do respeito a todos os direitos e a todas as liberdades.

Louvores a essa Constituinte, não inferior às outras, de 1823 e de 1891, onde figuram legítimos expoentes da cultura jurídica brasileira, notáveis representantes da intellectualidade patricia, tais como, entre outros, Antônio Carlos, Alcântara Machado, Carlos Maximiliano, Leví Carneiro, Miguel Couto, Adroaldo Mesquita, Fernando Magalhães e Maurício Cardoso, patriotas, em nada inferiores aos mais autorizados representantes da intelligência e do patriotismo brasileiros nas duas primeiras Constituintes.

Meus jovens colegas, alunos desta Faculdade.

Quizestes uma conferência inaugural para a série de estudos que pretendeis realizar em vosso grêmio de moços estudiosos, em satisfação do desejo muito legítimo de bem vos aparelhardes para o serviço da Pátria e da República.

Fiz a vossa vontade, versando a matéria que entende com a elaboração constitucional em nosso país, em três etapas bem assinaladas: 1823, 1891 e 1934.

O estudo, rápido e mal apanhado, em razão da pobreza do artifício que o elaborou, tem, entretanto, um mérito: "E" uma provocação ao vosso estudo, um incitamento ao vosso labor no exame integral da obra constitucional em terra brasileira".

Estou seguro de atingir êste meu desejo. E isto é o que me basta, como recompensa do trabalho realizado com a elaboração desta conferência.

Disse.

TRANSADORES E RETIRANTES

(Nordeste missioneiro)

Dr. Manuel Duarte

Miguél Pedroso Leite, sargento-mór e destemido sertanista. Imortalizar-se-ia na defesa de Rio Pardo, onde casára com d. Inocência Maria Pereira Pinto, filha do coronél Francisco Barrêto Pereira Pinto. Era filho de Antônio Pedroso de Oliveira e s/m Maria Paes Domingues. Adquide, em 1773, a Manuel de Barros Pereira, a Fazenda Santa Bárbara, em Cima da Serra, a qual vende, em 2-6-1782, a Antônio Gonçalves Padilha. Retira-se para Lages, onde reside, em 1801, e é aí fazendeiro. Dos dez filhos, que deixou, apenas estão em sua companhia as filhas: Escolástica, com 10 anos e Maria, com 11 anos de idade, em 1801. (Sua ascendência, S. Leme, Genealogia, vol. 3.º, p. 138, como sua descendência, p. 140)

Salvador Bueno da Fonseca, filho do capitão João Bieudo de Brito e s/m. Margarida da Silva Bueno. (S. Leme, Genealogia, vol. 6.º, p. 349 onde, aliás, não está o seu nome, nem o de seu provavel irmão Francisco José de Brito, outro povoador do Planalto). Residiu Salvador no Planalto, de 1770 a 1785. Possuía a Estância "Santo Antônio da Tapéra", com pósse confirmada por Veiga de Andrade, a 15/4/1773, a qual vendeu a Inácio Vitorino de Oliveira, em 19/1/1785, juntamente com campo e faxinais comprados a Francisco José de Brito. Limitava essa Fazenda: a L. o rio Socorro, a O. com José Carneiro Geraldês e o arroio (cabeceira do Saltinho) da aguada do falecido Luiz Antônio da Rocha, ao S. com o arroio da Sepultura, e ao N. com o arroio e faxinais que dividem a José Carneiro Geraldês.

Era Salvador casado com Inácia Antônia de Araujo Rocha, filha de Luiz Antônio da Rocha, n. de Braga, e de s/m. Gertrudes de Siqueira, n. de Parnaíba. Do casal, nasceram, em Vacaria e aí batizadas, q. d. as filhas: Teotonia, em 1771, a qual se casaria, em Povo Novo, com José de Souza Neto, e seria a mãe do general farroupilha Antônio de Souza Neto; Joaquina, nascida em 1780 e Reginalda, em 1782.

Inácio Vitorino de Oliveira, paulista. Viveu em Vacaria, até o início do século XIX, quando vendeu sua Fazenda a Manoel Rodrigues de Jezus.

José Gomes de Escobar. Possuidor de grande fazenda, no Planalto nordestino. Filho de Baltazar Gomes de Escobar e Godóis e s/m., nascido em S. Paulo. Foi posseiro vizinho de Baltazar, onde, em 1770 vende seus campos a Joaquim dos Santos Loureiro, e, em 1799, o resto de seus domínios a Domingos Lemes de Souza, — “Paragem da Fazenda Velha”. Era c/c. Joaquina Escolástica do Amaral.

Francisco Pereira Gomes. Na concessão de sesmaria a Francisco Carvalho da Cunha, declara-se que esses campos fôram possuídos pelo capitão Francisco Pereira Gomes, de cuja pösse logo desistiu: “dera principio a hua fazenda que Logo despovoara por lhe não fazer conta...” Esse mesmo povoador e antigo tropeiro torna-se fazendeiro no interior de Cima da Sérra, onde adquire possessão de sesmaria e já é possessor, em 1754, limítrofe à concessão de António Corrêa Pinto, o fundador de Lages. De feito, na concessão da sesmaria do Serrito, a Teodosio Garcia de Campos, em 1746, na região central de Cima da Sérra, descrevem-se-lhe os limites: “Começa do Capão Comprido até o Rio Tainhas rumo direito do mesmo Capão até o rio de Santa Cruz partindo da parte da Serra com o Ribeirão do Posto e da campanha com Francisco Pereira Gomes” — o povoador. Foi dada pösse dessa sesmaria a Teodosio, pelo Cabo de Esquadra da Guarda de Viamão, Luiz Pereira, em 17-4-1747, quando este declara, no ato da pösse, que essa sesmaria limita: “da parte Norte com Pedro da Silva Chaves e, do Poente, com Francisco Pereira Gomes.”

José Pinheiro Soares do Lago. Rendeiro dos dizimos da Vila do Rio Grande, em cujas proximidades obtem sesmaria. Ainda mais, “obteve, do Governo da Capitania do Ryo Grande de Sam Pedro do Sul, a 11 de agosto de 1755, e confirmada a 7 de agosto de 1757, em Lisboa, por el rei D. José, a sesmaria de uns campos já possuídos e povoados, em Cima da Serra de Viamon, entre os rios chamados do Inferno e Pelotas, os quais partem: ao N. com o dito Pelotas; ao Sul, com o dito rio do Inferno; pelo Léste, com o matto groço, e de Oeste com a ponta dos Referidos Rios, (engano; deve ser: na confluencia dos referidos rios) com a área tres leguas por uma.”

Minúcias de luz derrama a descrição dessa sesmaria, sobre obscuros enígmás geográficos, nas confusas lindas Riogrande—Santa Catarina, em cujos confins se afunde ela, em pleno recesso dos sertões de “Baqueria de los Pinares.” Assim que torna certa a remota origem de — “Rio do Inferno” — que fôra primitivo batismo topo-

nímico do rio das Pelotas. Ainda mais, prova de como houve deslocamento de topônimo, na orografia daquêlas devêzas imponentes. De sorte que a parte mínima absorveria, de futuro, o próprio todo, na denominação genérica da atualidade. De feito, o fenômeno é sugestivo. O partitivo gentílico — rio das Pelótas —, inicialmente conferido, na manhã da conquista planaltina, a minúsculo tributário fluvial daquele grande rio, de primeiro, do “Inferno”, das longínquas entradas portuguesas, se encorporaria inteiramente neste, cujo apelido histórico se perderia para sempre, para ficar apenas a tradição de “Passo do Inferno,” no arroio da diviza, por onde o trânsito dos primeiros itinerários. Ao passo que o primitivo rio das Pelótas se chamaria, pordavante, rio do Lavatudo, cuja origem desidentificada, ainda, é inventiva recente. (Rev. do Arq. Pub. Mineiro, Ano XXIV, 1933, p. 183).

Antônio Corrêa Pinto, transador e retirante, do máximo relêvo na história da conquista e povoamento do Sul do Brasil. Foi sesmeiro em Cima da Sérra, cujos sertões conheceu e percorreu, desde épocas remotas. “Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que havendo Respeito a me Representar por sua petição **ANTONIO CORREA PINTO MORADOR EM SIMA DA SERRA DE VIAMÃO**, que elle Suplicante comprara a Joseph Antonio Cardoso huas terras, que lhe havia concedido na mesma paragem o Coronel Governador, que foi deste Estabelecimento, Diogo Ozorio Cardoso ha seis para sette annos em que tinha Cazas, Currais, plantas, e animaes creadores, assim Vacuns, como Cavallares, cujas terras terião de cumprido duas Legoas, e pouco mais de hua de Largo, e confrontavão pela parte do Norte com Thomé de Almeida Lara, pela do Sul com o Alferes Antonio Gonçalves dos Reys, pella da Nascente com a Estrada dos Tropeiros té o passo do Rio das Tainhas; e pela do Poente com o Capitão Francisco Pereira Gomes, o que tudo constava por documentos...” A concessão da respectiva sesmaria tem a data de vinte e hum de Junho de mil sette centos, cincoenta e quatro. (Rev. do Arq. Pub. Mineiro, Ano, XXIV, 1933, p. 52).

Foi, pois, o famoso sertanista lindeiro com esse não menos famoso capitão Pedro da Silva Chaves, fundador de São Francisco de Paula de Cima da Sérra, onde se estabeleceu com imênsos domínios territoriais. Daí, talvez, a histórica inimizade êntre esses dois fazendistas sertanêjos.

Assíduo e veterano tropeiro de cavalgadúras, certo, de seus amplos conhecimentos dos sertões de “Baqueria de los Pinares”, sobreviriam veladas insinuações ao Governo de S. Paulo, quanto às conveniências da fundação de Lagens, de cuja missão seria, enfim, encarregado esse enérgico português da estirpe gloriosa lusitana. Por igual, profundo conhecedor da vasta campanha, foi da sua solêrte iniciativa a obreptícia e sucessiva mudança das divizas topográficas

entre a Capitania paulistana e o Governo do Continente de Viamão. (Corrêa Pinto n. em S. Marco, Arcebispado de Braga).

Em cabo, pela aquisição aos domínios de Silva Chaves, da fazenda de A. dos Reys, de supôr é que mais se exaltassem os odios de Corrêa Pinto contra o poderoso rival. Daí, o plano de fundar Lages cujos limites ideais deveriam abranger Cima da Serra, pelo pico da serra Geral de Viamão, como pretendia Corrêa Pinto...

Antônio Gonçalves dos Reis é outro transador e retirante. Posseiro, em 1752, na região de Cima da Serra, foi a sua fazenda, denominada "Serrito" arracadada, em 1754, pelo Juizo de Auzentes. Provada, porém, a sua ocupação efetiva, foi-lhe a mesma restituída. Afinal, pouco depois a vende Gonçalves dos Reis ao capitão Pedro Chaves. Era Gonçalves dos Reis capitão de milicias.

Tomé de Almeida Lára. Quando, em 1754 foi concedida sesmaria ao futuro capitão-mór de Lages, Antônio Corrêa Pinto, já era possessor em Cima da Sérra Tomé de Almeida Lára, pois que as térras concedidas a Antônio Corrêa Pinto confrontavam, "pela parte Norte, com Tomé de Almeida Lára". Assim que, em 1772, P. Chaves adquire a Maria Da Silva Pinheiro, o campo que a mesma ainda possuía, em Cima da Sérra, o qual limita: "com campos de José Alves da Silva e a fazenda que foi de Tomé de Almeida Lára, já pertencente ao comprador capitão Pedro Chaves."

Matias Alves de Gusmão. — Foi, com os filhos, dos mais remótos apropriadores e negociastas de térras, em "Baqueria" e Cima da Serra. Cêrca de 1750 aparece, no Planalto, vinda de S. Paulo, a família Gusmão. Apenas transposto o rio das Antas, pelo Passo de Cima, já arrematam, no Juizo de Orfãos, a Fazenda "Morro Agúdo", que mais tarde venderia esse antigo povoador, ao capitão Antônio Gonçalves Padilha. Sucessivamente adquirem pai e filhos grandes fazendas em Cima da Sérra, tres das quais venderiam, em 1774 e 78 ao capitão Pedro Chaves, ao qual vendem, ainda a fazenda do "Cédro". Vendem mais duas fazendas em Cima da Sérra, ao capitão Antônio Gonçalves Padilha. Outra fazenda vende o alferes Manoel Alves de Gusmão ao povoador Inacio Leite Ribeiro, em 1776, mais ou menos.

Matias Alves de Gusmão falece em Cima da Sérra. Afinal, desfeitos os seus imensos domínios serranos, retiram-se para Porto Alegre viúva e filhos desse antigo povoador e retirante. Assim que, em 1778, se procede, na Capital riograndense, a inventario dos bens deixados pela viúva de Matias Alves de Gusmão, — Maria da Silva Pinheiro. No respectivo térmo se encontra a seguinte descrição de titulo de herdeiros: 1) Alferes Manoel Alves de Gusmão, c/c. Gertrudes Maria; 2) Inacio Alves, c/c. Maria Inacia; 3) Bernardino Al-

ves, c/c. Joséfa Maria; 4) Maria Candelária, falecida, foi c/c. Antonio Moreira Lemos. Filha única: Ana, c/c. Manoel Coelho da Costa; 5) José Alves da Silva; foi c/c. Gertrudes Maria; Filho: José, com 13 anos de idade.

Dessa família paulistana, de antigos — transadores e retirantes — apenas se encontra: "Gertrudes Maria, filha de Timóteo de Góis Castanho e de s/m. Luzia Corrêa, casada em 1779 (engano; pois, em 1778, viúvo já era José e tinha o filho José, com 13 anos de idade) em Sorocaba, com José Alves da Silva, filho de Matias Alves de Gusmão e de Maria da Silva. (S. Leme, *Genealogia*, vol. 6.^o, p. 30, Tit. Godóis). "Gertrudes Maria Rodrigues, filha do capitão Miguel Ribeiro Ribas e s/m. Clara Domingues de Moraes, casada, em 1771 com o alferes Manoel Alves de Gusmão, filho de Matias Alvares de Gusmão, natural de São Sebastião, e de sua mulher Maria da Silva Pinheiro, natural de São Paulo." (F. Negrão, *Genealogia Paranaense*, vol. II, p. 402; Tit. Rodrigues Seixas).

Joaquim José Pereira. — Vulto da máxima projeção e inconfundível renome, na história da conquista, fundação e defesa do "Distrito de Baqueria de los Pinares". Cerca de 1775, aparece no Planalto serrano, onde, já de início se torna esforçado negociista de terras e largo importador de escravos. Em 1778, com 36 anos de idade, é o despachado organizador e comandante da Companhia da Cavalaria Auxiliar daquele desgarrado e longínquo Distrito, sempre a pique de invação dos índios missioneiros. De feito, desde os primórdios da penetração e povoamento dos portugueses no Planalto nordestino, vinham os índios dos Sete Povos hostilizando incessantemente os invazôres, que se haviam alojado na grandiosa rechã, em marcha do Oriente para o Poente. Defendia o gentio indômito os seus vastos rebanhos bovinos e os pagos seus nativos, povoados de semoventes, desde 1712. Ao passo que os silvícolas subiam dos "Fundos de Baqueria", do Ocaso para o Levante.

Mobilizada a Companhia da Cavalaria Auxiliar, destacaria Joaquim José Pereira partidas de reconhecimento e vigilância, nos limites da ocupação territorial lusitana, na memorável linha da Extrêma e Tapéra de Santa Rita, além de cujas fronteiras se adentravam espias volantes, a observar o movimento do inimigo ameaçativo e tenaz.

Em verdade, realizar-se-ia a violenta incursão do gentio vingativo, em 1779, retrucada de sangrenta reação lusitana. Seria enérgica e implacável a atuação do capitão Joaquim José Pereira. Danificariam propriedades inteiras os invazôres. Dizimariam rebanhos bovinos. Incendiariam casas. Sacrificariam vidas humanas, pelas fazendas assoladas. Já na réplica, houve matança, cujos efeitos imprevistos ecoariam até ao Prata. O respectivo vice rei reclamaria

ao do Brasil, ao mesmo tempo que advertiria pertencerem à corôa de Espanha aqueles domínios e gentios assassinados. Certo, foi severo o embate havido, em que pereceram 78 invazôres gentílicos. A respeito desses succêssos, escreve Lobo de Saldanha ao vice rei do Brasil: "... o Official que a defendeo foi o Capitam Joaquim José Pereira, que na verdade fizera a mortandade naquelle Gentio com alguma dezumanidade, pelos ter anticipadamente prezos, se bem o motivo fora o dos mesmos Gentios virem insultar os moradores daquelle Destrito."

Já o grande Veiga Cabral, que se transportaria para o Distrito dos Pinhais, "para sindicar do succedido", assim se expressaria, em correspondencia com o vice rei, na qual esculpe agudêza de visão: "Não sepode negar embeneficio da umanidade, que seria possivel sem faltar adefença natural haver poupado alguas vidas daquelles indomitos naturaes; mas quem já pode evitar á mesma Tropa regular excessos em ocazião decombate? Que valor e sevelidade será capaz deconcervar prizioneiros entre onumero dos vencedores outro sufficiente a fazer mudar a sua Sena em hum instante principalmente oferecendolhe a conjuntura em lugar de Cadeyas e Grilhoens para seguralos, o dezerto da Campanha patria dos mesmos prizioneiros?..." Por último, insinúa o grande homem o desânimo e mau efeito que geraria a punição dos autôres daqueles excêssos: — "pre- vendo que o mesmo seria saberem os moradores de Cima da Serra que havião sido / posto que com justo motivo / punidos aquelles sujeitos aquem devem a sua conservação, e dos seus bens, que de- zertarem apezar de quaesquer esforços que eu fizece para empedillos, e reduzirem-me a consternação de conciderar dezemparados parte dos Dominios de Sua Magestade que jurey nas maons de V. Ex. con- cervar arisco da propria vida."

Contudo, em consequencia dos féros acontecimentos, seria Joa- quim José Pereira afastado do comando da Companhia da Cavalaria Auxiliar, que fundára e dirigira. De sorte que, em 1781, já era ele auzente, ha ano e meio, da Região, que tão impavidamente defendêra. Prêviamente despovoaria suas pösses, confôrme relata a preciosa "Lista dos que despovoaram seus campos, antes da invazão dos bu- gres desta Vacaria", do substituto, o tenente Manuel da Fonseca Paes.

Ficava, porém, organizada, pordavante, a defêsa do Distrito dos Pinhaes contra invazão missioneira. Sem missão official, cuidaria Joaquim José Pereira de intensificar a atividade sua nativa, na com- pra e vênda de imóveis, cuja entreprêsa se tornaria sedutora, dado o clamoroso êxodo que, a partir de 1776, se vinha generalizando êntre os povoadores do importante Distrito daquela Fronteira, e conse- quente desvalia dos campos. Em verdade, é impressionante esse feito providencial no veterano cabo de guerra, na história da occupação possessiva de "Baqueria de los Pinares", sob a dominação portugueza.

Logo de início, adquire a sesmaria do Capão Alto, que revende a Manuel Muniz Pinto de Gusmão. Sob a invazão do gentio no Ocaso do Distrito dos Pinhais, adquire Joaquim José Pereira a grande estância "S. Paulino", que foi, primeiro, possuída pelo tenente José Pereira da Silva, vendida por este a Joaquim António de Oliveira, que a transfere a Francisco Alves de Oliveira, o qual a vende a Joaquim José Pereira. Ao mesmo Manuel Muniz Pinto de Gusmão vende ainda outra grande fazenda. Em 1780 adquire ao retirante Baltazar Gomes de Escobar e Godóis, e s/m. Teresa de Godói, a grandiosa fazenda que os vendedores obtiveram por sesmaria, em 1767.

Ademais, compraria a Salvador Rodrigues Penteado e s/m., em 1775, de chegada á Região, outra imensa estância, denominada "Santa Cruz dos Quatis da Paragem da Freguesia Velha". Em 1776, adquire a António José de Freitas e s/m. a metade da grande fazenda S. José do Silveira, cuja área se compõe de tres sesmarias. Finalmente, véspera de seu casamento com Ana Maria de Santa Rita, filha do capitão mór de Laguna, João da Costa Moreira, recebeu escritura da outra metade da fazenda S. José do Silveira, em dote de núpcias.

A pouco e pouco foi o capitão Joaquim José Pereira transando, a troco de semoventes, a colossalidade territorial que possuía no Distrito dos Pinhais. Rezervaria apenas a estância de São José do Silveira, que era dote da esposa.

Joaquim José Pereira era português, natural de Alemquer, Arcebisado de Lisboa; filho legítimo de António Manuel da Silva e de s/m. Catarina Maria. Aos 44 anos de idade se casou com a referida Ana Maria de Santa Rita, filha do capitão mor João da Costa Moreira e de s/m. Ana Maria de Jezus, n. da Ilha de Santa Catarina, a 11 de outubro de 1786. Realizou-se o casamento no Oratório da casa do sógro, no Passo Grande do rio Tubarão. Foi celebrante o padre Bernardo Lopes da Silva, e testemunhas — o capitão João da Costa Moreira e Manuel António da Costa Guimarães.

Logo após, adquiriu o capitão reformado Joaquim José Pereira tres fazendas, em Lages, onde vai residir e já é viúvo, em 1800. Vêlho tropeiro, dedica-se, no fim da vida, á criação de cavалares e muáres, pois que marca, por ano, 100 múlas e 200 animais cavалares.

Tinha Joaquim José Pereira tres filhos órfãos, em 1800:

- a) Umbelina, com 12 anos de idade;
- b) Paulo, com 10 anos, e
- c) José, com 4 anos.

Umbelina se casou com Nicolau de Lins e Abreu, em Lages, onde sempre viveu esse casal. O filho Paulo, em 1819, é já casado com Ana Maria de Santa Rita, e, em 1821, José Joaquim Pereira, último filho, é casado com Urçula Maria da Conceição, filhas, âmbas, do coronel João da Costa Varela e de s/m. Maria Joaquina de Santana, de Cima da Sérra, onde viveram e deixaram descendência estes dois

casais. José Joaquim Pereira faleceu em 1844, ao passo que a esposa, Urçula Maria da Conceição, faleceu, em 1865. Houve de seu casal os seguintes filhos:

- 1) Joaquim, falecido criança;
- 2) Leopoldina, idem;
- 3) Francisca Hermenegilda de Paula, c/c. José Francisco de Cândia;

- 4) Rosa Maria da Conceição, c/c. Heitor José Pereira;
- 5) Placidina Maria do Nascimento, c/c. Francisco de Paula Vélho;
- 6) João José Pereira, c/c. Maria Alexandrina. Falecido. Filhos deste casal:

- 1) Gregorio José Pereira, c/c. Ana Maria Pereira;
- 2) José Joaquim Pereira Neto, c/c. Francisca Dias Morais Fajardo;

- 3) Maria José Pereira, c/c. José Soares de Barros Filho;
- 4) João José Pereira Filho;
- 5) Rafaél José Pereira;
- 6) Honorato José Pereira;
- 7) Amélia do Nascimento;
- 8) Joaquim José Pereira Sobrinho;
- 9) Bonifacio José Pereira.

Mas, grande negociista de escravos, possuía, em Lages, no recenseamento de 1800, cerca de 49 exemplares africanos, em suas fazendas, ao passo que mais de 70 mantinha ele em suas sesmarias dos Pinhais, em S. José do Silveira.

Pedro de Barros Leite. Antigo povoador e fazendeiro em "Baqueria de los Pinares", era natural de Itú e c/c. Maria Joaquina de Andrade, natural dos Currais da Baía. Em 1780 vendeu grande porção de suas terras a Júlio da Costa Ribeiro, povoador, natural de Taubaté, denominadas fazenda da "Chácara ou Touros". Doaria o restante (uma légua de frente e tres, de fundo) á filha Inacia Joaquina de Andrade, c/c. António Fernandes Lima, natural de Porto Alegre, cabo de esquadra da Guarda de Santa Vitória, o qual se radicaria no Planalto, onde seria trônco de vasta progênie. Pouco depois se retira de Vacaria esse possesor. Era filho de António Bicudo de Barros e de s/m. Josefa de Arruda. (S. Leme, Genealogia, vol. 6.º, p. 315; Tit. Furquins).

Antônio Pinto Carneiro. Mineiro, official superior dos Dragões, veio destacado para servir no Riogrande. Em 1756 adquire Antônio Pinto Carneiro, no Juizo de Auzentes, grande fazenda, com gado cavalar, muar e vacum, em Vacaria. Comprou junto à mesma, outros campos a João Ribeiro da Silva e s/m. Custódia de Souza. Pinto Carneiro era natural de Minas Gerais e instituiu herdeiro universal a seu so-

brinho, dr. Antéro José Ferreira de Brito. Este faleceu em 1787. No respectivo inventário, a que se procedeu em Porto Alegre, foi a fazenda "Pinto Carneiro", com 18 léguas de campo, avaliada por cem mil réis, inclusive semoventes, que a povoavam. O dr. Antéro só deixou o filho único, futuro marechal Antéro José Ferreira de Brito. A região dessa colossalidade territorial manteve o apelativo topônimo — "Pinto Carneiro", e aos habitantes ou possuidores de imóveis nesse perímetro se estende o patronímico genérico de "carneireanos".

Cipriano da Costa Monteiro, paulistano, residia além do rio de Santa Rita. Furriel da Companhia da Cavalaria Auxiliar, organizada pelo capitão Joaquim José Pereira. Foi a primeira fazenda assaltada pelos índios, na incursão que fizeram, em 1779. De seguinte, Cipriano transaria sua posse ao tenente Apolinario de Almeida Roris e retirar-se-ia para Curitiba. Apossar-se-ia de seus domínios territoriais, em 1800, José Inacio Leite de Godói, que formaria imensos latifúndios à margem esquerda das Pelotas, e, ademais, à margem direita do rio de Santa Rita, onde imemorialmente ficaria a "Tapera do Cipriano" lembrando a residencia do primitivo povoador e retirante, que era natural da Vila de Santos.

Inacio Alves Machado, padre, foi pároco da Capela de N. S. da Oliveira, até 1790, onde foi fazendeiro, bem como em Cima da Serra. Adquirira, a Manuel Muniz Pinto de Gusmão, a fazenda "Capão Alto, a qual venderia mais tarde, (1796) ao povoador ilhéu Manoel de Souza Duarte. Possui ainda, em 1784, a fazenda denominada "Santa Bárbara," adquirida a Manoel de Souza Gomes, o qual declara havê-la comprado a Salvador Viera do Prado. O padre Inacio tornaria, depois, para Laguna, onde foi residir.

João Ribeiro da Silva. Natural de Itú. Foi fazendeiro em Vacaria, algum tempo. Ao depois vendeu sua propriedade ao capitão Antônio Pinto Carneiro e auzentou-se da região.

João da Costa Moreira, capitão-mór de Laguna. Adquiriu a grande fazenda de S. José do Silveira, a Antônio José de Freitas, de quem foi associado pastorício. Foi posseiro, ainda, em Tijucas, sobre o rio das Contas. Viveu sempre em Laguna e foi sógro do capitão Joaquim José Pereira, a quem doou Silveira, em 1786.

Rafaél Pinto Bandeira. Foi este grande cabo de guerra antigo fazendeiro em "Baqueria de los Pinares". Seus domínios eram contíguos aos de Bernardo José Pereira. Em 1773, no quartel de Rio Pardo, Rafaél Pinto Bandeira vende a Antonio Luiz Corrêa de Quei-

róz, uma Estancia em Vacaria, com os seguintes limites: por uma banda, com campos do capitão Bernardo José Pereira; pela outra, com campos do alferes Manuel da Fonseca Paes; pela outra, com o furriél Lourenço Rocha, e fundos com o rio das Pelotas. Entretanto, Pinto Bandeira ainda é possuidor de campos, em Vacaria, pois, da Lista de 1781, consta o seguinte: — “O Coronel Rafaél Pinto Bandeira extrahio todo o Gado, e animaes Cavallares, e deixou a Sua Estancia despovoada, vai a Sinco anos pouco mais ou menos”.

Bernardo José Pereira, capitão de Dragões. Foi antigo possessor no Planalto, cujos domínios limitavam com os de seu cunhado coronel Rafaél Pinto Bandeira, pois que era c/c. Mauricia Antónia de Oleira, irmã do grande guerreiro. Em 1781, relata a Lista: “O capitam Bernardo José Pereira extrahio todo o Gado, e animaes Cavallares, e deixou a Sua Estancia despovoada, vai a dous anos”. Bernardo José Pereira é grande fazendeiro, em Camaquã, em 1788.

Joaquim dos Santos Loureiro, fazendeiro no Planalto, onde compra, em 1770, a José Gomes de Escobar e s/m. Joaquina Escolástica do Amaral, parte dos campos — “Paragem da Fazenda Velha”. Em 1799, vendeu Loureiro e s/m. Maria Eufrásia Lopes, ao comandante Manuel da Fonseca Paes, parte de sua fazenda, e, em 1802, o restante de suas terras ao mesmo comandante Paes. Retirou-se Loureiro, então do Planalto.

Bonifácio José da Silveira. Lagunense, possuía parte da fazenda que foi de Miguél Félix de Oliveira. Viveu em Laguna. No ano 1770, os domínios dos falecidos Miguél Félix e Carvalho foram arrematados em Juízo de Auzentes, pelo capitão António da Costa Ribeiro. Provavelmente se incluíram os de Bonifácio, ou lhos compraria Costa Ribeiro.

António José de Freitas. Oficial de milícias. Possuiu, em sociedade com o capitão-mór de Laguna, João da Costa Moreira, a grande fazenda “S. José do Silveira”, adquirida à viúva do Sargento-mor José da Silveira Bitencourt. Em 1776, vende a sua parte ao capitão Joaquim José Pereira. Tinha, ainda: a estancia de Santana, que vendeu a António Gonçalves Padilha, que a doaria à filha Ana Gonçalves Vieira, c/c. António Manuel Vélho; e a de S. Tomé, tudo, em Cima da Sérra. Freitas era c/c. Inácia de Jezus, e, em 1783, já em S. António da Patrulha, para onde transferira residencia, tinha os seguintes filhos: 1) Joaquina, com 10 anos de idade, n. de Laguna; 2) Caetana, com 8 anos de idade, n. de Laguna; 3) Mariano, com seis anos de idade, n. de Vacaria; 4) António, com 5 anos, idem; 5) Leonor, com 4 anos, idem; 6) João, com 3 anos, idem; 7) Isabél, com 10 meses, n. de Santo António da Patrulha.

José Carneiro Geraldês. Oficial de Dragões e incansável negociante de terras. Funda em Vacaria a estancia de Santo António das Lômbas. Depois de 1779, retirou sua gente e gados para Viamão, e deixou os campos devolutos. Fundou-a Geraldês, em 1770, e, posto fôsse absentista, manteve domínio no seu imóvel. Por sua morte, coube essa fazenda ao gênero Hermenegildo Pereira Marques, também absentista. Por morte de Hermenegildo, herdou a posse naquella fazenda, o gênero de Hermenegildo, Joaquim da Costa Chaves, que, em 1845, vendeu a parte oriental a Francisco de Paula Rodrigues Carvalhais, e, em 1847, transferiu o restante a Joaquim Francisco Pereira, lagunense. Este, o primeiro titular que foi exercer posse efetiva nesse imóvel, onde passou a residir, pacificamente, até 1850, quando Manoel Bento da Costa vendeu a João Antunes Maciel a parte sul dessa fazenda, na qual lhe deu posse violenta, cujo esbulho sancionára o simples decurso de tempo.

Apolinario de Almeida Roriz, tenente da Cavalaria Auxiliar, n. de Benfica. Possuiu grande fazenda em Vacaria. Na irrupção dos Índios Apolinario se ficou em Laguna. Vendêra todos os animais e não mais voltára. Transára a fazenda a Félix Machado. Possuia outra fazenda denominada de Santa Cruz, em Cima da Serra. Foi arrematada em hasta pública, no inventario de Apolinario. Arrematou-a João Rodrigues Alves, que a vendêra, em 1801, a Manoel Gonçalves Carvalhais, pelo preço de 306\$194 réis.

NEMIGALHAS TOPONÍMICAS

Dr. Manuel Duarte

Quatro hipóteses se levantam, à compita de preferência na explanação da remota origem do topônimo histórico: — VIAMÃO —:

- 1) Recolheu-se à tradição indígena êsse vocábulo, preexistente à época da conquista e sucessivo povoamento do "Continente de Viamão": — IBIA-MOME, IBIA-MOON, BAIMOM, VIAMOM;
- 2) Originou-se da espontânea imaginação anônima, à perspectiva ridente da paisagem que se distendia na solidão virgem: — VIAMARA;
- 3) Formou-se da configuração onomatopáica do relêvo orográfico e, pois, de origem recente, da éra da migração povoantista: — VIA-MONTE, VIAMON, VIAMAM;
- 4) Surgiu o batismo corográfico — da representação panorâmica, descrita pelos rios que se lançam no estuário do Guaíba: — VI A MÃO.

A primeira sugestão prevista, postoque prestigiosamente exposta e magistralmente defendida, traz contra si objecções ponderosas, que merecem dilucidadas.

De feito, se IBIAME era topônimo aborígene, seria de usança corrente, no ciclo da conquista, e transmitir-se-ia, de chôfre, aos precursores da invação e alojamento possessivo, nos campos de IBIA-MOME. De imediato seria recolhido e assimilado como denominação da magnífica região sem nome. Entretanto, das incursões que se partiam de Laguna, em reconhecimento do "País dos Tápes", desde os albores da centúria XVIII, de nem-uma se sabe houvesse obtido e divulgado semelhante designativo topográfico. Antes pelo contrário, aquela avançada temerária, que, à enganosa procura de ouro, atingiria o longínquo monte de Butucararí, cujos cimos impassíveis se perdem nas nuvens, não alude sequer à rechã mediterrânea de — IBIAMOME — por onde obrigatoriamente haveria atravessado.

As memoráveis sesmarias antiquissimamente concedidas, não no referem:

- a) a do capitão Manoel Gonçalves Ribeiro, em cuja súplica declara:

"Fui para o Ryo Grande de Sam Pedro na era de mil e sete sentos e vintê sete ano e trouxe em sua (?) companhia mil e duzentas cabeças assim de gado bacum e duzentas Cavalgadas ras pouco mais ou menos e votou (?) tudo assim gado como cavalgadas nos campos chamados de Taramanda que estavam dezertos e desocupados..." (25 de outubro de 1732) Por igual, nem a mais leve referência se contém nas informações do capitão-mór e da Câmara de Laguna, sobre o nome da campanha que o peticionário tinha povoado e queria possuir. S6-Termandy.

- b) a de Francisco Xavier Ribeiro, que este requeria "nos campos chamados Tremandy, a partir da paragem das Conchas..." (26 de outubro de 1732).
- c) a de Francisco Vicente Ferreira, a qual se localiza nos "Campos da ponta de Itapoam, principiando a sua demarcação aonde acabar a sesmaria de legoa e meya que se pasçou ao Pe. Jozeph dos Reys a qual principiava na ponta do Itapoam correndo p.^a o norte no fim da qual se achavão terras bastantes em que o Supp.te podia acomodar..." (3 de novembro de 1733).
- d) a concedida ao Pe. Jozeph dos Reys, em data anterior, "nos Campos de Itapoam principiando na ponta de Itapoam..."

Nem ambas aquelas concessões mais antigas, nem as duas outras mais recentes, nem-uma se refere a Campos de IBIAMOME, cujo topônimo ainda se não revelára à conhecença daqueles argutos precursores povoantistas da solidão litorânea. Sobretudo, nas petições destes dois povoadores itapoanenses, é devéras significativa a total ausência de invocação daquele batismo guaranífico à famosa campanha derelita, em cujos flancos longínquos escolhiam suas posses. Entrementes, já lhes era familiar o apelativo secundário — ITAPOAM —, minúscula subdivisão da imensa colossalidade regional, que atravessaram e assaz conheciam, e à qual pertencia o recanto preferido. Efetivamente, ITAPOAM constituía simples acidente orográfico de IBIAMOME. (Nóta).

Ao mesmo tempo ou pouco antes, segundo Tupí Caldas, ("Geografia Histórica", Rev. do Inst. Hist. III Triméstre, 1940, p. 176) Cristóvão de Abreu reconhecia, oficialmente, o Riogrande, antes ainda de se iniciar qualquer corrente povoantista. Descreve o sólo virgem, seus rios, lagóas e campinas litorâneas. Em cabo, depõe textualmente o insígne desbravador sertanêjo:

Nóta: — Imemorialmente eram já conhecidos rios, cujos nomes ficariam tradicionais na futura dominação portuguesa, assim no sólo catarinense, como no chão do Riogrande. De maneira que Tubarão, Ararungaba, Lagóa dos Patos, ou Laguna, no território de Santa Ca-

"Da parte do Norte faz um sacco a modo de enseada, que arri-
"mada a falda da Serra entra pela Campanha tambem perto
"de 30 léguas até o Rio chamado de Taramandy: logo para
"dentro faz um bolso que a vista não alcança, a que chamão
"Rio Grande de que não posso dar mais noticia, que a que
"adquiri de algumas pessoas antigas da Villa da Laguna, que
"me disseram entrava pela terra mais de 60 leguas, e que nas
"cabeceiras entravão varios rios, com muitos matos, e terras
"muito vistosas onde se podião fazer muitas povoaçons, e
"rendosas fazendas..." (Cristóvão de Abreu; "Noticia — 2.^a
Pratica"; Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Tômo LXIX, parte
1, p. 307-309).

Como se verifica, o imortal lusitano percorreu região ainda sem nome. Apenas à imensa lagôa, "a que chamão Rio Grande" repetiria o designativo segral. Já em Laguna, algumas pessoas antigas lhe acrescentariam — "que nas suas cabeceiras", 60 leguas a montante, "entravão varios rios, com muitos matos, e terras muito vistosas..."

De feição que se a truncadissima carta geográfica do P. Diogo Soares, já em 1738, pôde grafar — Campos de Viamão —, fê-lo o illustre cientista, baseado noutro roteiro, até hoje inédito. O austero Cristóvão de Abreu é que lhe não ministraria novas informações, pois que, entre 1730-1732, desenganadamente ignorava a nomenclatura da bellissima campanha, que percorrêra. Nem avançaria o grande sertanista a imaginar descrição errônea, a ponto de fazer figurar o rio de Taquarí em posição que mais parece o rio Uruguái, e apresentar algum ignoto rio das Antas, por minúsculo afluente do Taquarí.

tarina, são apelativos da pre-história do povoamento lusitano, cujo uso vernáculo ligeiramente os evolveria.

Da mesma forma, os rios Boipitiba e Taramiandiba seriam designativos imutaveis, muito antes de qualquer incursão lusitana, de povoamento, no imenso litoral oceânico dos dois Estados. "Pode ter em comprimento, desde Santa Catarina até Taramiandiba, que está além de Boipitiba, aonde os brancos vão resgatar, 40 ou 50 léguas, ao longo do mar, e ao longo de umas serras, que estão do mar, meia légua, uma légua, até duas, em algumas partes; e dali por diante começam os Arachãs, parentes destes, (os Carijós) mas temo-os por melhor gente, não na cobiça, mas na simplicidade..." (A Missão dos Carijós — 1605 — 1607; Relação do Padre Jerônimo Rodrigues, "Novas Cartas Jesuíticas", p. 229).

Sem embargo Ibiãmome permanecia topônimo ainda absolutamente desconhecido à indagação dos incansaveis catequistas, ao passo que já relacionariam os futuros rios Tubarão, Araranguá, Mambituba, Taramandá, em suas penosissimas missões cristãs. Além de Taramiandiba, era a ignota região dos Arachãs...

Jeronimo Dornelles requereu e obteve concessão de sesmaria, "na Parage chamada o Morro da Senhora Santa Anna que parte do Norte com o Tenente Francisco Pinto Bandeira e a divide o rio Gravahy, da parte do Sul com o Tenente Sebastião Francisco Chaves que divide o Rio Jacarahy e da parte do este as prayas do Rio Grande, e da parte de Leste com Francisco Xavier de Azambuja..."

Ora, não articularia o patriárca, para melhor individuar os seus domínios, a mínima referência a "Campos" ou "Porto de Viamão".

Logo, forçoso é admitir que, até 1740, ainda se não havia generalizado a designação unifórme de — "Campos de Viamão" —, por denominativo único da gigantésca rechã litorânea, distendida entre o Atlântico, o Riogrande e a Serra Geral.

Dir-se-á que imemorialmente era o vasto escampado de IBIAMOME considerado intrínseco prolongamento do território lagunense. Não colhe, porém, o argumento, porque mais perto de Laguna, havia os Campos chamados — TARAMANDA —, e, na sua extremidade oposta, os Campos de ITAOAM, com designação própria.

Já destas alturas, admitido o topônimo guaranítico — IBIAMOME, BIAMON, VIAMON, como eruditamente expõe douto conhecedor da história gaúcha, nosso eminente confrade Aurelio Porto, — surge, espontânea, a pergunta: — onde, o topográfico acidente que inspiraria a argúcia do nomático aborígine o designativo toponímico? Em que relêvo assinalado, originariamente se localizaria ele? Nas vizinhanças onde, mais tarde, a Capéla histórica? Não, porque, nos proprios arrabaldes do alteroso contraforte de montanhas, Jeronimo Dornelles invocaria o apelido "Parage chamada o Morro da Senhora Santa Anna", e, em 1733, Vicente Ferreira, pouco antes, o Pe. Jozeph dos Reys supplicavam concessão de sesmaria, nos "campos de ITAPOAM".

Na impassível mudêz desse enigma indecifrável, ainda a interrogação sem resposta, esbatida de brumas desnorteantes...

Tambem se propõe por origem da inventiva toponomástica — VIAMON — a simbólica exclamativa místico-romântica: — VIAMARA —. E bem: — concisos, quase rúdos, objetivos, práticos e realistas, os intrépidos povoadores lusitanos não nos deixariam vestígio de imaginação poetizada, em milhentos batismos, assim dos sertões que desbravaram, como das aldeias que iriam fundando. Jámais deslizariam de prosaicos lugares comuns, nos seus apelativos pitorescos, distribuidos em barda, terra terra, no imutavel costume da aparente semelhança material, no enseio anônimo da solidão virgem: — Canhada Funda, Monte Alegre, Capão Alto, Capão Bonito, Passo Feio, Mato Grosso, Morro Agudo, Morro Pelado, Capão Ralo, Vista Alegre, Chapada, Muitos Capões, Várzea Bonita, Várzea Grande, Volta Grande, Lom-

ba Chata, Capão Grande, Butiá, Caneleira, Vólta Redonda, Capão da Espera, Espinilho, Espigão, Montenegro, Palmares, Estreito, Pinheiro Tórto, Morro Cortado, Pinheiro Grosso, Lageado Raso... Ou, então, invocava-se o Santo do dia do acontecimento que se queria solenizar.

Eram assim nossos avoêngos imortais. Experientes, concretos e simples, soiam aparar, de golpe, milhentas obscuridades, através da imensidão ignóta, onde iam batizando, sem levêza, nem graça na expressividade, o relêvo orográfico, o acidente, a característica dominante, qualquer singularidade imprevista, que se revelasse.

Ao traçar a estrada Riogrande-S. Paulo (1728), atravessára a expedição sete vêzes o mesmo riacho, que curveteia nas vizinhanças dos Aparados estupêndos. De pronto, o nome, que não sobreviveria à crônica da época: — SETE VOLTAS —. Transitára montanhoso e pedrento vale de grande rio sem apelido. Num ápice, descarrega-se-lhe o nome, à feição e à justa: — RIO DO INFERNO —.

A fundo se vincularia na moldura intrínseca de nosso mentalismo sem originalidade inventiva, essa habitual monotonia de estilo simplista, em fotográficas instantaneidades de toponomásticos locais. Ao depois, exausta e entreverada, até ao iterativo da profusão babélica, a pobre da nominata reinicula correntia, evocaríamos o milagre do inusitado vocabulismo indiano, donde brotaria inovativo modêlo à periódica revizão da toponomástica territorial, em pleno fastígio de renascentismo nacionalista.

Ora, VIAMARA seria exceção única, sem legênda de similitude coetânea. (Nóta) Para mais disso, no povoamento do Riogrande, eram

Nóta: — Fôram os iberos geralmente desjeitosos, impacientes e sem gosto, na escôlha da nominação às infinitas regiões do Continente, que descobriram, desbravaram e povoariam. Dir-se-ia que se eles longamente sentiriam aturdidos, ante o panorâma estupêndo. Sobre-tudo, o desjeito do espanhól é manifesto: — na Cartografia de seus imensos domínios, é flagrante a pobreza de imaginativa, nos toponímicos. Exceto, talvez, a magnífica designação transmitida à cidade chilena — Valparaíso —, onde o exalçaria a magestade imponente do toporâma; — ráro se encontra propriedade, elegancia e poesia, nas denominações topográficas, de origem tipicamente ibéricas. No ról da propria assimilação de nomes indígenas, poucos apelidos genuinamente belos se coletam e, menos ainda, os que relembrem graça, naturalidade, delicadêza na inventiva. E tão a fundo se lhe radiciaria esse habitual desinterêsse pela diferenciação toponomástica de seu gigantêsko território, que a mesma despreocupação se adentraria no proprio ciclo da independência das Colônias.

Só aí, ao irresistível contágio do entusiasmo emancipacionista, é que despertaria, na consciência daqueles povos viris, a indiferível necessidade de topônimo, a cada região libertada, cuja população se

nossos venerandos avós pouco menos de analfabétos, mas, resolutos, destemerosos e imbuidos de senso relativista.

Certo, a propositura de nosso brilhante e culto confrade, professor Tupi Caldas, se ajusta à sugestiva conclusão que admiravelmente delineou. Obriga à meditação, — fôra outra a ambiência de iniciação povoantista.

Ao remirar a autêntica fotografia reproduzida, (Rev. do Inst. III Trimestre, p. 151, ano de 1939) observa-se, porem, honesta advertência dubitativa: — o — **R** — integrante da derradeira sílaba de **VIA-MARA** — se acha tão intimamente ligado à vogal — **A** —, que a absor-

nucleava em idênticos anseios de liberdade. Já às desintegrações de novas Pátrias, que sucessivamente iam brotando do Vice-Reino do Rio da Prata, avultariam: — Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, mas as respectivas nomações, de nações recem soberanas, fôram espontando de improviso, forjadas sob o inflúxo dramático das armas libertárias. E consagrariam personalidades mundiais, e aproveitariam a semelhança da franjadura oceânica e a tangência do círculo equatorial, por toponomásticas definitivas, sem o clima nem o prestígio da tradição localista. (Colômbia = Colômbio; Bolívia = Bolívar; Venezuela = Venêza, Equador = Equador, ou círculo máximo). Porque, até ali, era o Continente genericamente chamado e conhecido, em massa, por Vice-Reino do Rio da Prata.

Nesta particularidade relevante, madrugaria o senso profundo do climax nacionalista, no Brasil, cujo nome precederia a propria formação da nacionalidade. Por igual, as Províncias teriam já seu designativo proprio, conferido, ainda, na escuridão do regime colonial. Cêdo, teria cada Província a sua peculiaridade toponomástica, inconfundível e tradicional. Afortunadamente adaptariam, à ridente colôr da língua guaranítica, lindos topônimos, frementes de evocatividade regionalista. De autêntica mentalidade praiticamente lusitânica, da encantada alucinação dos garimpos, surgiria o maná das — Minas Gerais —, cuja inexpressividade materialista é inegavel.

Em relação, porém, à nomenclatura, a relêvos oro e topográficos e aos nomes de cidades, aldeias ou povoados, a mesma deselegância vocabular, a mesma auzência de propriedade e de espírito inventivo, irreparaveis, campeantes.

Dessa regra geral, de invariavel objetivismo aparente, de ora em quando mal espontaria alguma réstea de representatividade expressiva, dos cimos de cuja beleza panorâmica se evoca, no passado, o batismo de — Belém, Natal, Porto Alegre —, e, mais recentemente, o de — Belo Horizonte. Eram, todavia, meteóricos oásis sem continuidade ambiente, perdidos na merencórea aridez de nossa massica nomenclação toporâmica... ve e, até lhe elimina o semi círculo ca-

racterístico, a ponto de poder parecer a própria representação dos dois traços descendentes, finais, do — **M** —. Daí, a indagação: — na ortografia do escrevente daquele termo, seria — **MARA** — ou — **MAM** — o que ele queria grafar? E isto, porque os mais érres, ali, médios e finais, puxam todos para cima o último traço de sua formação. Só aquele se acha tão fortemente unido ao — **A** — da sílaba derradeira, que com ela se confunde: — **MAM** — ou — **MARA**? Enfim: — **VIA-MARA** ou **VIAMÃO**, de uso já corrente, este último, naquele ciclo migratório?

Em resumo: — é, sem dúvida alguma, simpática, vigorosa, a idéia inteligentemente desenvolvida e aprofundada.

Agora, a probabilidade originária de haver a própria natureza montanhosa daquela rechã magnífica inspirado ao alienígena o seu peculiar apelido localista. Em verdade, à medida que do mar se afastasse o forasteiro, a caminho das margens orográficas do Guaíba, teria de enfrentar e transpôr estreitas gargantas e angustiosos vales sulcados de límpidos córregos, principalmente, a partir da colina, onde, enfim, se erigiria a Capéla de N. S. da Conceição, até os socacos das ribas guaibenses. Impor-se-ia à vista do viandante menos arguto a espontânea observação de que o tóso trilha por onde passava, tangia vales e alterosos montes. A designação toponímica seria, pois, inopina e fotográfica: — **VIA MONTE**.

Já De Paranhos Antunes arguiu, com louvável sagacidade perquiridora, essa possibilidade trepidante. A mesmíssima peculiaridade da região, ondulada de súbitos relêvos e contrafortes culminantes, nas vizinhanças de Porto Alegre, não passaria desapertida à penetrante visão de Francisco João Roscio, que a descreveria no seu inestimável Compêndio Noticioso: —

“De **Viamão a Porto Alegre** contam 4 leguas. Está distância é de mais aspera passagem por serem os montes um “pouco mais elevados e cortados de Riachos principalmente “o arroio **Itapoan** com seus braços”.

Isto é, a passagem é, aí, mais áspera, porque a estrada tange por entre “montes mais elevados e cortados de riachos”.

De feito, seria calhadiço o apelido à vetusta encruzilhada histórica, por cujas aréostas evocativas transitariam os destinos do Rio-grande do Sul. Por igual, dada a tendência vernácula, de simplificação plebéia e corrutela vocabular, seria rápida a evolução do novo topônimo, e, propícia, a ambiência à sua divulgação e ascendente popularidade, até à sua feição definitiva, quando se predestinaria a abranger o próprio Continente de... **Viamão**. E esta denominação

genérica longamente suplementaria a de — RIOGRANDE —, a ponto de ficarem “dominando em geral Campos de Viamão os Campos desta Capitania”, como notaria Saint Hilaire. Ou, segundo mais categoricamente se expressa Nicolau Dreys: —

“Mais singular se mostra a freguesia de Viamão... pelo erro “perseverante dos geógrafos europeus, que, desde os primeiros tempos da descoberta, dêrão e continuarão a dar o “nome de **Viamão** a toda a provincia do Rio Grande de S. “Pedro do Sul... os mappas do seculo passado e mesmo infinitos autores do tempo presente, servis copistas de seus predecessores, não fallam senão em Viamão”.

Sobre as transformações por quê sucessivamente haveria passado o memoravel termo — VIA MONTE, para, em cabo, atingir o estático chamamento da actualidade, são déveras dilucidativos os exemplos colhidos na correspondência official, da época das lutas territoriais do Rio da Prata. Nas missivas espanholas se arrola tendência mais regular na grafia, tirante para a mantença da representação original aos dois vocábulos, já definitivamente fundidos: — VIAMONTE. Assim se expressa Mollina: — “... actual Gov^or. de Viamante...” (D.I.vol. XXXV, p. 246) F. Betheses de Ducos: — “... a outros Governadores de Viamont...” (D.I.cit. p. 261) Juan Jozé de Vertis: — “... Villas del Rio Pardo, Viamonte, Santo Amaro e otras...” (D.I.cit.p.267-268) “... Gov^or. entonces de Viamon tenia...” (D.I.cit.p.270).

Observe-se que Vertis emprega displicentemente: — Viamonte e Viamon.

Já, porém, na correspondência official da Colônia Portuguêsa, appareceriam indistintamente duas fórmulas, incontraditavelmente explicaveis, dado o antigo vêzo de substituir a última sílaba a substantivos terminados em **ão** pela fórma — **am**. Assim que se leem no referido vol. XXXV, dos D. Interessantes, estes modêlos explícitos: — “... com gr.de. demora a VIAMAM”. Linhas antes: — “VIAMÃO” (p.41). “...hé de 200 leguas té VIAMAM...” Linhas anteriores: — “VIAMÃO”. (43) “... ajuntar em Fôrtaleza de VIAMAM...” e, pouco antes: — “VIAMÃO” (p.64) “... seo Governo de VIAMAM...” (p.198) “... agora chegão da Prov.^a de VIAMAM” (p.314).

Era corrente grafar em AM os vocábulos terminados em **ÃO**, e, paradoxalmente, as terceiras pessoas do plural dos verbos eram grafadas em **ÃO**. Entretanto, era normal a pronúncia, aqui e ali: — aos substantivos, a dominante — **ÃO**; nos verbos, a predominância — **AM**. De jeito que de VIAMAM, diríamos — VIAMÃO. Do verbo, v.g.: CUIDAVÃO, diríamos — CUIDAVAM. De Capitam, pronunciaríamos — capitão; davão — davam...

Dos autos mais antigos que me foi dado compulsar, em Laguna, referentes à vida riograndense, tirei notas do inventário de Severino

Correia, homologado em 1737. Era herdeiro universal o filho único, ainda menor, mas já soldado do Regimento de Dragões de VIAMON e, de futuro, grande fazendeiro em Cima da Serra, — Inácio Correia.

Na descrição das dívidas ativas, consta o seguinte: — O Sargento Luiz Gonçalves, “de coando esteve na Goarda de VIAMON, lhe ficou devendo duas moedas de ouro novas”. Na mesma página também se diz — “Campanha do Ryo Grande” —.

Enfim, a derradeira hipótese, deste despretencioso desfilar de hipóteses potenciais, de cujo registo esponta ardente apêlo à opinião dos doutos, para que digam a última palavra, neste surto de santificação nacionalista. Foi o pranteado Alcides Cruz que opinou “parecer-lhe provir o topônimo “Viamão” da exclamação dos primeiros povoadores, segundo lenda corrente, que daí observando os vários rios que desagüam no Guaíba afirmassem ter visto a mão, (Vi a mão) que eles formam”. Já o proprio coletor dessa tradição, apresentaria várias restrições, inclusive a de que difficilmente se poderia determinar o aspecto geográfico que desse lugar a essa denominação. Falha, pois, deve ser considerada esta hipótese: — quatro são os rios que descorgam no vasto estuário do Guaíba e, até do Mórro de Santana, a vista não descortina a confluência dessas volumosas corrente fluviais.

Depois de transcrever as considerações de Alcides Cruz, comenta Aurelio Porto, ao mesmo tempo que traz nova contribuição ao difficil problêma linguístico, sobre a origem do vocábulo — Viamão —:

“Encontrámos no aruak, de que provém a língua minuana, “a palavra Biaman. E convém notar que em documentos de “origem espanhola encontrámos a grafia Biamon. Biaman, em “aruak, significa o número “dez”, isto é, “duas mãos”: — “Biaman tekkabú”. O número 2 é pelos araucanos designado “pelo têrmo “Biana”, sendo “Biaman” o feminino da palavra. “O têrmo aruak confirma a lenda da “mão”. Teríamos encon-
“trado a verdadeira etimologia da palavra?” Aurelio Porto; “o Minuano na toponímia riograndense”, Rev. do Inst. Hist., III Trimestre, 1938, página 111).

Se não liquida o assunto, incontraditavelmente, a erudita relação entre IBIAMOME e o atual VIAMÃO, menos fácil é buscar no indio minuano o sagacissimo epiteto, baseado na perícia dos números, por batismo onomatopáico de VI A MÃO, derivado da confluência de quatro rios, nas desembocaduras gigantêscas.

Para mais disto, cumpre obter temperar que só permaneceriam topônimos indígenas, onde se conservaram indios, entre os invazores lusitanos, que receberiam daqueles o topônimo da usança localista. De

outra fôrma, só na literatura dos catequistas, versados nos costumes e tradições do ambiente gentílico, se colhe referência autêntica, livre da poesia da lenda e da conjectura aparente, na longínqua posteridade perquiridora. Tal assertiva se comprova na região missioneira, onde a totalidade toponímica, assim dos rios, como dos mais assinalados acidentes montanos, reponta de apelidos ameríndios. Todavia, nas zonas onde não permaneceu o autóctono, em vivência ou vizinidade com o português acantonado, — aí de todo em todo se perdeu a toponomástica local e, ao léu do acaso, espontaria o batismo lusitano.

Tal circunstância ocorreria na campanha de Viamão, onde não se adentrariam os insígnies missionários e, onde, por igual, não se manteve o aborígene, após a invazão lagunense. Aliás, já em 1721 “são pouco habitadas de Gentio (as terras entre o rio Taramandy e o porto de S. Pedro) e só ao pé da Serra, e antes de chegar a ella se veem bastantes fumaças de Gentio bravo, mas este não commercea com ninguem”. Outra conclusão que do precioso infôrme do Sarmiento-mór Manoel Gonçalves de Aguiar (Noticia — 1.^a Pratica, Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Tòmo LXIX, Parte Primeira, p. 298) se tira, é o rudimentarissimo estado de desenvolvimento mental do índio litorâneo, a esse tempo: — “mas este não commercea com ninguem”. De modo que não seria este capaz de ministrar informações ao forasteiro, sôbre nomes de rios, montes e da propria região desconhecida, da qual apenas nominações acessórias é que recolheria o alienígena lusitano.

Exemplo edificante se regista na imensa fronteira de “Baqueria de los Piñares”, onde invazores e guaraní travavam recontros sangrentos e onde, até 1810, os indigenas irrompiam ameaçadores e agressivos. Em compensação, nem-um rio, nem-um só acidente geográfico perpetuaria denominação guaranítica. Porque entre cristãos e naturais, nunca se estabeleceria vida de relação. Ambas essas parcialidades humanas jámais se tolerariam, no babilônico escampado do Planalto nordestino, onde se afrontariam, até a eliminação ou êxodo da gentilidade vencida e retirante.

AS ORDENS TERCEIRAS DE SÃO FRANCISCO E DO CARMO

QUESTÃO DE ANTIGUIDADE

Antenor de Oliveira Monteiro.

Houve tempo, em que as Ordens 3.^{as} de São Francisco de Assis e a de N. S. do Monte do Carmo se disputaram o direito de antiguidade da sua fundação na Villa do Rio Grande.

A Ordem do Carmo apresentou a Provisão de 26 de Janeiro de 1777, do Geral do Convento do Carmo do Rio de Janeiro, Frei Antonio das Chagas, que autorisava criar-se "uma devoção com a denominação de Ordem 3.^a de N. S. do Monte do Carmo na Villa do Rio Grande do Sul" para o que nomeou Commissario o Padre Luiz de Medeiros Corrêa, que delegou seus poderes ao Vigario da Vara da Freguezia da Villa, Padre José Gomes de Faria. A devoção teve início na Matriz de São Pedro, no dia 15 de Julho de 1780. A construção da sua Igreja foi iniciada em 1800 e recebeu a benção em 6 de Novembro de 1809.

A Ordem de S. Francisco não apresentou documentos comprobatorios da data da sua fundação na Villa, ficando assim prejudicada a sua pretensão. A ignorancia dos factos, na época, não deixou apurar a verdade. Reconstituamos o ocorrido e procuremos demonstrar qual delas é de facto, a mais antiga:

O Almanak Administrativo, Commercial e Industrial Rio Grandense para 1874, por Antonio de Azevedo Lima, ano II, nos diz: "Os irmãos terceiros da Veneravel Ordem da Penitencia de S. Francisco de Viamão, o Capitão Francisco Corrêa Pinto, Tenente Francisco Xavier d'Amorim, José Vieira da Cunha, Capitão José d'Azevedo Marques, José Martins de Oliveira, Manoel Ferreira Guimarães, Padre Ignacio José dos Santos Pereira, Francisco Xavier Aragão, Manoel Antonio d'Amorim, Pedro Gonçalves, Miguel da Cunha Pereira, João da Silva Miranda, José Corrêa Pestana, Francisco Pereira de Carvalho, Vicente Alves, Pedro Lopes, Manoel Luiz Lamas, Francisco Corrêa Gomes, Henrique José de Lima e outros, que de longa data

residiam na então Villa do Rio Grande e que na igreja Matriz tinham edificado um altar em que collocaram as imagens de S. Francisco e de N. S. da Conceição, Padroeira da Ordem, requerem um Commissario, alegando acharem-se desde a invasão da Villa destituídos de quem os guiasse e pedindo ao mesmo tempo para ficarem independentes da Ordem de Viamão, pela razão da grande distancia que mediava da Villa aquelle lugar, e então por Patente de 19 de Setembro de 1781, assignada por Frei José dos Santos Passos, Ministro Provincial de Santo Antonio, no Rio de Janeiro e Frei Antonio da Natividade Carneiro, Pró Secretario, foi nomeado Commissario Delegado, o Professo da Ordem 3.^a de S. Francisco, o Padre José Gomes de Faria, Vigario encomendado da dita Villa. A sua primeira eleição canonica teve lugar em 1781."

As folhas 51 do Livro n.º 1 das reuniões de Meza da Ordem, que abrange os anos de 1781 a 1859, acha-se transcrita, sem data, a "Patente com que Frei José dos Anjos Passos, Prégador, Diffinidor e Ministro Provincial da Provincia da Imaculada Conceição de Snr.º do Rio de Janeiro em o Brazil, nomeou Commissario da Ordem, attendendo ao pedido que lhe haviam feito varios irmãos residentes nesta cidade e para ficarem independentes e desagregados da Ordem de Viamão, o Rev.º Vigario Encomendado da Freguezia de São Pedro do Rio Grande e nella Vigario da Vara, Juiz de Casamentos, Capellas e Reziduos, Padre José Gomes de Faria." Esse Commissario poderia nomear um sub-Commissario que o substituiria, quando necessario e foi autorizado a reunir os irmãos para elegerem a primeira Meza. A transcrição no livro da Irmandade foi feita por Francisco Xavier de Amorim e não está datada. Essa Patente foi passada no Convento de S. Antonio no Rio de Janeiro, a 19 de Setembro de 1781.

Nesse mesmo ano realizou-se a eleição para o ano de 1781—82, que consta do mesmo livro tendo sido eleito os Snrs.:

MINISTRO
VICE MINISTRO
SECRETARIO
PROCURADOR
SYNDICO
DEFINIDORES

Cap. Francisco Corrêa Pinto
Joseph da Costa Leytes
Joseph Vra. da Cunha
Manoel Ferreira Guimarães
Joseph Miz de Oliveira
Revdo. Pe. Joseph Ign.º dos Santos Pereira
Cap. Matheus Ignacio
João da S.^a de Miranda
Joseph Corrêa Pestana
Francisco Pereira de Carvalho
Vicente Alz'

VIGARIO DO CULTO	Manoel Antonio de Amorim
SACRISTAENS	Pedro Lopes e Francisco Pereira Braga
MESTRE	Pedro Glz'
COBRADORES	Miguel da Cunha e Manoel Luiz Lamas
ENFERMEIROS	Francisco Corrêa Gomes e Henr. Joseph Lima
MINISTRA	D. ^a Antonia Maria de Jesus
VICE MINISTRA	D. ^a Viuva Mathildes Lopes Correia
MESTRA	D. ^a Quiteria dos Reys
ANDADOR	Snr. Joseph Antonio Xavier

Nova Patente de 11 de Setembro de 1783, nomeava Commissario da Ordem o Padre José Ignacio dos Santos Pereira em substituição ao Padre José Gomes de Faria, que falecera.

As paginas 105 do referido livro, estão os seguintes officios e despachos:

"Descisão de S. Ex.^a Revma. sobre a antiguidade da Ordem: Illmo. e Rev. Snr. — Dizem os Irmãos da Ordem 3.^a de São Francisco, desta Villa do Rio Grande, que para manterem e concorrerem a sua antiguidade sobre a Ordem 3.^a do Carmo, necessitão de espor, como espoem a V. Ex.^a Rev. — Primo: Que a sua Ordem foi estabelecida muito primeiro que a do Carmo e posto que não appareção os titulos da sua fundação todavia ha muitas pessoas nesta Villa, que podem certificar a sua anteguidade, já muito antes da Invasão dos Hesponhoes, que isto ainda se pode coligir da inclusa Patente de 1781, confirmada pelo Exmo. Snr. Ordinario, cuja confirmação se perdeu em tempo da tomada desta Fronteira e não podendo a mesma Ordem do Carmo apresentar titulos mais antigos, parece que os suplicantes estão nas circunstancias de requerer, como requerem a V. Ex.^a Revma. se digne declarar-lhes a sua anteguidade sobre a Ordem do Carmo, não mostrando esta titulos de mais antiga fundação. Esperão Merce." — "Despacho: Respondão os Irmãos da Meza da Ordem do Carmo, juntando os papeis e titulos que tiverem da sua fundação. Com a rubrica de S. Ex.^a Revma." — "Resposta da Ordem do Carmo: "Exmo. e Revmo. Snr. — Obedecendo ao Respeitavel Despacho de V. Ex.^a Revma., apresentamos em publica forma os Documentos que servem de fundamento a antiguidade já concedida pelo Revmo. Visitador Toledo, o qual a vista das razões exaradas, descidio a favor desta Veneravel Ordem 3.^a de N. S. do Monte do Carmo, que como se vê dos mesmos Documentos, foi erecta em Provizão de S.^a Ex.^a Revma. nosso Diocezano, que então hera corroborada com as Patentes do Revmo. Provincial desta mesma Ordem, como aquelle que podia delegar os seus poderes nos nossos Revdos. Parochos, que sempre forão e serão os nossos Comissarios, p.^a que segundo a Provizão para erecção desta Ordem, não podemos subtrairnos á sua direcção e governo. — Rio Grande 20 de Dezembro de 1815. — Miguel da Cunha Pereira, Prior; Silveira, Co-

missario; Antonio José Affonso Guimarães, Superior; Manoel José Andrade, thesoureiro; Eleuterio de Freitas Carneiro, Procurador.” — “Despacho” “A vista da Resposta e Documentos dos 3.º do Carmo e das Informações que tiramos, não mostram os supptes. de hum modo claro, como cumpria, a sua legitima anteguidade, devem portanto continuar a encorporar-se propiciamente as duas Ordens debaixo da mesma Cruz, como athé agora tem praticado, ou o q.º nos parece mais acertado, conforme se observa no Rio de Janeiro, formem duas corporações distinctas cada huma debaixo das suas insignias proprias, guardando a respeito da precedencia dos lugares a alternativa das funções em que figurarem, cuja inspecção do Rev. Comissario de ambas, nosso Vigario da Vara e da Igreja desta Villa. — Residencia Episcopal do Rio Grande 22 de Dezembro de 1815. Com a Rubrica de S. Ex.ª Reverendissima.”

Pelo que ficou transcrito, parece ter ganho a questão a Ordem do Carmo em vista dos Terceiros de S. Francisco não haverem mostrado “de um modo claro, como cumpria, a sua legitima antiguidade”, no dizer do despacho acima.

A Ordem de S. Francisco, porem, dissera a verdade quando afirmou na sua petição, “que a sua Ordem fora estabelecida muito primeiro que a do Carmo e posto não apparecessem os titulos da sua fundação, todavia existiam muitas pessoas que podiam certificar sua antiguidade já muito antes da invasão hespanhola,” invasão que se deu em Abril de 1763.

E’ sabido que por occasião do precipitado abandono da Villa do Rio Grande, em consequencia dessa invasão, grande parte do arquivo da Camara Municipal foi extraviado. Não poderia ter succedido o mesmo aos documentos dos franciscanos? Certo que sim.

O Governo Portuguez, em 1764 mandou proceder a uma “devassa”, para apurar a responsabilidade da entrega do Forte de Santa Thereza e consequente invasão hespanhola que se déra em Abril de 1763.

A Bibliotéca Rio Grandense desta cidade, mandou imprimir esse inquérito, copia do manuserito que se encontra na Bibliotéca Nacional, e que leva o titulo **DEVASSA SOBRE A ENTREGA DA VILLA DO RIO GRANDE**. Nos depoimentos de algumas testemunhas arroladas nessa “Devassa”, encontram-se referencias aos Terceiros de São Francisco. Cita-se o nome do Frade que servia de commissário á Ordem, confirmando assim a afirmativa dos irmãos que a sua Ordem existia antes da dominação hespanhola, logo, anterior á fundação da Ordem do Carmo.

Eis o que disseram esses depoentes:

“Depoimento da 2.ª testemunha, Dr. Manoel da Costa de Moraes Barbarrica, Provedor da Fazenda Real do Continente do Rio Grande e assistente nesta Povoação do Rio Grande; Disse que sabe por ser publico e notorio, que da igreja da Villa do Rio Grande se furtara

tudo que havia de valor, ao tempo da entrada dos inimigos e ainda os vasos sagrados e a Ambula dos Santos Olios de que ouvira dizer se fizeram delles usos profanos, mas não sabe quem fizera os ditos roubos e desacatos e que so ouvira a hum Manoel da Costa Carvalho, que se passou para a ilha de Santa Catharina, aonde lhe consta que actualmente assiste o Padre Frey Valerio do Sacramento, commissario que hera dos Trezeyros de San Francisco na dita Vila do Rio Grande Grande...”

A 16.^a testemunha, Miguel Lopes de Toledo, capataz das carretas e boyadas de S. M., diz: “...fazendo-se varios roubos na igreja e que ouvira dizer que algumas cousas da mesma as levava consigo o Vigario da dita Igreja e tambem o Padre Frey Valerio commissario que hera dos Trezeyros da dita Villa...”

A testemunha Bernardo José Pereira, Alferes de Ordenanças do Rio Grande, diz “que o Padre Francisco de Lima Pinto lhe dissera que na Fazenda do Thesoureiro se achavam ilhéos que tinham fazendas e objectos furtados ao Tenente Coronel Domingos Fernandes de Oliveira, resolvendo-se elle e mais alguns companheiros irem verificar o que havia. Efectivamente encontrou joias e roupas e bem assim uma tunica de Abito de Trezeyro.”

A testemunha Manoel da Costa Carvalho, Alferes de Ordenanças do Rio Grande diz “que o que somente sabia a cerca do referido, hera por ouvir dizer a Antonio Carvalho da Sylva, testemunha N.º 40, tambem pelo ouvir dizer vulgarmente que o Padre Commissario dos trezeyros Frey Valerio do Sacramento, passando para a banda do Norte”... Frei Valerio foi depois para a Aldeia dos Anjos onde serviu de 1765 a 82.

E’ o bastante para provar que a Ordem de S. Francisco de facto existira antes da occupação hespanhola.

Assim, a Patente de 19 de Setembro de 1781 que nomeára o Commissario e autorisára a eleição da sua “primeira Meza” não fôra passada para a organização, e sim para a reorganização da Ordem.

A devoção de S. Francisco no Continente do Rio Grande é muito anterior ao de N. S. do Carmo. Aquela já existia em 1747 no Sítio do Dornellas e esta só foi organizada em Porto Alegre em 1777 “em signal de regosijo pela Victoria portugueza.” (1) S. Francisco éra de particular devoção dos açorianos. “Uma demonstração singular do espirito religioso consistia no costume de, para os mortos de ambos os sexos, utilizar-se do habito de S. Francisco, o que se fazia da melhor bôa vontade, na persuasão de ser meio effizaz para conseguir-se a recompensa celeste.” (2).

(1) — Walter Spalding — A Igreja no Velho Continente de S. Pedro do Sul — Anais do III Congresso Rio Grandense de H. e Geografia.

(2) — Augusto Porto Alegre — Fundação de P. Alegre — Alcides Cruz na “Vida de Rafael Pinto Bandeira” em outros termos assevéra a mesma cousa.

Demonstrado que efetivamente cabe á Ordem de S. Francisco a primazia de fundação na Villa do Rio Grande, vamos transcrever o que de interessante encontramos nos livros da Ordem: — Em virtude de uma Provisão do Bispo o Brigadeiro Raphael Pinto Bandeira, dá inicio á construção de uma Capella e não podendo terminal-a, passa o seguinte documento de doação que se acha transcrito ás folhas 66 e seo verso, do Livro N. 1 que abrange os annos de 1781 a 1859:

"Doassão, trespasse e passifica Posse que o fallecido Brigd.^o Raphael Pinto Bandeira passou a favor da Ordem 3.^a de S. Francisco e N. S. da Conceição desta Villa, para bem de que podesse continuar a obra, cujo theor he da forma e maneira seguinte: — Raphael Pinto Bandeira, Cavalh.^o Professo na Ordem de Christo, Brigadeiro da Legião da Cavallaria Ligr.^a deste Continente do Rio Grande e nella Comm.^o Geral, etc. — Por qto. em virtude de huma Provisão do Exmo. e Revmo. Snr. Bispo Diocezano dei principio a huma Capella e Consistorio para N. S. da Conceição e S. Francisco, junto a Matriz desta Villa, encostada á Capella-Mór da mesma, cuja obra não tenho concluido por embarassos que tem occorrido, e por que dezejo fazer algum beneficio ou todo o que puder á Ordem 3.^a desta Villa, hei por bem de lhe fazer sessão, digo, Doação e trespasse de todo o Terreno e principio de bemfeitoria para que os Irmãos da 3.^a a possam continuar e concluir como sua propria que é e fica sendo pela sessão e trespasse que lhe tenho feito para della se servirem para os actos da sua Ordem e collocarem nella a sua Imagem de N. S. com o sagrado... purissima eoms.^{ma} cuja Doação lhe fasso pura e irrevogavel para firmeza do que mandei passar o prez.^o por mim som.^o assignada nesta Villa de São Pedro do Rio Grande, aos 8 dias do mez de Julho de 1791. — Raphael Pinto Bandeira." —

A planta da Capéla que foi alterada por ocasião da construção, foi feita pelo Coronel engenheiro Francisco João Roscio, que governou o Rio Grande de 8 de Janeiro de 1801 a 30 de Janeiro de 1803, tendo atuado na demarcação das fronteiras que se seguiu ao tratado de 1777.

A construção do templo a cargo dos Irmãos da Ordem, continuou lentamente e com intermitencias. Em reunião de Meza, realisada ainda na Matriz de São Pedro em 16 de Maio de 1806, o procurador geral Manoel de Barros Guilhardo e o sindaco Pedro Gonçalves, fazem ver "a necessidade da continuação das obras da Capella, mas a falta de dinheiro não deixava continuar a obra, pois a Ordem se achava empenhada em 732\$675, (quantia enorme para a época) como demonstrava o "quitamento das contas fechadas em Dezembro de 1805," sendo então deliberado "vender-se dois quartos de cazas que a Ordem possui sendo huma cita na rua Direita e outra na rua da Praia, para com o produto dellas continuar a referida obra, visto que já está com

algum adiantamento nas paredes e em principio e já cortadas uma porção de vigas em seus lugares.”

Já no Consistorio da Capella, reúne-se a Meza a 23 de Agosto de 1814 e é então contractada com o pintor Manoel de Moura a pintura da Capella pela quantia de 64\$000 “dando-se-lhe o olio que precisar e mais hum pouco de alvaiade e hum servente, com a condição que não ficando a dita obra de pintura em termos, perder de ganhar a dicta quantia.”

Nesse mesmo ano em Termo lavrado em 29 de Outubro, no Consistorio da Capella, consta que “foi accordado que estando a Capella prompta para nella se celebrarem e fazerem os mais actos della, para onde se passarão as santas imagens por transladação da Matriz onde existia a muitos annos a Padroeira da predicta Ordem, N. S. da Conceição o nosso Serafico padre S. Francisco, e vendo essa mesma Ordem que as Imagens de S. Pedro e de S. Paulo, padroeiros da mesma Matriz, que se acham sem Altar, expostos á irreverencia, lhe fazem Doação do altar que possui na mesma Matriz a d.^a collocação de S. Pedro e S. Paulo, deixando egualmente todo o ornato que pertence ao referido Altar, e de como assim accorderão, mandarão fazer este Termo de Doação.”

Em Termo de 1 de Novembro de 1815 o irmão José de Souza, benfeitor da Ordem, apresenta a conta do “supprimimento que fez para o augmento da Capella”, dizendo o cabeça dessa conta: DESPEZAS QUE TENHO FEITO COM A CAPELLA DE SÃO FRANCISCO, desde de 20 de Março de 1810. “Alem dos objectos para o culto divino, consta da relação o seguinte:

1 Imagem de N. S. da Conceição	32\$000
1 Coroa para a dita	64\$000
700 Tijollos comprados no Rio de Janeiro á 19\$200....	134\$400
5 duzias de lages	20\$000
Mais 5 duzias	50\$000
Taboas para a Ordem	16\$000
No livro Caixa nos “Rendimentos dos annos de 1781 a 1824”, ás folhas 43, ha os seguintes lançamentos, no ano de 1804:	
Por huã medida de Malvazia	1\$280
Por meia dita de vinho	\$360
Biscoutos para os trabalhadores da obra, para andarem com ella na occasião do vigamento	\$420
1½ medida de vinho para os mesmos a \$640.....	\$960
Importancia das pedras para as janelas vindas do Rio de Janeiro	41\$600
4.000 tijollos vindos de S. Lourenço (em 1812).....	67\$200
As paginas 10 verso, do mesmo livro Caixa, ha as seguintes originaes receitas nos annos de 1788 a 89:	

"Joya da Irmã D. Joaquina de Lima, do anno de 1788, no valor de 15 novilhos que se venderão a 1\$600.....	24\$000
"Annuaes cobrados da dita Irmã, no valor de duas vacas, que se venderão por	2\$880
"Rendimento do aluguel das casas, na rua do Forte de 4 mezes	1\$920
Nos "rendimentos" de 1790—91:	
"Importancia da venda de huma morada de casas cita ao pé do Forte da Villa	8\$000
Entre as receitas de 8 de Outubro de 1812—1815:	
"Um donativo de 86\$000 de João de Abreu Soares para a compra de hum sino."	

"Recebido do Snr. Vito, por mão do Snr. Secretario, 75\$120, importancia do sino com 156½ libras, com que a Camara ficou de emprestimo e depois comprado e de como recebeu assinou comigo."

Nos recebimentos de 1816—17, ha a quantia de 1\$600 "do aluguel de hum caixão para conduzir thé a Igreja desta Ven.^{el} Ordem; (onde foi enterrado), o corpo do irmão Valentim José Coelho."

A Ordem possuia "um caixão forrado de preto engaloado", que juntamente com a urna, eram alugados por 9\$600.

Entre as despesas dos anos de 1814—1815, consta o pagamento da "importancia de 96\$200 de um sino que se mandou buscar no Rio de Janeiro," e nas dos anos de 1816—17, o pagamento de 2\$800 feito a José Joaquim do Rego Vianna, "musico que tocou o Fagote no dia da festividade do Patriarcha S. Francisco."

Em 1782 e anos seguintes, o Vigario do Culto Divino, do Ordem, recebia pelos seus serviços 50\$000 por ano. O Vigario José Joaquim dos Santos Pereira, recebeu 16\$000 por 40 missas e o padre Bernardo Villela, em 1785 recebe "640 reis por dez missas por vivos e defunctos."

Na reunião de Meza de 3 de Agosto de 1856 o irmão secretario propoz: "Que a vista dos maus resultados que tem apparecido, na faculdade que se tem de consentir que diversos sacerdotes morem no interior da Capella desta Ordem, resultando d'ahi grande prejuizo no decoro e asseio de objectos que pertencem a Ordem, resolvo a Meza que para sempre ficasse prohibido semelhante abuso."

Muita cousa ha nos velhos livros da Ordem, que para aqui não são trazidos para não alongar estes despretenciosos rebuscos.

Pelo exposto de inicio, verifica-se que a Ordem de S. Francisco foi aqui constituida antes de 1763, quando a do Carmo só foi em 1777.

A igreja do Carmo começou a ser edificada em 1800 e recebeu a benção em 1809.

A de S. Francisco não se sabe a data do inicio, da construção, mas pelo Termo de Doação, de Raphael Pinto Bandeira, datada de Julho de 1794, vê-se que nessa data já existia "principio de benfeitoria", mas só foi dada como pronta em Termo de 29 de Outubro de 1814.

Ambas irmandades desapareceram. O templo do Carmo, "o armazem com altares", como irreverentemente o classificou o Gal. Andréa, foi demolido em 1928 e quasi aos fundos onde existio, foi erguida a actual Matriz de N. S. do Carmo.

A deselegante Capela de S. Francisco, ainda lá está "encostada á Capella Mór da Matriz de S. Pedro", no dizer de Raphael Pinto Bandeira, sem os cuidados dos seus irmãos, que rarearam tanto, que não poderam mais dar-lhe assistencia e os que ainda possan existir, perderam mesmo o direito á sepultura, pois as Catacumbas que a Ordem mandára construir no Cemitério fóra das trincheiras, foram vendidas á Santa Casa. Mas o templo, mais que centenario, continua de pé a guardar no seu seio a ossamenta dos irmãos e a afirmar que a Ordem 3.^a de S. Francisco foi aqui constituida antes da do Carmo.

A FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL

Celso Martins Schröder

Como é sabido, a cidade de São Gabriel foi fundada pelos espanhóis no ano de 1801 nas proximidades do cerro de Batoví e sobrevivendo uma guerra entre Espanha e Portugal, foi a recente povoação tomada pelos nossos, registrando-se em 1814 a sua trasladação para o atual local, à margem esquerda do rio Vacacaí.

Havendo dúvidas a respeito de Antônio Alves Trilha ter ou não contribuído para a fundação da cidade, desejamos elucidar esse ponto obscuro da história de nosso torrão natal.

Vejamos primeiramente a origem da atribuição à Antônio Alves Trilha de papel preponderante na fundação da bela cidade fronteiriça.

Em um trabalho publicado, sem assinatura, no jornal local "A Pátria Nova", em data que não podemos precisar, mas que deve ter sido seguramente antes de transcorrer o centenário da fundação da cidade (a "Pátria Nova" deixou de publicar-se em 1906), consta que

"a povoação foi creada em campos da sesmaria do Vacacaí pertencentes ao falecido Antônio Alves Trilha, que mandou vir um engenheiro para medir e demarcar a povoação, o que se efetuou logo",

• que é repetido pelo nosso saudoso conterrâneo Otávio Augusto de Faria em seu "Esboço Monográfico do Município de São Gabriel" (1919).

Hemetério José Veloso da Silveira, em sua obra "As Missões Orientais e seus Antigos Domínios" (1909), relata que a idéia de reerguer a povoação espanhola de Batoví

"cedeu depressa ante a oferta generosa do cidadão DIOGO Trilha, que tendo adquirido por compra uma das já mencionadas sesmarias, no próprio local da atual cidade, cedeu meia légua em quadro para a povoação e o rocío".

O referido Otávio Augusto de Faria, em seu "Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul" (1914) • parecendo, pelas próprias expressões, ter-se baseado no autor precedente, com modificação, apenas, do nome do doador, diz que

“o cidadão A. Trilha ofereceu gentilmente meia légua em quadro para a povoação e o rocío, no local onde se acha a atual cidade, realizando-se a mudança em 1817”.

Aurélio Pôrto, nas anotações que fez às “Publicações do Arquivo Nacional” conhecidas por “Processo dos Farrapos” (1933), afirma que “em 1791, já nas proximidades do local ocupado mais tarde pela vila (de São Gabriel), se estabelecera com uma fazenda de criação Antônio da Costa Pavão, e, ainda mais tarde, DIOGO Trilha, que, ao se tratar de edificar nova povoação, cedeu meia légua em quadro para o rocío dela, um pouco distante da antiga aldeia (fundada pelos espanhóis). Foi o general João de Deus Mena Barreto, que ali tinha uma estância, quem promoveu a mudança da povoação, para o local em que está atualmente, em 1817”.

O coronel de engenheiros Adolfo Antônio F. de Seweloh, oficial alemão que serviu em nosso Exército na guerra com a Argentina em 1825-1828 e esteve em São Gabriel em 1827, tendo levantado uma planta, ou antes croquis, da povoação, conta em suas “Memórias” que ela “devia sua origem a um acampamento que tinha no lugar em 1813 o general João de Deus Mena Barreto”.

João Belém, em sua “História do Município de Santa Maria” (1933), diz que Antônio da Costa Pavão, natural de Santo Antônio da Patrulha, casou com Francisca Antônia da Pureza, natural de Viamão, e foi residir em Cachoeira, e

“tendo conseguido em 1791 uma sesmaria de três léguas nos campos de Caiboaté, transportou-se com a família para o local em que está hoje a cidade de São Gabriel, que ficava dentro da sesmaria que o vice-rei Conde de Rezende lhe concedêra”.

Pavão transferiu sua residência em 1798 para Santa Maria, cedendo sua sesmaria de Caiboaté a José Alves Trilha, que pouco antes casara com Maria Inácia da Pureza, sua primogênita, nascida em Cachoeira, é o que informa ainda João Belém, no seu mencionado trabalho.

Abrindo aqui um parêntese, esclarecemos que Maria Alvares Trilha (assinava-se Alvares e não Alves), filha dêsse casal, foi espôsa do general José Maria da Gama Lobo Coelho de Eça, Barão de Saicã, de cujo consórcio nasceu Maria Balbina da Gama, que casou com o marechal Manuel Marques de Souza, Conde de órto Alegre.

Na aléia central do cemitério de São Gabriel ergue-se singelo túmulo, que ostenta o expressivo epitáfio seguinte:

“A’ memória de minhas queridas avós Dona Maria Inácia da Pureza e Barozena de Saicã e de minha adorada mãe — Dona Maria Balbina da Gama Marques, tributo de gratidão”
atestando que as três ilustres damas supracitadas dormem seu último sono na necrópole local e que o monumento funerário se deve ao

afeto de Maria Manuela da Gama Marques, filha do Conde de Pôrto Alegre e esposa do ilustre gabrielense Dr. Augusto Alvares da Cunha.

Em sua recente obra "Aspectos Gerais de São Gabriel", publicada em 1941, sob os auspícios da Prefeitura Municipal de São Gabriel, relata o Dr. Fortunato Pimentel que a idéia de reerguer a povoação das proximidades do cêrro de Batoví

"logo cedeu ante a oferta do magnânimo cidadão DIOGO Trilha, que tendo adquirido por compra uma sesmaria de terras, no próprio local da atual cidade, cedeu meia légua em quadro para a povoação",

para mais adiante afirmar que

"em 1817, graças ao esforço do grande patriota que foi o brigadeiro João de Deus Mena Barreto, operou-se a mudança definitiva de São Gabriel para sua atual séde, em terras com uma área de meia légua em quadro, oferecida pelo cidadão Antônio Alves Trilha",

e não mais DIOGO Trilha, acrescentando que após a retirada dos espanhóis da povoação de Batoví e da condução da imagem do anjo Gabriel para São Rafael (no município de São Sepé)

"foi cedida meia légua de campo ao anjo Gabriel, na margem direita do rio Vacacaí, do passo da Lagôa até à Olaria".

Vejamos agora vários documentos que lançam por terra com a lenda creada em tôrno da pessoa de Antônio Alves Trilha.

No "Almanaque Literário e Estatístico de São Gabriel para 1913", organizado pelo hoje extinto Adolfo Lopes Barreto, foi publicada uma documentação, cedida pelo então secretário do município sr. major Porfírio da Cruz Metélo, a qual demonstra que os moradores circunvizinhos de Vacacaí e Batoví dirigiram uma petição ao governador do Rio Grande do Sul marechal Diogo Martim Afonso de Sousa Teles de Meneses, Conde de Rio Pardo, expondo a incapacidade da região de Batoví e sugerindo que fôsse a nova povoação localizada no campo em que estava estabelecido Antônio Alves Trilha, lembrando os peticionários que o campo de Trilha era grande e que êle não se havia apresentado na "Campanha passada", referindo-se, certamente, à guerra de 1811-1812 contra os argentinios e uruguaiois, que fôra dirigida pelo referido Dom Diogo de Sousa.

Nessa petição diziam, também, os suplicantes que "além da meia légua destinada pelas reais leis" fôsse concedida outra meia légua, onde os indigentes podessem localisar suas chácaras e que "não podendo o coronel João de Deus Mena Barreto (depois marechal e Visconde de São Gabriel) dar-lhes sua assistência, houvesse por bem o governante da capitania designar um official de sua confidência para dirigi-los e protegê-los".

Dom Diogo determinou em 8 de fevereiro de 1813 que o coronel Mena Barreto informasse a respeito e a-pesar-de ignorarmos qual foi

a opinião desse ilustre militar, vemos que em 16 de dezembro de 1813 resolveu o governador do Rio Grande do Sul que o juiz das sesmarias de Rio Pardo demarcasse meia légua em quadro no local pedido, negando, facitamente, a outra meia légua solicitada, pois silenciou sobre essa parte da petição.

Interrompendo, por um momento, nossa narrativa, recordamos que o nosso ilustrado conterrâneo Dr. Ernesto Pellanda, em artigo publicado no "Diário de Notícias", de Porto Alegre, em 1930, estranhou não constar do requerimento dirigido ao governador, as assinaturas dos suplicantes, nem a informação do coronel Mena Barreto. Como se pôde ver no livro "O Município de Alegrete", de Luiz de Araujo Filho, (1908), na petição que os moradores do chamado "Distrito de Entrerrios" fizeram ao governo, pedindo a fundação de Alegrete, não consta a informação (determinada pelo governador) do comandante do distrito, nem as assinaturas dos requerentes, explicando o autor do livro que nessa época não era praxe firmarem os requerentes as suas petições, o que, também, nos parece estranho.

Prosseguindo nossa narração, vemos os interessados, de posse do despacho do primeiro mandatário da capitania, solicitarem, em requerimento firmado por João de Deus Mena Barreto (pai do Barão de São Gabriel e avô do sr. Sebastião Mena Barreto), José Pinto da Fontoura (primo de João de Deus), Manuel Sabino Valente, Simão Gonçalves, Manuel Gonçalves da Trindade e Tomé Francisco da Silva, ao juiz das sesmarias de Rio Pardo capitão Paulo Nunes da Silva Jardim, que mandasse proceder à medição judicial da área concedida pelo governo "citando o réo Antônio Alves Trilha".

O referido juiz, nos primeiros dias de dezembro de 1814, já no governo do marechal Luiz Teles da Silva Caminha de Meneses, Marquês de Alegrete (que sucedêra a Dom Diogo de Sousa em 13 de novembro de 1814) determinou que o réo Trilha fôsse citado para apresentar os títulos que tivesse do terreno que chamava seu e que se procedesse à medição requerida.

Em 5 do citado mês, de Batóví, o escrivão ajudante do juizo das sesmarias Albino Francisco de Bem, notificou Trilha e no dia seguinte o jurado do alcaide Bernardo Vieira de Lemos certificou havê-lo intimado.

No dia 7 compareceram ao local da futura povoação, à margem esquerda do rio Vacacaí, os citados juiz e escrivão e mais o piloto do juizo João José da Câmara e seu ajudante de corda Manuel Pereira do Couto e com a presença do general João de Deus Mena Barreto, Tomé Francisco da Silva, Manuel Sabino Valente e Manuel Gonçalves da Trindade, deram início à sua tarefa.

O porteiro José Eleutério, depois de prestar ante o juiz o juramento dos Santos Evangelhos, "apregooou o réo Antônio Alves Trilha", a qual compareceu e havendo o magistrado lhe determinado que apre-

sentasse os títulos do terreno de que se achava de posse, declarou que não tinha título algum em seu poder, não esclarecendo, porém, se não existiam ou si encontravam-se noutro local.

Depois do engenheiro, ou piloto, como então se dizia, ter jurado que a agulha, com que ia proceder à medição, se achava com toda a suficiência necessária, assistiu o juiz à medição da corda, que era de couro trançado e tinha 110 metros de comprimento, e na costa de uma sanga que dividia o potreiro de Trilha e desaguava no rio Vacacaí, defronte à mangueira do mesmo fez cravar o marco peão da medição, a qual prosseguiu pela sanga abaixo, numa extensão de 1.661 metros até sua foz no rio, e pela margem esquerda deste, num percurso de 1.082 m. 40 até um banhado, ao qual afluem duas sangas que baixam da coxilha.

Do mencionado pântano, ia a linha demarcada varar a barra de uma vertente e restinga que nasce atraz do outeiro destinado ao novo povoado e perlongando a margem do rio, numa extensão de 1.100 metros, atingia o local em que o flúmen faz volta, para daí continuar, margeando-o, por espaço de mais 710 m. 60, até alcançar a ponta de baixo do Passo da Lagoa e foz de uma sanga que dividia a chácara de Tomé Francisco da Silva pela parte setentrional.

Dêsse ponto, percorria a linha demarcada 3.097 m. 60 até um capão de mato situado acima do Passo da Picada e daí mais 233 m. 20 até um ponto debaixo dêsse Passo, a-beira-rio onde foi fixado, ao pé de uma mata, novo marco de madeira. Do dito marco seguiu a medição, através de um banhado, abaixo de umas matas do mesmo pântano, numa extensão de 930 m. 60, até à ponta de fóra de uma mata, a-beira do banhado, onde foi chantado terceiro marco judicial.

Medidos mais 1.282 m. 60 até atingir a parte externa de um albardão ou lomba baixa, fincou-se nêsse local novo marco e após a medição de mais 6.424 metros, foi alcançado o marco peão, declarando o juiz terminado o trabalho.

Fazemos esta descrição baseados na cópia do auto de medição, publicada no citado Almanaque de Adolfo Lopes Barreto, a-pesar-de achármola um tanto confusa e passível de erros na parte que diz respeito à direção da linha demarcada e à sua extensão.

Segundo informação que nos deram, o original do documento não existe mais nos arquivos da Municipalidade, tendo o venerando sr. Porfirio Metêlo nos informado que Lopes Barreto (que mais tarde transferiu residência de São Gabriel e veio a falecer) extraviou diversos documentos que lhe foram confiados para serem publicados no Almanaque em apêço.

O piloto João José da Câmara levantou a planta da área demarcada, declarando que a mesma limitava a Léste com o rio Vacacaí e ao Sul, Norte e Oêste com terras de Antônio Alves Trilha, abrangendo 2.200.000 braças quadradas, ou sejam 10.648.000 metros quadrados.

Em 1.º de fevereiro de 1815 o escrivão Albino Francisco de Bem, na estância da Palma, distrito de São Diogo, fez os autos conclusos ao juiz das sesmarias e no dia 6, êste, na estância de São Francisco de Paula, no mesmo distrito de São Diogo, julgou por sentença a medição da periferia da futura cidade, frisando que

“sendo o réo Antônio Alves Trilha citado para a-mencionada medição, nada alegou, antes pelo silêncio em que foi achado mostrou o tácito consentimento que fez”.

Ignoramos qual o parentesco porventura existente entre José Alves Trilha e Antônio Alves Trilha. A espôsa de José, Maria Alves Trilha, já aparece viuva em 1814 e Antônio Alves Trilha era, no mesmo ano, lindeiro de campos de sua propriedade na costa do rio Santa Maria.

Em novembro de 1812 foram confiscados no distrito de Vacacaí e levados para o acampamento do marechal Joaquim Xavier Curado, em Conceição, 341 cavalos entre os quais se achavam 7 animais da estância de Antônio Alves Trilha e outros 13 do estabelecimento da “viuva do falecido Trilha”.

Em dezembro do mesmo ano de 1812, quando o coronel João de Deus Mena Barreto organizou em Batóví o 1.º regimento de cavalaria miliciana da Fronteira de Rio Pardo, comunicou ao governo haver “passado escusa por sobra de efetivo” ao furriel Antônio Alves Trilha, do distrito de Vacacaí.

José Alves Trilha era filho do espanhol Diego Trilha, natural de Antequera, e de Suzana do Rosário, nascida nas ilhas dos Açores. No município de Rio Pardo existe um arroio, afluente do Jacuí, que se denomina Diogo Trilha.

A medição do perímetro urbano de São Gabriel foi feita, como vimos, em 7 de dezembro de 1814. Entretanto, muitos meses antes dessa época, o governo vinha concedendo datas de terras no local que lhe era destinado, como se vê no livro n.º 1 do Registro de Terrenos e Sesmarias, existente no Arquivo Público do Estado.

No ano de 1814 Dom Diogo de Sousa fez doação, “dentro da meia légua destinada para a nova capela de Vacacaí” dos seguintes terrenos: (Devemos esclarecer que a concessão de meia légua de terras para a capela, não quer dizer que a doação fôsse para a igreja do padroeiro da povoação, como pessoas menos avisadas supõem, pois, naquela época, capela era sinônimo de povoação, designando-se “o continente pelo conteúdo”).

Em 2 de junho — a Simão Gonçalves — um terreno com 880 metros de frente, que se dividia pelos fundos com o rio Vacacaí, pela frente e norte com terras devolutas e ao sul com terras de Sebastião Rodrigues da Silva; — a João Batista Barreto (talvez um filho ilegítimo dêsse nome do general João de Deus Mena Barreto) — um

terreno com 660 metros de frente para matas devolutas e outros 660 metros de fundo para o rio Vacacaí, lindando pelo norte com terras pedidas por João Lemes e ao sul com uma vertente que ia desaguar no dito rio;

Em 3 de junho — a João de Abreu — um terreno devoluto com 660 metros de fundo e 660 metros de frente, que confrontava ao norte com terras de Francisco Inácio da Fontoura e pelo sul com João Batista Barreto;

Em 28 de junho — a Antônio de Carvalho Romualdo — um terreno com 220 metros de frente por 660 metros de fundo, confrontando com o rio Vacacaí e que lindava a oeste com terrenos devolutos e ao norte com terras de Luiz Antunes;

Em 14 de julho — a Francisco Inácio da Fontoura — um terreno devoluto com 660 m. de frente por 660 m. de fundo com frente ao rio Vacacaí e fundo a terras devolutas, extremando pelo sul com João Lemos e pelo norte com terras devolutas;

Em 30 de agosto — a Tomé Francisco da Silva — um terreno na margem do rio Vacacaí, contíguo ao Passo da Lagoa, com 440 metros de frente a oeste, por 660 metros de fundo a leste, balisado ao norte por uma vertente que aflúe ao rio Vacacaí e ao sul por outra vertente;

Em 31 de agosto — a Manuel Sabino Valente, um terreno com 660 metros de frente a oeste e 660 metros de fundo a leste, confrontando pelo norte com uma vertente que desagua no rio Vacacaí e pelo sul com outra vertente que divide as terras de Tomé Francisco da Silva;

Em 26 de janeiro de 1815 — (depois da delimitação da área da povoação) o governador Marquês de Alegrete, sucessor de Dom Diogo, concedeu a Maria Francisca de Moraes, um terreno devoluto com 440 metros de frente por 440 metros de fundo, que confrontava ao norte com a rua da Igreja, a leste com a fonte pública da freguezia e a oeste com terras devolutas.

Como se evidenciá, Sebastião Rodrigues da Silva, João Lemos ou Lemes e Luiz Antunes, que aparecem como lindeiros em concessões de terras acima citadas, não têm suas datas registradas no livro em que constam as que mencionamos.

Como o artigo publicado no jornal "A Pátria Nova", ao qual fizemos menção no início deste trabalho, se dizia baseado em informações prestadas à Irmandade do Anjo Gabriel pelo venerando ancião capitão Fidelis Nepomuceno de Carvalho Prates, conseguimos permissão de monsenhor Henrique Rech, virtuoso sacerdote que ha 34 anos rege

a poróquia de São Gabriel, para examinarmos o arquivo da mesma e nele encontramos cópia (não o original) das referidas informações e em original, esclarecimentos prestados na mesma ocasião por um dos operários que trabalharam na construção da primitiva igreja do Anjo Gabriel.

Resam o seguinte os dois referidos documentos:

"Offícios do Cap.m Fidelles Nepomuceno Prates, e Mel. dos Santos Corrêa, de data de 12 de Jan.º 1862 — dando os esclarecimentos que pedio-se ácerca da Capella do Padroeiro: (Cópia fiel dum documento enviado ao Exmo. Sr. Bispo).

Illm.º Sr. Recebi o offício de V. S.ª com data de 10 de Janeiro do corrente anno, pedindo-me em nome da Irmandade do SS. e Anjo S. Gabriel desta Paróchia, orientar à mesma Irmandade da maneira porque foi edificada a Capella, quem os contribuintes, ou pessoas que a fizeram; e a quem foi doada, se para o Anjo S. Gabriel, ou outra devoção; e assim mais esclarecimentos concorrentes a Criação da Capella e terrenos que fôrão doados ao mesmo Anjo.

Passarei a informar a V. S.ª, e aos mais Irmãos, do que a respeito tenho conhecimento, por ser um dos primeiros povoadores deste Município.

No Serro de Batuvy ainda hoje existem as ruínas de uma Capella em que estava o Anjo S. Gabriel, com paredes de taipa e no mesmo Serro ou perto d'elle existia no anno de 1801 uma guarda Hespanhola, cuja guarda desamparou esta Povoação precipitadamente; e Adolfo Charão, a frente de alguns homens armados, entrou na dita povoação, tomou conta della, e conduziu depois a Imagem do Anjo S. Gabriel em um rico nicho para sua estância de S. Raphael.

Algum tempo depois os proprietários dêsse Campo cederam meia légua d'elle nêsse lugar para o mesmo Anjo, e o Governo brasileiro ordenou que ahi se criasse e levantasse a Povoação de S. Gabriel; do que devem existir documentos na secretaria do Governo; porém conhecendo aquelles a não conveniência da Povoação, por circunstâncias fizeram com que esta se effectuasse depois nos Campos de Vacacahy, pertencentes ao fallecido Antônio Alves Trilha, mandou vir Engenheiro para medir e demarcar a Povoação, o que assim se effectuou.

Os primeiros habitantes levantaram um rancho coberto de palha (que o depois foi coberto de telha) no lugar em que se acha hoje a Capella do Anjo S. Gabriel, e para ahi foi a Imagem conduzida, e durante algum tempo nêste rancho se celebrávão os Actos Divinos.

Logo depois de trasladada a Imagem para o dito Rancho tirou-se um terreno assima do passo, que no meu tempo

chamava-se da Lagoa, e nesse terreno por toda a margem do rio edificou-se uma Olaria para o mesmo Anjo, em cujo terreno ainda hoje devem existir sinaes do forno dessa Olaria; ficando pertencendo ao Anjo toda a margem do Vaca-cahy, desde o passo da Lagoa até essa Olaria; e hoje pelo que me consta, acha-se este terreno povoado e dão-lhe o título de Aldêa dos índios.

Durante este tempo os Actos Divinos fôrão ministrados por dous sacerdotes Hespanhóes, e a estes veio substituir ao depois o Padre Felisberto (Nepomuceno Prates), que foi nomeado cura.

Este sacerdote logo procurou ver si levantava uma Igreja própria para o dito Anjo, por cujo fim me consultou, e mais aos fallecidos Tente Coronel Thomás Ferreira Valle e Franc.º José de Carvalho, Alferes Serpa, e Bernardo José do Canto e mais alguns que me não lembra presentemente; e todos concordaram com o dito padre quadejuvando com que permittissem as suas forças.

O cura tratou logo de mandar abrir os Alicerces no lugar da Praça em que marcava a planta para a Igreja; e depois de abertos os alicerces e parte já cheios, reconheceu que o Edificio que se ia fazer e que marcava a planta, estava além das forças dos devotos; e assim resolvemos os primeiros, a edificar uma peq.^a Capella propriamente para o Anjo, cuja Capella edificamos tomando a maior parte nella, deixando no lugar determinado para a Igreja Grande, e no fundo do terreno, uma meia água, pertencente ao mesmo Anjo, a qual servia para depósito de materiaes, e nella trabalharam os Carpinteiros, e guardarem as suas ferramentas; a qual ainda existe e ainda hoje nesta cidade existem officiaes Carpinteiros que nella trabalharam, como foi um d'elles Manoel dos Santos Corrêa que bem pôde informar V. S.^a quaes os habitantes desse tempo que tomárão parte activa nessa edificação.

Criou-se uma Irmandade de S. Gabriel por devoção da qual era Thezoureiro o Alferes Frc.º José de Carvalho, e procurador o Alferes João Rodrigues Souto (ambos fallecidos), os quaes recebiam esmolas e faziam pagamentos; e era essa Irmandade a que administrava e o depois se lhe entregou a Capella, por meia duzia de homens edificada, e por elles doada ao mesmo Anjo S. Gabriel; podendo portanto assegurar a V. S.^a, que esse edificio pertence ao mesmo Anjo, por ser sua Capella particular, feita com o suor do rosto de meia dúzia desses devotos, doada a elle e entregue à sua Irmandade por devoção, que della tomou conta, mandou vir à sua

eusta, certos preparos para a mesma Capella; bem como outros devotos, e euno número dëlles ,lhe demos várias alfáias e ornamentos sagrados de nossos Oratórios particulares; as quaes aquelle referido procurador, dellas tomou conta, e as tinha debaixo de sua guarda.

E' quanto tenho por emquanto a responder ao officio de V. S.^a, não podendo ser mais minucioso por estar alguma coisa já esquecido; mas si for mistér mais alguns esclarecimentos, estou prompto a satisfazer a Irmandade, mesmo para defender a propriedade e direito que ella tem à Capella particular de seu padroeiro. Deus guarde V.^a S.^a Fazenda da Caieira em 12 de Janeiro de 1862.

Illm.^o Snr. João Theodoro de Mello Sz.^a Barreto — Provedor da Irmandade do SS. e Anjo S. Gabriel.

Fidelis Nepomuceno Prates.

Reconheço como verdadeira a assignatura supra, do que dou fé. S. Gabriel, 8 de Fevereiro de 1862. Em testemunho de verdade. O tabelião Manoel Martins da Silveira Lemos.

(Documento original).

Illm.^o Senr. Respondendo ao officio que V. S.^a me dirigio pedindo-me esclarecimentos acerca da Capella do Anjo S. Gabriel cumpre-me informar a V. S.^a que vindo para esta povoação em 1831 achava-se as paredes da mesma Capella quasi levantadas e tomei conta da obra de carpinteiro a qual concluí recebendo meu pagamt.^o assim como os mais operários da mão do Thezoureiro da Irmandade de S. Gabriel o fallecido Franc.^o Je. de Carv.^o e quem administrava a obra e concorreo com a maior parte dos Materiaes enclusivel toda a pedra foi o Capm. Fiddelies Nepomuceno Prates o qual melhor mente poderá enformar a V. S.^a Outro sim informo mais a V. S.^a que desde que aqui cheguei sempre conheci uma Irmandade de S. Gabriel a qual também pertenci e esta tomou conta da Capella depois de feita e doada pelos que a fizêrão sendo Thezoureiro aquelle Carvalho e procurador o Alferes João Souto. Deos Guarde a V. S.^a S. Gabriel, 12 de Jan.^o de 1862.

Illm.^o Sr. J.^o Theodoro de Mello Sz.^a Barreto, Provedor da Irmadde. do S.S. e Anjo S. Gabriel.

Manoel dos Stos. Corr.^a.

Reconheço verdadeira a assignatura supra digo a assignatura retro do que dou fé. São Gabriel, 8 de Fevereiro de 1862. Em tt.^o de Verde. O Tab.am Manoel Martins da Silveira Lemos".

Pela leitura dos informes do capitão Fidelis constata-se que os mesmos é que deram origem à versão que atribui a Trilha a doação das terras para a fundação de São Gabriel.

Deve-se notar que o próprio informante alega “estar alguma coisa já esquecido” e que entre os fundadores da primeira igreja havia “mais alguns que me não lembra presentemente”, o que vem possibilitar alguma involuntária inexactidão nas declarações do venerando ancião, que em 1862 contaria, no mínimo, 76 anos e descrevia os fatos, de memória.

O capitão Fidelis faleceu em São Gabriel em 28 de outubro de 1865 e foi avô do Dr. Júlio de Castilhos e do desembargador Tito Prates da Silva, tronco, este último, de ilustre família gabrielense.

Quanto aos terrenos da “Aldeia dos índios”, no arquivo da paróquia ha um documento firmado em 25 de setembro de 1859 pelo general Barão de Saicã e sua esposa Maria Álvares Trilha da Gama, doando à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Anjo São Gabriel uma quadra de terras entre as ruas da Paz e de São Pedro, da qual o capitão João Bonifácio de Camargo levantou a planta em 1879, verificando-se por esta que a sua localização era nas proximidades da margem esquerda do rio Vacacaí, entre os passos do Fidêncio (hoje da Ponte) e da Lagoa. Nesses terrenos edificaram-se grande número de ranchos, pagando os seus moradores um aforamento à Irmandade.

Julgamos, pela exposição que acabamos de fazer, ter ficado demonstrado que Antônio Alves Trilha (que alguns autores mencionam com o nome de Diogo Trilha) não fez doação alguma de terras para a fundação de São Gabriel e muito menos mandou vir um engenheiro para, à expensas suas, delimitar a área da pretensa dádiva. Ainda que lhe pertencessem os campos, dentro dos quais mandou o governador Dom Diogo de Sousa fazer a demarcação requerida pelos moradores, ele nada poderia opor à resolução governamental porquanto as cartas de sesmaria costumavam resar que “sendo o governo servido mandar fundar alguma vila na área doada, o poderia fazer, ficando livre e sem encargo ou pensão para o sesmeiro”, além de ressalvar que “descobrimo-se nela rio caudaloso, que necessita de barca para se atravessar, ficará reservada em uma das margens dêle, meia légua de terras em quadro para a comodidade pública”.

A não ser que surjam documentos que desconhecemos e que compróvem o contrário, julgamos infundada a versão veiculada e achamos que Antônio Alves Trilha figura na fundação de São Gabriel como Pilatos no Crêdo.

São Gabriel, 29 de novembro de 1943.

PASSO FUNDO NA REVOLUÇÃO DE 1835

Franciseo Antonino Xavier e Oliveira

Ao irromper a luta civil portadora da malograda República Rio Grandense, teria o sítio da atual cidade de Passo Fundo, aí designado **Passo Fundo de Missões** ⁽¹⁾, cinco ou seis ranchos, uns de tábuas apenas lascadas, cobertos de bicas feitas das mesmas, e outros de estuque a barro e cobertos de capim ⁽²⁾; bem como pequena capela, também de tósco feitio, começada no ano anterior e consagrada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, sua padroeira ⁽³⁾.

Subordinava-se o lugar à, então, vila do Espírito Santo de Cruz Alta ⁽⁴⁾, em cujo município o seu território, compreendendo os atuais de Guaporé, Getúlio Vargas, José Bonifácio, Carazinho e Sarandí, a parte do de Iraí situada do rio da Várzea para leste e o triângulo entre os dois Jacuís e o arroio Grande, hoje pertencente ao mesmo município de Cruz Alta ⁽⁵⁾, formava distrito sob a numeração de 4.º e no qual, tomando-se por base o recenseamento do ano anterior, deviam já existir cerca de 140 fogões ⁽⁶⁾, sem dúvida circunscritos

(1) Na mesma estrada, que por aqui passava para São Paulo, havia, pouco aquém da atual cidade de Lagoa Vermelha, um outro arroio com o mesmo nome; razão pela qual, nas referências dos tropeiros, o daqui era assim designado.

(2) Tradição recolhida em "Terra dos Pinheiros", do autor, publicada em 1927.

(3) Veio a ser concluída em 1835. Era situada no mesmo terreno em que está sendo levantada a Catedral, porém não obedecia ao risco da praça respectiva, que só muito depois, entre 1897 e 1900, é que veio a ser traçada. Tinha tal capela a frente para nordeste.

(4) Elevada a essa categoria em 1834.

(5) O território de Soledade, que, em 1857, entrou na composição do município de Passo Fundo, aí criado, neste formando os três distritos de Restinga (5.º), Soledade (6.º) e Lagoão (7.º), devia em 1835 estar constituindo o 3.º distrito de Cruz Alta. Pelo menos, como tal e sob a denominação de **Botucaraí**, é citado em 1840, a págs. 574 da coleção d'O Povo, órgão oficial da República Rio Grandense, reproduzido em volume pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

(6) Em 1833 o número de fogões era 104, e constituía êle o 4.º quarteirão de São Borja.

aos campos (7), de vez que as matas eram infestadas pelos índios **Coroados**, mais conhecidas por **Bugres** (8) e que, bravios e nutrindo implacável ódio à gente civilizada, naturalmente constituiriam sério obstáculo a que esta se estabelecesse nelas (9).

Econômicamente, a maior fonte do distrito consistia na criação de gado e animais (10), seguindo-se como acessórios o fabrico da erva-mate, cuja árvore abundava mesmo nos capões e restingas dos campos (11); e a lavoura, em pequena escala atendida e limitando-se, principalmente, ao milho e feijão (12).

O comércio local era feito em três direções: com Rio Pardo, em cargueiros, pela estrada de Botucaraí (13), quanto à importação de fazendas, ferragens, molhados, etc.; com o ocidente da região e as fronteiras do sul e sudoeste da Província, em carrêtas do velho tipo de duas rodas, com tolda de capim, e tração a bois, por Cruz Alta, para a expedição da erva-mate, cuja venda em tais rumos propor-

(7) Menos nos de Nonoái, de que eram senhores os índios **Coroados** dos dois toldos situados, respectivamente, em Nonoái e Serrinha; índios êsses que permaneciam selvagens, e só anos depois foram trazidos à civilização.

(8) Pertencentes à nação **Caingang**, então disseminada nos sertões entre o norte desta província e São Paulo.

Dêles restam na área do antigo distrito os aldeamentos ou toldos de Água Santa, no município de Passo Fundo; Serrinha e Nonoái, no de Sarandí; Ligeiro, no de Getúlio Vargas, e Votôro, no de José Bonifácio, onde também, nas imediações do último de tais aldeamentos, estancaia pequeno grupo de **Guaranis** que, há poucos anos, veio do município de Santa Rosa e lá se fixou.

Pertencem êstes, pois, à nação indígena que ao tempo das Missões povoava o antigo distrito e nêle, com a destruição das mesmas, veio a ser substituída por aquêles.

(9) Ainda depois de 1840 o próprio trabalho de roças era perigoso até na orla da serra contigua á actual cidade de Passo Fundo, ponto onde então se verificaram assaltos e mortes, por êles praticados.

(10) Na linguagem camponesa desta zona, gado é sómente o vacum; os cavallares e muares são **animais**.

(11) A parte mais rica em ervas ficava do centro para leste do distrito, nas serras do Pessegueiro, de Cima, do Taquari, da Guabiroba, de São Domingos, do Carreteiro, do Ligeiro, do Rio do Peixe, do Mato Castelhana e no sertão do Urugual, hoje pertencente, em sua quase totalidade, aos municípios de Getúlio Vargas e José Bonifácio.

Com o rotineiro processo das derrubadas e queimas de mato para plantações; o abuso do corte da erva em tempo impróprio ou sem o intervalo necessário para a reconstituição da árvore, e depois, a colonização, os primitivos ervais foram grandemente desfalcados, mal que, entretanto, modernamente veio a ser reparado, em parte, pela cultura da espécie, da qual existem já muitas plantações dando cortes, algumas delas consideráveis.

(12) Ainda em 1859 a lavoura local era exigua, pois que, como se vê de estatística organizada pela Camara Municipal, se limitava aos productos que seguem com indicação da colheita respectiva: milho, 1.800.000 litros; feijão, 237.440; trigo, 19.200; batatas, 3.360; amendoim, 1.960 e arroz, 1.560.

(13) Passando pela capela, hoje cidade de Soledade.

acionava também a compra de artigos de importação, mas principalmente acionando a de gado vacum e animais para cria e tropas⁽¹⁴⁾; e finalmente com São Paulo⁽¹⁵⁾, em longa viagem a cavalo, pela estrada do Sertão Velho⁽¹⁶⁾, para a remessa de tropas de cavaleiros e muars, tanto invernadas como de criação própria.

Quanto ao comércio de balcão, tinha de ser mui reduzido e estreito, porque a tradição do tempo só alude a duas pequenas casas da espécie, estabelecidas no povoado e que pertenciam, respectivamente, a Manoel José de Araujo e Adão Schell, este alemão⁽¹⁷⁾.

Era juiz de paz do distrito Joaquim Fagundes dos Reis⁽¹⁸⁾, tendo por suplentes Bernardo Castanho da Rocha⁽¹⁹⁾, Rodrigo Felix Martins⁽²⁰⁾ e João dos Santos, todos eleitos em 1834, para servir por quatro anos⁽²¹⁾.

(14) Em "Oração ao Mate", do autor, publicada em 1935, foi demonstrada a influência importantíssima que teve este comércio na formação e desenvolvimento da economia do distrito.

(15) Nesse tempo a província de São Paulo compreendia também o território do Paraná, que aí formava a comarca de Curitiba e só veio a constituir província do Império em 1852.

(16) Floresta de 20 léguas de largura situada entre Curitiba, em Santa Catarina, e Rio Negro, no Paraná. Era infestada pelos Botocudos, índios que nela, até ao decênio de 1880 a 1890, fizeram número considerável de vítimas em seus assaltos e emboscadas. Foi nessa floresta que João da Silva Machado, mais tarde, Barão de Antonina, comissionado pelo governo de São Paulo, abriu, pouco depois da Independência, a chamada Estrada da Mata, pela qual passou a ser feito o trânsito das tropas.

(17) O primeiro retirou-se em fins de 1839 ou começos de 1840, e o segundo, no princípio da luta; voltando este, porém, a meio da mesma, e aquele, ao que parece, logo depois d'ele. Em "Annaes do Municipio de Passo Fundo", vol. I, e na citada "Terra dos Pinheiraes", do autor, há notas biográficas sobre ambos.

(18) Também com referência biográfica nos citados "Annaes".

(19) Igualmente com referência aos aludidos "Annaes" e "Terra dos Pinheiraes", bem como em "Seara Velha", também do autor.

Com alguns companheiros, fez a descoberta, em 1834, dos campos de Nonoái, assim chamados por ser esse o nome, aliás deturpado, do cacique dos índios Coroados que os habitavam; pois que, segundo tradição que no próprio lugar recolheu o autor, o mesmo se chamaria Nunuá.

(20) Primeiro morador, na fase brasileira, do território do atual município de Carazinho, que também, como já ficou dito em nota anterior, fazia parte do antigo distrito de Passo Fundo. Conforme os citados "Annaes" e "Terra dos Pinheiraes", lá estabeleceu-se ele, em 1827, próximo a Pinheiro Marcado, na sua fazenda de São Benedito, constituída em 1824. Tomou parte na Revolução, nas fileiras farrapas, alcançando o posto de tenente, com o qual é mencionado na citada coleção d'O Povo, págs. 582.

(21) Não conseguiu o autor descobrir os eleitos para os dois quadriênios seguintes. Provavelmente a situação revolucionária não teria permitido as respectivas eleições.

Assim exposto, em resumo, o que fôsse o distrito em 1835 e dada a conhecer a orientação do seu comércio com o resto da Província e do país, convém que as estradas, de que se utilizava êle para o giro mercantil, sejam examinadas com mais precisão, afim de apurar-se a relação que poderiam vir a ter com as operações militares da revolução que, aí começada, teria de preencher um decênio e constituir, como constituiu, a maior comoção política do Império.

Em sua convergência, as duas de Rio Pardo e Cruz Alta buscavam a aldeia de Passo Fundo, na qual se juntavam prosseguindo numa só para os campos de Vacaria⁽²²⁾, de onde, pela de Porto Alegre⁽²³⁾, que lá cruzava demandando o passo de Santa Vitória, no rio Pelotas⁽²⁴⁾, por Lages, Curitiba e Rio Negro era atingida a província de São Paulo⁽²⁵⁾.

Dada a importância que tinha então o comércio de muares e cavalares com a mesma província e do qual, quanto à primeira das espécies, era centro a feira de Sorocaba⁽²⁶⁾, de certo que pelo distrito de Passo Fundo teriam de passar não só as tropas que da região missioneira e parte meridional do Rio Grande se expedissem para tal ponto, mas, ainda, as comitivas que ou regressassem dessa viagem, ou, daquela província e outras da direção, nesta viessem fazer compras do gênero: isto porque sendo a histórica raia oriental das Missões constituída por larga e compacta barreira florestal⁽²⁷⁾, para transpô-la não havia outra passagem senão pela última das referidas estradas.

Era pois evidente que, assim colocada na Província, não poderia

(22) Designação que compreendia também os que depois ficaram sendo de Lagoa Vermelha.

(23) Por Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Cima da Serra.

(24) Recém aberto, devia já existir, no mesmo rio, outro passo, o do Barracão, pelo qual, por Campos Novos, se ia tomar a antiga estrada em Curitiba; variante esta que, por encurtar de muitas léguas a distancia que havia pelo de Santa Vitória, veio a tornar-se preferida para o transito das tropas que desta ou por esta região, vindas do sul, demandavam São Paulo.

(25) A outra estrada de tropas hoje existente para São Paulo, chamada de Baixo e que segue por Nonoai, Palmas e Guarapuava, só veio a surgir depois de 1845. Devido a isso, a precedente, por Campos Novos, passou a ser designada de Cima.

(26) A importância desta feira foi tal, que anos houve, no Império, de atrair mais de 100.000 muares. Já na República, foi transferida para Itapetininga, onde, porém, logo depois se extinguiu.

(27) Formada por prolongamento do sertão do Uruguai para o sul e que, por êste município e o de Lagoa Vermelha, se estende para o centro e leste do Estado constituindo a chamada Serra Geral. Entre os dois municípios, tal prolongamento hi-parte-se formando os matos Castelhano e Português e envolvendo, com êles, a ampla campina de Campo do Meio, pertencente a êste município e que é cortada em tôda estensão pela referida estrada de Cima, que tem um percurso de 18 quilômetros no primeiro e cerca de 9 no segundo de tais matos.

a circunscrição deixar de entrar na órbita da luta em referência, se não como teatro de pelejas, ao menos como itinerário de hostes combatentes.

Ao que parece, teria sido primeira operação militar a refletir-se no distrito, na revolução em tela, a em que José Mariano de Matos, vice-presidente da República Rio Grandense, retirando-se do cárcere de Porto Alegre e dirigindo-se a Lages, em Santa Catarina, de tal ponto regressou pela estrada de Missões, daqui, pela de Botucaraí, indo restabelecer aquêle cárcere: isto em 1838 ⁽²⁸⁾ e “sem que o chefe legalista Loureiro, que reunira pequeno número de partidários em Cruz Alta, lograsse estorvar-lhe os movimentos” ⁽²⁹⁾.

Teria este, pois, para cá se dirigido nesses dias, mesmo porque o comprova carta de Bento Gonçalves ao referido José Mariano de Matos e a Marcelino José do Carmo ⁽³⁰⁾, informando-lhes que o coronel João Antônio com parte da sua divisão operava sobre o Mato Castelhana, onde êle, Loureiro, se refugiara ⁽³¹⁾.

Depois dessa, em sentido inverso, devia ter passado, com a partida a seu mando, o capitão Joaquim Teodoro Prestes, do corpo de guardas nacionais de Cruz Alta, de que era comandante o tenente-coronel, depois general, José Gomes Porto (Portinho); pois que, como decorre de officio que a este dirigiu da costa de Pelotas, datado de 20 de novembro de 1839 ⁽³²⁾, para tal ponto seguira por ter conhecimento de estar em Curitibaos uma fôrça legalista comandada pelo major João Feliciano, que se dirigia a Lages para fazer junção com Cândido e Paulo Alano, que viriam de Santa Catarina ⁽³³⁾; fôrça essa cujos movimentos ia observar de perto, disputando-lhe a passagem do mencionado Pelotas e retardando-lhe o mais possível as marchas; sendo que, porém, quando lá chegara tinha encontrado já na posição o major Aranha ⁽³⁴⁾ com a fôrça respectiva, por ordem do qual transpusera o rio com 400 homens, a fim de tomar posição própria para cortar as comunicações de tais contrários, o que fizera alcançando Lages no dia 12 do referidô mês e pondo em fuga a fôrça dos mesmos, que lá estava ⁽³⁵⁾.

(28) Alfredo Varela, “Rio Grande do Sul”.

(29) Carta do marechal Elziário citada em “A Revolução Farroupilha”, do general Tasso Fragoso.

(30) Datada de 10 de fevereiro de 1838, do passo do Pesqueiro, no rio Cai, e referida na citada obra “A Revolução Farroupilha”.

(31) Aludia, sem dúvida, ao coronel Manoel dos Santos Loureiro.

(32) Citada coleção d’O Povo.

(33) O major Cândido Pereira da Silva Alano fazia parte da coluna do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, que a essa operação o enviara das imediações de Corisco, hoje Santa Cecília, na estrada de Rio Negro e Curitibaos.

(34) Joaquim Mariano Aranha, depois coronel.

(35) Citado officio do capitão Joaquim Teodoro Prestes.

Enviado pelo brigadeiro Francisco Xavier da Cunha quando este, à frente de coluna imperialista que vinha de São Paulo, se aproximara do rio Correntes, no atual município de Curitibaanos, em Santa Catarina, devia ter alcançado estas plagas, nos primeiros dias de dezembro de 1839, o capitão Hipólito Machado Dias, que, com uma forte partida de 100 homens de cavalaria, 20 fragueiros do Campo do Tenente, de infantaria, e os mais que pudesse reunir, conforme a ordem do mesmo brigadeiro, a 26 do mês anterior entrara por Campos Novos a fim de, passando o rio Pelotas junto ao Mato Português⁽³⁶⁾, “fazer mão baixa em tudo quanto fôsse farrapos até o registro de Santa Vitória, ou suas imediações”, aonde a tôda pressa ele, brigadeiro, se ia colocar⁽³⁷⁾.

Nessa marcha, o aludido capitão, prendendo um emissário farrapo e por este sendo informado que, de Cruz Alta, mandado pelo coronel Agostinho Mello, viria um reforço de 52 homens para os revolucionários⁽³⁸⁾, ao encontro de tal contingente se lançou vindo surpreendê-lo no Campo do Meio⁽³⁹⁾, matando-lhe o comandante, capitão Felisberto, mais conhecido por **Carne Preta**, e aprisionando 42 homens que, por serem legalistas “reunidos a ponta de espada”, aí não resistiram⁽⁴⁰⁾.

Consumindo tão decisivo golpe, o capitão legalista, tendo já 300 homens, avançou transpondo o Mato Castelhana e vindo fazer reunião de gente e cavalos aqui⁽⁴¹⁾, e tão célere e produtiva que logo após, deixando o tenente Lúcio⁽⁴²⁾ com 150 homens para continuá-la, com

(36) Ordem que revelava desconhecimento da topografia respectiva, pois que o Mato Português, pela estrada de Campos Novos, ficava a 12 léguas do Pelotas.

(37) Ofício do mesmo brigadeiro ao marechal Andréa, então presidente de Santa Catarina, transcrito em “A República Catarinense”, do almirante Henrique Boiteux.

(38) Deviam estes ser os, então, tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes e major Joaquim Mariano Aranha, que juntos operavam em Vacaria nessa ocasião.

(39) Segundo informação constante dos citados “Annaes”, do autor, e que deve ter sido colhida no arquivo da antiga Camara Municipal de Passo Fundo, o Campo do Meio, anteriormente subordinado à Vacaria, só viera a pertencer ao distrito de Passo Fundo em 1849.

Tal informação, porém, comporta exame, pois que, como se vê pelo “Histórico da divisão administrativa do Rio Grande do Sul”, de Otavio Augusto de Faria, a freguezia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, desmembrada da de Nossa Senhora da Conceição de Viamão em 1809, tinha por limite ocidental os matos do Uruguai desde o Mato Português até o Pelotas; e o município de Cruz Alta, ao ser creado, em 1834, pelo mesmo Mato Português era limitado ao oriente. Segue-se que o referido campo, situado á orla ocidental do dito Mato, não podia, por isso, de direito pertencer áquella freguezia, cuja jurisdição nêle só poderia explicar-se por ser muito mais próxima que Cruz Alta.

(40) Correspondência reproduzida na citada obra do almirante Henrique Boiteux.

(41) Idem.

(42) Idem. Não consta o sobrenome deste official.

perto do mesmo número que trouxera e grande cavallhada, retrocedia à busca do aludido registro de Santa Vitória, a fim de reunir-se à coluna a que pertencia ⁽⁴³⁾.

Também por aquí teria desfilado, provavelmente na segunda quinzena do mesmo mês de dezembro de 1839 ⁽⁴⁴⁾, e sem dúvida levando em seu quadro elementos passofundenses, de vez que fôra organizada no município a que pertencia o distrito, a **Leal Divisão Cruzaltense** congregada pelo tenente-coronel Vidal José do Pilar e que, sob o comando do coronel Antônio de Mello e Albuquerque ⁽⁴⁵⁾, aí seguira para Santa Catarina onde, a 12 de janeiro do ano seguinte ⁽⁴⁶⁾, no passo do Marombas, estrada de Campos Novos a Curitibaanos ⁽⁴⁷⁾, infligia sério revés ao tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes ⁽⁴⁸⁾, que pouco antes, a 14 de dezembro, no mencionado passo de Santa Vitória, desbaratara por completo a já referida coluna do brigadeiro Xavier da Cunha ⁽⁴⁹⁾, no mesmo dia em que a este se reunira, ido daqui, o capitão Hipólito Machado Dias ⁽⁵⁰⁾.

Da parte do aludido Teixeira Nunes, relativa a êsse combate de Santa Vitória ⁽⁵¹⁾, decorre que o major Candinho ⁽⁵²⁾, que operava

(43) Citada correspondência.

(44) Isto porque tal Divisão, segundo informa o general Tasso Fragoso, obr. cit., fôra organizada a 2 do mesmo mês, por ser o dia natalício do Imperador.

(45) Evaristo Afonso de Castro, "Noticia Descritiva da Região Missioneira".

(46) Data em que, acordemente, colocam tal combate Garibaldi, em suas "Memórias"; Araripe, em "A Guerra Civil do Rio Grande do Sul"; general Tasso Fragoso, obra cit. e outros, em divergência com Alfredo Varela, que em sua cit. obra, sem dúvida por equívoco, dá-o como travado a 2 de janeiro.

(47) Notando que sobre o local dêste combate havia certa divergência nas fontes escritas da história da Revolução, empreendeu o autor dêste trabalho a elucidação do assunto na tradição oral de Curitibaanos e Campos Novos, em Santa Catarina, se dirigindo entre outras pessoas em condições de informá-lo, ao atual prefeito do primeiro de tais municípios, sr. Solomão C. Almeida, cuja resposta, no caso verdadeiramente preciosa, acaba de receber e pela qual se vê que o local em referência fica próximo á estrada indicada, no campo ou fazenda da Forquilha, que começa a cerca de 8 quilômetros da cidade de Curitibaanos e se estende para o oeste ao rio Marombas, a 25 quilômetros da mesma cidade; tendo sido a ação iniciada no antigo passo de tal rio, logo abaixo do atual e ido terminar no ponto em que, a 5 quilômetros a leste, existe uma cruz assinalando as sepulturas dos heróis nela tomados.

(48) E' o que se infere das "Memórias" de Garibaldi, que de tal combate participou.

(49) Parte do mesmo Teixeira Nunes ao general Neto, na cit. col. d'O Povo.

(50) Cit. correspondência transcrita em "A República Catarinense", do almirante Henrique Boiteux.

(51) Cit. col. d'O Povo.

(52) O mesmo Candido Pereira da Silva Alano, já aludido.

em combinação com o mencionado brigadeiro, havia deixado 100 homens na picada do Mato Castelhana, informação que talvez encerre engano, visto que a força legalista naqueles dias vinda nesta direção, conforme já ficou dito, foi a do capitão Hipólito Machado Dias ⁽⁵³⁾.

Do seu quartel-general em "Pontos do Jacuí", a 8 de janeiro de 1840, comunicava o general Bento Manoel Ribeiro a Domingos José de Almeida, por officio ⁽⁵⁴⁾, que os legalistas capitaneados por Mello ⁽⁵⁵⁾, se achavam, no dia 4 do mesmo mês, no pòsto do Lara, em Campo do Meio ⁽⁵⁶⁾, e na véspera havia entrado em seu seguimento, pelo Mato Castelhana, o tenente-coronel Demétrio ⁽⁵⁷⁾, com 500 homens ⁽⁵⁸⁾.

(53) Acrescendo que, como decorre de officio de 28 de novembro de 1839, do brigadeiro Xavier da Cunha ao juiz de paz de Lages, officio êsse transcrito na cit. obra do almirante Henrique Boiteux, pelo mesmo brigadeiro foi mandado á dita cidade, então vila, para que se lhe dessem 100 homens, com os quais deveria reunir-se a êle, brigadeiro, na marcha que ia fazer na mesma direção.

(54) Cit. col. d'O Povo.

(55) Alude, evidentemente, ao coronel Antônio de Mello e Albuquerque.

(56) Pòsto, ao tempo das grandes fazendas de criação, nesta zona, era o boqueirão ou extremo das mesmas, no qual o fazendeiro colocava um agregado, designado posteiro, para atender á porteira ou passo que aí existia. O pòsto do Lara, pois, teria de ser situado não no lugar onde o mesmo fazendeiro teve a sede da sua fazenda, para o qual o autor, em "Apostillas Geográficas", reivindicou o antigo nome Pinhalzinho, que tinha caído em olvido e se trocava por Vendinha, e sim em uma das extremidades do campo respectivo.

Segundo informação do sr. Inácio Ribeiro de Oliveira, antigo morador nas imediações, o referido pòsto era situado um pouco aquém do mencionado Pinhalzinho, entre o lageado Despraiado e o rio Santo Antônio, na coxilha fronteira ao cemitério em que está sepultado Policarpo José de Oliveira: isto na estrada das tropas.

Segundo o mesmo informante, o mencionado Lara, cujo nome todo o autor não conseguiu descobrir, era capitão e andou com forças na revolução em tela, ao serviço da causa farroupilha, tendo sido preso e remetido para o Rio de Janeiro onde faleceu. Diante desta informação, é bem possível que se trata do mesmo Lara que, a 31 de outubro de 1837, foi derrotado e preso, pelo major Candido Pereira da Silva Alano, na fazenda de F. B. Pereira, situada a 12 léguas ao poente do registro de Santa Vitória, conforme consta da cit. obra do almirante Henrique Boiteux e, também, das "Ephemerides Brasileiras", do Barão do Rio Branco.

(57) Tratar-se-ia do tenente-coronel Demétrio Ribeiro, visto que em Missões operou ao serviço da República Rio Grandense.

(58) Não há no Município tradição alguma do resultado desta expedição, farroupilha, mas é líquido que tardia foi, de vez que as demais fontes informativas da grande pugna também não consignam qualquer choque, então, entre Mello e Demétrio. Aliás como do próprio officio aludido ressalta, levava aquêla dianteira de três dias; acrescendo que no trajeto a ser feito para alcançá-lo na posição em que se achava e que era de cerca de 11 léguas, — além do

Corrigindo-se na designação da procedência dêsse officio o erro tipográfico "Pontos", que transparece diante o artigo feminino incluído na contração "nas" que o precede, resulta haver sido êle expedido das pontas do Jacuí, correção que, à sua vez, abre margem a outra questão a ser esclarecida, a saber: tendo tal rio dois galhos com a mesma denominação de Jacuí, sendo um, o mais alto e volumoso, derivado da coxilha do Povinho da Entrada, no actual município de Passo Fundo, e o outro, de lugar situado, hoje entre os municípios de Cruz Alta e Palmeira, a qual dêles corresponderá a designação de que se trata?

Na falta de subsídios que permitissem uma solução rigorosa, tem o ponto de ser encarado à luz da situação politico-militar de então, na qual, evidentemente, a atividade que estava tendo o sector vacariano-catarinense da revolução, tanto não podia deixar de preocupar vivamente os que a dirigiam, que a própria vinda de Bento Manoel a Missões e a marcha do tenente-coronel Demétrio em tal direção, aí verificadas, bastam para o comprovar. Aliás é flagrante que a segurança da zona missioneira para a República dependeria da sorte das armas farroupilhas no setor aludido, cuja importância avultava pela dupla consideração de que, além de confinar com a parte do Império não associada à revolução, era por onde vinha do centro politico do mesmo a estrada que, em Curitiba, dividindo-se em duas⁽⁵⁹⁾, simultaneamente ameaçava Porto Alegre e as Missões.

Segue-se que o Mato Castelhana, então única porta de entrada de Vacaria para as últimas, e portanto, de forçada passagem para qualquer agressão militar que, por uma ou outra das mesmas estradas, nesta direção fôsse feita, posição estratégica de relevância, teria de ser e, nêsse caso, mais provavelmente ao pé dêle, sobre as nascentes do primeiro, e não sobre as do segundo, de tais galhos, situadas a cêrca de 14 léguas ao poente⁽⁶⁰⁾, estaria o referido general ao expedir o officio em tela.

Mato Castelhana, com quase três léguas de largura e apenas trilhado por estreito pique, o trecho immediato, no Campo do Meio, a cada passo desdobrava capões e restingas, a serem transpostos ou abeirados, circumstancia que se apropriando à urdidura de emboscadas ou surpresas pelo inimigo que estava na frente, sem dúvida obrigaria a constante vigilância e precauções a marcha de Demétrio, tornando-a morosa e fazendo com que, impossibilitado, por isso, de realizar o seu objetivo, provavelmente do do segundo dêsse trechos retornasse a Passo Fundo.

E' de considerar, entretanto, que si tal expedição tem podido se aproximar de Mello, entrando a acossá-lo, talvez não viesse o mesmo a lograr, no Marombas, a já aludida vantagem, que tão funesta seria para as armas republicanas.

(59) Por Lages e Campos Novos, respectivamente.

(60) Entre a actual estação ferroviária de Dois Irmãos, no município de Cruz Alta, e Tesouras, no de Palmeira.



Alferes Floriano José Rodrigues (Floriano Panta). Servindo á Legalidade, participou de varios combates, inclusive o de Curitiba. Finda a luta, veio residir no municipio de Passo Fundo, onde foi proprietário da fazenda do Pulador em que, hoje, se acha a estação ferroviária do mesmo nome.



CORONEL ANTONIO DE MELLO E ALBUQUERQUE

Posteriormente, de acôrdo com o seu colega e adversário politico dr Antonio Gomes Pinheiro Machado — informa o extinto historiador dr. Hemetério José Velloso da Silveira — apresentou, na Assembléia Legislativa Provincial, a que ambos pertenciam, o projeto de criação do municipio de Passo Fundo, convertido em lei que veio a ser promulgada por ato n.º 340, de 28 de Fevereiro de 1857

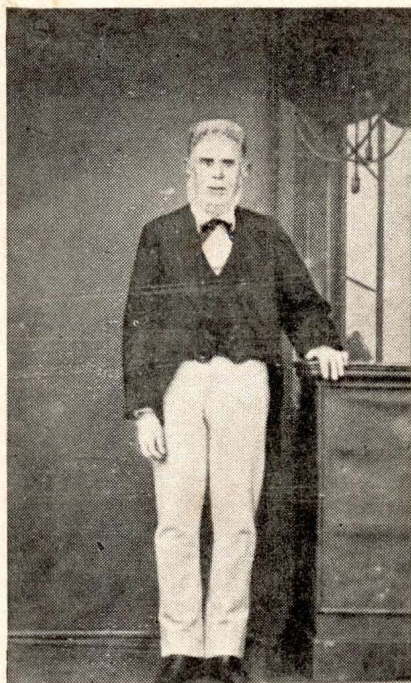


Capitão Manoel José de Araujo



JOÃO DA SILVA MACHADO
Barão de Antonina

Ainda que sem participação nas armas,
foi elemento cooperador importante da Le-
galidade, na comarca de Curitiba, de cuja
Guarda Nacional era, então, comandante.



Francisco Xavier de Castro



Adão Schell

No mesmo ano de 1840, a 7 de dezembro⁽⁶¹⁾, era Passo Fundo atingido pela coluna do general Pedro Labatut, organizada em São Paulo e que, de Lages onde estacionava, se pusera em mracha com o fim de articular-se às operações que o comando das armas legais na Província cogitava de realizar com o escopo de envolver e desbaratar as forças revolucionárias que sitiavam Pôrto Alegre, comandadas por Bento Gonçalves e Davi Canabarro.

A ofensiva em questão seria feita pela convergência das forças imperialistas que havia em Taquarí, Rio Pardo e outros pontos ao sul, apoiadas pela guarnição da Capital sitiada e mais duas colunas que, de Santa Catarina, avançariam uma por Tôrres, e outra por Vacaria; sendo que esta, comandada pelo mencionado Labatut, deveria interceptar, no mato do rio das Antas, a possível saída dos revolucionários para Missões.

Sabedores da marcha da última e compreendendo a situação grave em que ficariam se lhes fechasse ela a passagem referida, única pela qual, buscando a campanha, poderiam frustrar o ataque governamental em perspectiva, resolveram a retirada pela mesma, e, para isso, o segundo saiu com o grosso da força sitiante, em número de 1.200 homens, enquanto que o primeiro com o restante, perfazendo 500, mascarava a estratégia com simulada marcha sobre Tôrres⁽⁶²⁾, para depois, torcendo, ir alcançá-lo.

Atingindo Cima da Serra, Canabarro, ao invés de entrar no mato das Antas pela estrada que existia, toma por um pique lateral que em marcha vem abrindo e pelo qual, sob chuvas torrenciais, arrostando montanhoso solo, transpondo a nado rios desbordantes, numa provação terrível a que a própria fome se alia vitimando-lhe não poucos companheiros⁽⁶³⁾, e tendo, ainda, a acossá-lo o temível Chico Pedro⁽⁶⁴⁾, que em seu seguimento vinha, — por pouco não ataca pela retaguarda⁽⁶⁵⁾ ao general que, portador de grande confiança do Governo geral pelo relêvo que tivera nos dias da Independência comandando a expedição da Bafa⁽⁶⁶⁾, na forma do plano legalista em curso e tendo às ordens força numerosa, estava a barrar-lhe a passagem⁽⁶⁷⁾.

Diante manobra tal do inimigo que assim convertia em ofensiva uma retirada tão penosa quanto dramática pondo-o em cheque, Labatut, compreendendo a gravidade da emergência e achando o seu efetivo insuficiente para arrostar-la⁽⁶⁸⁾, resolve retirar-se e o faz

(61) Alfredo Varela, obra cit.

(62) Idem.

(63) Garibaldi, cit. "Memórias".

(64) Idem.

(65) Idem.

(66) Pandiá Calogeras, "Política Exterior do Império", vol. III.

(67) Alfredo Varela, obra cit.

(68) General Tasso Fragoso, cit. obra.

de logo, mas já sem poder tomar a estrada existente e sendo forçado, por isso, a lançar-se na mata, que tem de vir abrindo para passar e em cujo trajeto se vê obrigado a abandonar os canhões, por não ser possível transportá-los ⁽⁶⁹⁾; e, saindo no campo da Vacaria, para cá se dirige acossado por aquêle, jornada que se lhe torna desastrosa porque, além das dificuldades que são apanágio de circunstâncias tais, em que o ânimo de uma tropa de cai conforme aconteceu aí e o comprova a deserção de parte considerável da sua cavalaria ⁽⁷⁰⁾, ainda nos dois matos, que tem de transpor ⁽⁷¹⁾, é alvo da hostilidade dos já referidos índios bravios que os infestavam e, sabedores da sua aproximação, lhe armam três ou quatro emboscadas causando-lhe sérios prejuízos ⁽⁷²⁾.

Aquí chegado com a sua força nas condições que semelhante retirada permite ajuizar, e não encontrando os reforços que lhe haviam sido prometidos para, na forma de ordem que trazia, estacionar ⁽⁷³⁾; nem dispondo de cavalos para a remonta, porque não os tendo o distrito, embalde os procurara também em Cruz Alta ⁽⁷⁴⁾, obrigado se vê a pender para Rio Pardo, livre deixando a passagem aos dois chefes contrários que o seguiam.

Assim foi que, encerrando na última dessas localidades a sua infeliz expedição, em tórno da qual se levantaria forte polémica entre o general Andréa e o ex-presidente da Província dr. Saturnino de Souza Oliveira, que a respeito vem a publicar um folheto com o título "As operações de Passo Fundo", o general Labatut, alquebrado e doente, a 6 de janeiro de 1841 alcançava Pôrto Alegre ⁽⁷⁵⁾, sendo, a seguir, submetido a conselho de guerra pelo mau êxito da operação assim desenrolada, conselho êsse que, por sentença confirmada em instância militar suprema, lhe não achou culpa ⁽⁷⁶⁾.

Pouco depois de Labatut, aquí chegava Canabarro também, de cuja força fazia parte José Garibaldi, trazendo em sua companhia a Anita e o filhinho de ambos, Menotti, de poucos meses de idade ⁽⁷⁷⁾ e que os acompanhava em tôda aquela memorável retirada.

(69) Idem e Varela e Garibaldi, obras citadas.

(70) General Tasso Fragoso, cit. obra.

(71) O Português e o Castelhana.

(72) Garibaldi, cit. "Memórias".

(73) O Português e o Castelhana.

(74) Araripe, obra cit.

(75) Idem.

(76) General Tasso Fragoso, obra cit.

(77) Idem e Araripe, cit. obra.

(78) Citadas "Memórias" de Garibaldi.

Contrariamente ao que acontecera ao mencionado general legalista, nada sofreu dos índios essa força na passagem dos dois matos do trajeto de Vacaria para cá; antes, abertos lhe deixaram êles, para que visíveis fôsem, os alcapões que no caminho costumavam cavar e disfarçavam para colher e trucidar os viajantes (78).

Que atitude tal dos **Coroados** obedecesse a razão partidária, permanecendo êles, como permaneciam ainda, em estado selvagem e, portanto, sem contato com a gente civilizada, a não ser nos sangrentos assaltos que lhe faziam ou dela, em represália, eram alvo, de todo inadmissível seria.

Por isso e dado o intencional do fato, a explicação que lhe resta será a de que, sabedores de vir a força legalista de São Paulo, de cujos sertões haviam sido afugentados por perseguição que os obrigara a buscarem refúgio nos do Rio Grande do Sul (79), por êsse motivo e tendo, talvez, na dita força reconhecido algum ou alguns dos participantes de tal perseguição (80), desferrar-se quisessem hostilizando-a, sem o mesmo fazer à republicana por notarem que esta a combatia e, assim, indiretamente, em tal desfôrta os auxiliava.

Ao cabo de breve permanência aqui, fazia Canabarro junção com Bento Gonçalves, que havia ficado na Vacaria, e de lá chegara a 2 de Janeiro de 1841, seguindo ambos para o sul da Província, por Cruz Alta (81).

Dessas forças, quando encetaram elas, em Viamão, a retirada que vinham fazendo, eram sub-chefes Domingos Crescêncio, Joaquim Pedro Soares e Ismael Soares (82), sendo que o primeiro morreu em consequência da travessia da serra das Antas (83); o segundo, ao passar

(78) Idem.

(79) Evaristo Afonso de Castro, cit. obra.

(80) Hipótese tanto mais viável quanto é certo que tais índios, além de não perdoarem as ofensas que recebiam, embora longos anos contassem elas, tinham o dom de conservar na memória a feição do ofensor, reconhecendo-o sempre que o encontrassem.

(81) Informa Garibaldi, nas citadas "Memórias", que Bento Gonçalves com sua força alcançou a de Canabarro em Vacaria, onde esta última, saindo do mato das Antas, ficara durante alguns dias. Segundo se vê da cit. obra do general Tasso Fragoso, o mesmo Bento Gonçalves, em carta a José Gomes Porto (Portinho), escrita em Campo do Meio, no dia 1.º de janeiro de 1841, comunica ter feito tal junção a 27 de dezembro e acrescenta que daí a dois dias estariam ambos, êle e Canabarro, além do Mato Castelhana. Sem embargo, teriam as duas forças continuado a marcha separadas, porque, além do exposto e de informação de Alfredo Varela, obra cit., que autorizam esta conclusão, um extinto contemporâneo que aqui residia desde 1838, Adriano José Matias, ouvido pelo autor, entre outras preciosas informações, deu-lhe a de que Canabarro chegara primeiro, vindo depois Bento Gonçalves e seguindo ambos para Cruz Alta.

(82) Araripe, obra cit.

(83) Alfredo Varela, cit. obra, o qual, além dessa grande perda, consigna também a do tenente-coronel Coelho, ferido por uma emboscada na subida da mesma serra.

Bento Gonçalves por Vacaria, por este foi enviado a Santa Catarina, afim de ocupar Lages e lá permanecer⁽⁸⁴⁾, e só o terceiro, por conseguinte, devia por aqui ter passado na ocasião em tela.

Depois da aludida passagem de Bento Gonçalves e Canabarro, teria sido, segundo a tradição local, primeira força a aparecer no distrito de Portinho, em outubro de 1843, na retirada, que fez, de Cruz Alta para Rio Pardo.

Não obstante, é provável que no intervalo transitasse por aqui também o referido Joaquim Pedro Soares, na sua volta de Lages, pois que outro itinerário não teria para se reunir à força de Bento Gonçalves, a que pertencia, no sul da Província, dada a ocupação de Porto Alegre e adjacências pelas armas legais.

Da volta da força legalista que de Cruz Alta, ao mando do coronel Antônio de Mello e Albuquerque, seguira para Santa Catarina, igualmente não há memória na tradição de Passo Fundo. Talvez se explique isso por ter ela, na mesma província, se reunido à coluna Labatut e, nesse caso, com a mesma haver regressado em dezembro de 1840⁽⁸⁵⁾.

Na sua referida marcha para Rio Pardo, Portinho, das alturas da Estância Nova, no atual município de Carazinho, enviou para cá um

(84) Cit. obra de Alfredo Varela.

(85) Segundo informa o general Tasso Fragoso, cit. obra, quase toda esta coluna desertou no trajeto das Antas a Passo Fundo.

Deve, porém, ser consignado que a força cruzaltense, em cujo seio, como já ficou dito, provavelmente existiriam elementos do distrito de Passo Fundo, não podia deixar de sentir-se humilhada na Divisão do general Labatut, de vez que este, conforme carta do major Athanagildo Pinto Martins ao brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, presidente de São Paulo, da qual há cópia no arquivo do autor deste trabalho, com o único fim de espezinhar ao coronel Antônio de Mello e Albuquerque, comandante dela, tinha dissolvido; acrescento que, como o comprova informação do mesmo Labatut a seu colega e correligionário general Andréa, presidente de Santa Catarina, constante de carta referida pelo general Tasso Fragoso e também pelo almirante Henrique Boiteux, obras citadas, em julho de 1840 estava ela de há sete meses, e portanto desde a sua organização em Cruz Alta, sem receber soldo.

Igualmente convém ser esclarecido que o major Athanagildo aludido nesta nota, como se vê por carta do coronel João da Silva Machado, depois barão de Antonina, ao Ministro do Império Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, datada de 25 de Novembro do mesmo ano de 1840 e da qual também há cópia no arquivo do autor deste trabalho, coadjuvou a reunião e marcha da força cruzaltense até a ação do Marombas, em que foi ela vitoriosa; participação essa pela qual, juntamente com o coronel Antônio de Mello e Albuquerque e o tenente-coronel Vidal José do Pilar, é recomendado na mesma carta.

piquete ⁽⁸⁶⁾, naturalmente em exploração, tomando êle, com o resto da fôrça, pelo rincão do Pessegueiro e indo transpor o Jacui no velho passo, hoje fechado, que havia logo abaixo da barra do arroio Pinheiro Torto.

Aqui entrando inesperadamente, o referido piquete caiu de surpresa num grupo de legalistas que estava no lugar, pondo-o em fuga e perseguindo-o até a Entrada do Mato Castelhana, onde o aprisionou trazendo-o para cá.

De tal grupo fazia parte o capitão Manoel José das Neves, que, anteriormente, denunciara Joaquim Fagundes dos Reis, já aludido neste estudo, concorrendo para que, por ser farrapo, embora alheio à luta, fôsse remetido prêso para Pôrto Alegre e de lá, para a fortaleza de Villegaignon, no Rio de Janeiro, onde por algum tempo esteve encarcerado.

Levados à presença do mesmo Fagundes, que estava já de volta ao distrito, para que os julgasse ⁽⁸⁷⁾, êste, ao invés de aproveitar o ensêjo para desfôrra de agravo tal, empenhou-se em favor dos prisioneiros conseguindo que fôssem, todos êles, restituídos à liberdade ⁽⁸⁸⁾.

Da mesma diligência, o piquete aludido voltara mal de cavalos, situação em que, tendo de ir alcançar a fôrça a que pertencia, a qual já então se achava no Tope, caminho de Botucaraí, de qualquer modo precisava obtê-los.

Não obstante isso e ao contrário de os tirar à fôrça, recorreu aos moradores pedindo-os, com a declaração de que assim procedia, para que, mais tarde, se não dissesse de terem os republicanos feito a revolução para roubarem ⁽⁸⁹⁾.

Depois da expedição assim resumida, nenhuma outra veio ou passou por estas plagas, cuja situação, embora sob os efeitos da anormalidade que ainda reinava na Província, foi calma no resto do sangrento decênio.

Também já era tempo de cessarem os abalos de tão prolongada convulsão, pois que a miséria reinante nos dias da referida passagem de Portinho era tal que a população, reduzida à nudez e na falta de gêneros de primeira necessidade, que a preço algum podia obter

(86) Citados "Annaes do Municipio de Passo Fundo". Francisco Xavier de Castro, falecido em 1908, informava que, regressando de Rio Pardo, encontrara tal piquete pouco aquém da atual cidade de Soledade, e que o comandante do mesmo era o capitão José Antônio de Quadros, fazendeiro no Jacuizinho, hoje município de Carázinho.

(87) Cit. "Annaes".

(88) Idem.

(89) Idem.

por estarem cortadas as comunicações, tinha por único alimento a carne, e esta mesma sem sal e farinha, e difficil de ser obtida, por haver falta de gado ⁽⁹⁰⁾.

Contava aí, a povoação de Passo Fundo, apenas 9 casas, além da respectiva capela, sendo moradores das mesmas Manoel José de Araujo, Adão Schell, Isaías Pacheco de Quadros, José Prestes Guimarães, capitão Manoel José das Neves, Joaquim Manoel Simões, tenente Gaspar de tal, Francisco Xavier de Castro ⁽⁹¹⁾ e Maria de Lima, orçando a população por 60 almas ⁽⁹²⁾.

Tocante a encontros no distrito, entre os dois partidos em guerra, além das já aludidas surpresas, realizadas pelo capitão Hipólito Machado Dias no Campo do Meio, e pelo piquete de Portinho na aldeia de Passo Fundo, respectivamente, a tradição local menciona três tiroteios, sendo um sobre o arroio Miranda, próximo à ponte em que o transpõe a via férrea; outro no Bugre Morto, em lugar não precisado, e finalmente um outro, que teria sido o mais forte dos três, próximo à atual cidade de Passo Fundo, na coxilha entre o córrego do Lavapés e o mato do Jaboticabal; encontro este último entre força republicana ao mando de Demétrio ⁽⁹³⁾ e uma partida legalista, que percorria o distrito.

Sem embargo do estado de guerra, através do qual mantinha a acidentada existência, curou a República Rio Grandense de garantir a sua receita fiscal aqui, providenciando para que as tropas de animais, que seguiam para o norte, não fôsem expedidas sem o pagamento do imposto devido, cuja cobrança, nesta zona, estava afeta à coletoria existente em Cruz Alta.

Para isso, em officio de 1.º de outubro de 1838, de Piratini, o seu ministro da fazenda Domingos José de Almeida ⁽⁹⁴⁾, determinava ao major Antônio Vicente da Fontoura, chefe geral de policia do município de Cachoeira e coletor geral das coletorias do mesmo, Vacaria, Cruz Alta, Santa Maria, São Gabriel, Caçapava e Rio Pardo,

(90) Informação do mesmo Xavier de Castro reproduzida nos citados "Annaes".

(91) Natural da comarca de Curitiba, de onde chegara a 19 de setembro do mesmo ano de 1843, tendo, nos primeiros dias do mês seguinte, viajado para Rio Pardo, o qud lhe proporcionou o encontro a que alude a nota 86, acima.

(92) Informação do mesmo Xavier de Castro recolhida em "O Município de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908", do autor.

(93) Deve ser o mesmo a que alude a nota 57, visto não constar que outro com o mesmo prenome operasse no distrito com força farroupilha.

(94) Citada coleção d'O Povo.

que fizesse colocar na bôca do Mato Castelhana um bom destacamento, para compêlir os exportadores de tropas da espécie ao despacho delas na referida coletoria de Cruz Alta: medida que sem dúvida teria sido executada, de vez que há tradição, aqui, de guardas tanto na bôca ocidental do aludido Mato, como do outro lado dêle, em Campo do Meio⁽⁹⁵⁾: esta última explicável, talvez, pela mudança do pôsto respectivo do primeiro para o segundo dêsses lugares.

E' intuitivo, porém, que tal guarda, uma vez colocada, não poderia ser mantida com a superveniência das operações imperialistas que, em fins de 1839 e princípios de 1840, se verificaram no distrito⁽⁹⁶⁾; circunstância que talvez fôsse a causa pela qual o general Bento Manoel, em officio de 26 de janeiro de 1840, de Cruz Alta dirigido ao citado ministro⁽⁹⁷⁾, ponderasse a necessidade da colocação, no povoado de Passo Fundo, de um destacamento composto de 1 official, 1 sargento, 1 cabo e 17 praças: medida que teria sido posta em prática se se considerar a tradição de que, nesta cidade, sôbre a actual praça Tamandaré, existiu uma casa que, ao tempo, serviu de quartel⁽⁹⁸⁾.

Consoante o citado officio de Bento Manoel, impediria tal fôrça a saída de tropas sem o pagamento do impôsto e as protegeria na passagem do Mato Castelhana, que era o mais perigoso, afim de não serem assaltadas pelos índios, aí "exacerbados com o assassinato de infelizes bugras" praticado "a falsa fé"⁽⁹⁹⁾. Além disso, protegeria também os fabricantes de erva-mate, sujeitos ao mesmo perigo, e evitaria que por aqui passassem indivíduos sem portaria, de tal modo obstando a evasão de criminosos e desertores, e concorrendo para que os suspeitos, que apparecessem, de logo fôssem apresentados à autoridade, para as precisas indagações⁽¹⁰⁰⁾.

Com relação ao assassinato das bugras, acima aludido, fato do qual nenhum vestígio resta na tradição oral do Município⁽¹⁰¹⁾, di-

(95) Tal tradição foi objeto de referência em dois artigos das citadas "Apostilas Geográficas", do autor, que também lhe faz referência em "Seara Velha".

(96) Realizadas pelo capitão Hipólito Machado Dias, coronel Antônio de Mello e Albuquerque e general Labatut, e já mencionadas.

(97) Citada coleção d'O Povo.

(98) Informação do advogado Pantaleão Ferreira Prestes, recentemente falecido em Soledade e que era neto do capitão Manoel José das Neves, a quem pertencia tal casa. Veja-se o que a respeito é consignado nas citadas "Apostilas Geográficas".

(99) Citada coleção d'O Povo.

(100) Idem.

(101) Tratar-se-ia, provavelmente, de uma das batidas que, antes e depois, em represália de assaltos dos índios, a êstes levavam os moradores.

zia o mencionado general, em outro officio, datado de 24 de fevereiro do mesmo anno e dirigido, de Alegrete, ao referido Domingos José de Almeida ⁽¹⁰²⁾, que estavam a chegar ali os filhinhos delas, os quaes tencionavam mandar batizar e entregar a pessoas filantrópicas que se encarregassem da sua educação, e nunca a quem os quisesse pôr cativos, como era costume; mas que, entretanto, o destinatário de tal officio mandaria o que julgasse justo ⁽¹⁰³⁾.

Em resposta, o mesmo Almeida, de ordem do vice-presidente da República Rio Grandense, declarou que, convindo a tais crianças um tratamento acima do vulgar, "para convencer a nossos concidadãos do aprêgo que lhes deve merecer aquella raça infeliz e arrepiarem conduta" relativamente a ela, até aí "considerada como horda de feras, de que provém a guerra que nos faz", as enviasse à custa da nação ⁽¹⁰⁴⁾.

Depois disso e ainda no período revolucionário, a perigo oferecido pelos índios subsistiu no distrito, ocorrendo assaltos e mortes até nas proximidades da actual cidade ⁽¹⁰⁵⁾, o que também aconteceu no Mato Castelhana, onde, em 1845, foi por elles atacada uma comitiva de 14 pessoas que, com destino a Cruz Alta, vinham da Lapa e Ponta Grossa, em São Paulo ⁽¹⁰⁶⁾ e da qual faziam parte Fernando Martins França e Inácio Luís De Oliveira, cuja esposa aí pereceu ⁽¹⁰⁷⁾.

De quadra tal é que provém a tradição, ainda vivaz no Município, do bugreiro José Domingues Nunes de Oliveira ⁽¹⁰⁸⁾, que, morador à orla ocidental do referido Mato, servia de condutor aos tropeiros e viajantes na travessia d'ele, feita ainda pelo mesmo cerrado pique primitivo, bastando a sua presença para que nada sofressem dos índios, dos quaes era conhecido pelo **bichará** ⁽¹⁰⁹⁾ que usava; sendo que se, por qualquer circunstância, estava impedido de fazer esse mistér, emprestava o dito **bichará** a um dos viajantes da comitiva que tivesse de passar o Mato, a qual com isso o transpunha a salvo, por ficarem os selvícolas persuadidos de que elle, bugreiro, é que a estava passando.

(102) Citada coleção d'O Povo.

(103) Idem.

(104) Conceito que tem a comprová-lo, além de mais fatos da história nacional, o já exposto motivo da emigração d'esses índios dos sertões de São Paulo para os do norte do Rio Grande.

(105) Aludidos, em parte, nas citadas "Terras dos Pinheiraes", "Seara Velha" • "Apostilas Geográficas", do autor.

(106) Veja-se nota 15, supra.

(107) Dr. Hemetério José Velloso da Silveira, "As Missões Orientaes e seus antigos dominios".

(108) Aludido nas citadas "Terras dos Pinheiraes" e "Seara Velha".

(109) Pala grosseiro, de lá, tecido na campanha desta zona.

Na eleição de deputados à Assembléia Constituinte e Legislativa do Estado Rio Grandense, realizada em 1840, apenas 8 votos deu o distrito de Passo Fundo ⁽¹¹⁰⁾, resultado que demonstra quão nociva lhe fora já a situação criada na Província pela revolução, aí a meio do longo período que teria de preencher até seu termo final, constituído pela Paz honrosa que lhe estava reservada.

E não era para menos que assim acontecesse, se além da recruta de gente para as armas, e do arrebanhamento de gado e animais para a alimentação e transporte das forças, o sobressalto próprio de quadra tão grave determinara a emigração de grande parte dos moradores, tudo isso dando margem a que a terra chegasse à precária situação em que, como já ficou narrado, se achava em 1843, por ocasião da passagem da força do general Portinho.

Tocante aos elementos de uma e outra das bandeiras na população do distrito, assaz escasso é o que encerra a tradição do tempo.

Mesmo assim, porém, ressalta que a causa farroupilha teria tido prestígio aqui, pois que, como já ficou dito, embora sem parte na luta lhe pertencia Joaquim Fagundes dos Reis, cuja influência, além de outros títulos que o destacavam, tinha para comprová-la a sua eleição para juiz de paz, também consignada já; nas armas serviam-na, de certo que entre outros, os capitães José Antônio de Quadros ⁽¹¹¹⁾ e João Floriano de Quadros, o tenente Rodrigo Felix Martins ⁽¹¹²⁾, fazendeiros em Jacuizinho, no território modernamente desanexado para formação do município de Carazinho ⁽¹¹³⁾, e Manoel Joaquim de Brito, fazendeiro sobre o lageado que, devido a êle, ficou sendo chamado do Brito ⁽¹¹⁴⁾; e entre os que, em 1839, no município a que pertencia o distrito, concorreram no empréstimo aí aberto para a luta em prol da independência da Província ⁽¹¹⁵⁾, com o mesmo te-

(110) Citada coleção d'O Povo.

(111) A que alude a nota 86, acima.

(112) Um dos que, na sua carta de 18 de julho de 1840, dirigida ao então presidente da Província, dr. Saturnino de Souza Oliveira, e citada pelo general Tasso Fragoso em sua referida obra, o general Bento Manoel indicava para, mediante a sua retirada do partido da Revolução, com êle serem anistiados e garantidos.

(113) Criado em 1931.

(114) Conta-se que, na mesma revolução, perseguido pelo adversário e indo a disparada, a cavalo e de poncho, na direção de um rio de altos barrancos, para que o cavalo não estacasse ao ver a profundidade do mesmo, atirou-lhe aos olhos a aba do poncho, arremessando-o á água e logrando, assim, escapar á perseguição.

(115) Citada coleção d'O Povo.

nente Rodrigo figuravam o citado capitão José Antônio de Quadros e Manoel Jacinto Ferraz, também fazendeiro ⁽¹¹⁶⁾.

Do partido contrário, revelando que também influência teria, notam-se o já referido capitão Manoel José das Neves, em cuja fazendola situava-se a nascente povoação, hoje cidade de Passo Fundo ⁽¹¹⁷⁾; Bernardo Paes de Proença ⁽¹¹⁸⁾ e Manoel de Souza Duarte, fazendeiros no Pessegueiro e no atual distrito de Coxilha, respectivamente; o capitão Manoel José de Araujo, negociante ⁽¹¹⁹⁾; e, embora com residência na comarca de Curitiba, João da Silva Machado, Barão de Antonina, visto que, segundo a tradição, aqui possuía, ao tempo, as fazendas do Arvoredo, Cedro e Sarandí ⁽¹²⁰⁾.

Em outro trabalho ⁽¹²¹⁾, aludiu o autor dêste a um episódio ocorrido com o segundo dêsses legalistas, na quadra em estudo, resumindo-o da maneira seguinte:

"Nessa mesma guerra, em outra ocasião, chegou a sua casa uma força legalista cujo comandante, em conversa com êle, se queixava da situação precária de seus soldados, que de há muito não recebiam sôlido.

Ouvindo isso, entrou Bernardo Paes para o interior da casa, de onde pouco depois saía trazendo arrastada pela alça, uma canastra de onças, que pôs à disposição do comandante dizendo-lhe que delas se utilizasse para o pagamento de sua gente, o que o mesmo aceitou naturalmente comovido, podendo assim vencer a dificuldade em que se achava por falta de dinheiro."

Como se viu pelo que atrás ficou dito sôbre as operações militares do tempo, teriam sido o capitão Hipólito Machado Dias, o coronel Antônio de Mello e Albuquerque e o general Pedro Labatut os únicos que, à testa de forças legais, por aqui passaram então.

Com um dêsses comandantes, pois, deveria ter ocorrido tal episódio, restando apenas que, para apuração do mais ajustável, se examinem as circunstâncias da passagem de cada um dêles pelo distrito.

(116) No atual distrito de Coxilha.

(117) Onde estabelecera-se êle, com outros comprovincianos, paulistas, em fins de 1827 ou começos de 1828.

(118) Com referência na cit. "Terra dos Pinheiraes".

(119) Aderiu á legalidade por ocasião da passagem do tenente-coronel Demétrio, referida neste trabalho, tomando parte, em seguida, no combate de Rio Pardo, onde caiu prisioneiro, conseguindo, porém, evadir-se pelo modo que é narrado nos citados "Annaes do Município de Passo Fundo".

(120) Era comandante superior da Guarda Nacional da mesma comarca e auxiliou a reunião e abastecimento das forças que de lá vieram para o Rio Grande do Sul; sendo que, por estar impedido, deixou de assumir o comando da coluna que, depois, veio a ser comandada pelo general Labatut.

(121) "Tera do Pinheiraes" cit.

Quanto ao primeiro, enviado à operação ligeira, como o fôra, de uma coluna de formação recente e que, além disso, vinha a objetivo importantíssimo para a causa legal, evidentemente não poderia trazer o seu efetivo de sôlido atrazado.

À sua vez o segundo, empreendendo, de Cruz Alta para Santa Catarina, a marcha que aí empreendeu com fôrça de organização ainda mais recente, pois que fôra congregada e de logo se pusera em caminho para a mesma província, menos ainda poderia, nessa marcha, aqui chegar nas condições do episódio, que, de conseguinte, só se ajustaria ao terceiro e último, dada a precaríssima situação em que se viu na sua retirada por estas plagas.

Na antiga estrada que daqui seguia para o Tope varando o Jacuí no passo, hoje fechado, sito logo abaixo da barra do Pinheiro Torto, havia e deve haver ainda, porque o povo é tenaz conservador de lembranças da espécie, uma cruz de madeira pregada alto em secular pinheiro, rente ao qual se passava, em uma restinga de mato ⁽¹²²⁾.

Ao que se dizia, marcava, tal símbolo de fé cristã, fato da guerra civil em referência, mas qual fôsse êste, saber se não lograva: era mistério que dormia no longo tempo escoado, desafiando qualquer pesquisa que devassá-lo quisesse.

Mesmo assim, porém, devia ela, a velha cruz enigmática, figurar entre os demais vestígios da luta fratricida relembrada nestas páginas, mesmo porque, assim, bem poderá acontecer que venha a ser esclarecida por alguma versão, que porventura exista a respeito, até aqui ignorada ⁽¹²³⁾.

Depois, era êle expressivo fêcho a êste trabalho, de vez que no desdobramento das guerras civis é a morte que campeia, tingindo de rubro a devastação que assinala o caminho por elas percorrido ⁽¹²⁴⁾.

Passo-Fundo

1943

(122) Entre o referido passo do Jacuí e o do Brito.

(123) Sôbre o assunto conseguiu o autor, depois de elaborado êste trabalho, alguns dados, mas que, por insuficientes, reclamam pesquisas complementares.

(124) Além das obras citadas, consultou o autor a "História do Rio Grande do Sul", de João Mala, a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", "A Revolução Farroupilha", de Walter Spalding, a "História da República Rio Grandense", de Dante de Laytano, a "História do Paraná", de Romário Martins, o "Almanak do Rio Grande do Sul", de Alfredo F. Rodrigues, e outras, bem como o trabalho "Santa Vitória", do dr. Manoel Duarte, inserido no "Diário de Notícias", de Pôrto Alegre, edição de 20 de setembro de 1935, e ouviu inúmeras pessoas antigas do Município, entre as quais, não mencionadas nestas notas, o tenente-coronel Lucas José de Araujo e d. Candida de Araujo Schell, filhos do capitão Manoel José de Araujo; Joaquim Alves de Oliveira, d. Camilla Duarte Pimentel, Antonio Ribeiro Pinto Deiró, Pedro Paulo de Oliveira, Ignácio Ribeiro de Oliveira e Joaquim Lourenço Marcondes, dos quais obtive preciosos elementos informativos.

REMINISCÊNCIAS HISTÓRICAS DA GUERRA CONTRA O DITADOR DO PARAGUAI

J. O. Pinto Soares

O Almirante Tamandaré, comandante em chefe da nossa Esquadra em operações na bacia do Prata, a 1.º de Maio de 1865, pôz em estado de bloqueio todos os portos e águas do Paraguai.

Em consequência:

A 11 de junho, o chefe de divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, que bloqueava o rio Paraguai com as 2.ª e 3.ª divisões navais, empenhara-se durante 7 horas, em renhida batalha, com a esquadra inimiga.

Nessa batalha, que tomou o nome de "batalha naval do Riachuelo", no rio Paraná, a esquadra de Lopes ficou sensivelmente destroçada, e assumimos, dest'arte, o "comando das águas".

Estigarribia, que se encontrava em Uruguaiana, com o seu exército, sentindo-se impossibilitado de atravessar o rio Uruguai, capitulou, sob a pressão das circunstâncias, a 18 de Setembro.

As portas do inimigo estavam abertas à invasão.

Resultado:

A 16 de Abril de 1866, o exército brasileiro, tendo à frente o General Osório, que o comandava, invadiu o Paraguai, pelo rio Paraná, no passo da Pátria. Na véspera do dia dessa operação militar, Osório fez baixar a seguinte oportuna proclamação:

"Soldados do exército!

A margem do rio que tendes à vista é o termo das nossas fadigas e dos sacrifícios da nação brasileira. Chegou a hora da expiação para esse inimigo cruel, que devastou nossos campos indefesos e cometeu tantos atos de ferocidade contra populações inermes.

O ingrato a quem o BRASIL encheu de benefícios, verá agora que não nos impunha pela importância dos seus recursos: já, e muito tarde, vai conhecer que a política generosa do governo imperial em relação ao Paraguai era inspirada pela magnanimidade dos seus princípios e pela nobreza do caráter brasileiro.

Soldados e compatriotas: Tenho presenciado a vossa serenidade

no meio das privações, a vossa constancia nos sofrimentos. Tendes dado o mais belo exemplo de dedicação à pátria, a cujo chamado acudistes entusiasticamente, vindo dos mais longínquos pontos de todas as provincias do Imperio a reunir-vos aqui em tórno do pavilhão nacional. Aproveito este momento soléne para agradecer-vos em nome do BRASIL e do governo de S. M. o Imperador.

Soldados! E' facil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali em frente.

Não tenho necessidade de recordar-vos que o inimigo vencido e o paraguaio desarmado ou pacifico, devem ser sagrados para um exército composto de homens de honra e de coração. Ainda uma vez mostraremos que as legiões brasileiras no Prata SO' COMBATEM O DESPOTISMO e fraternizam com os povos.

Avante, soldados!

Viva o BRASIL! Vivam os exércitos aliados! — M. L. Osório, marechal de campo, comandante em chefe".

Osório foi o primeiro a pisar o território inimigo à frente de seu piquete.

Criticado por isso, pelos estrategistas de "cafés", declarou: "Pedi soldados; deram-me paisanos para combater. Eu precisava mostrar aos meus comandados que era capaz de ir até aonde os mandava. Eu precisava exemplificar a coragem".

A 24 de Maio travou-se a memoravel batalha de Tuiuti.

O General Mitre, Comt. em chefe dos exércitos aliados, em discurso proferido em Buenos Aires, em 1866, externou sua opinião da seguinte maneira:

"O General Osório não é o que se diz com espirito vulgar um valente; valente são muitos.

Para mim, elle tem outra qualidade mais estimavel — a prudência! O gênio militar do general e a sua estrategia fizeram-lhe pressentir a batalha de 24 de Maio. Dizia-me elle dois dias antes: um reduto, no centro do exército, bem artilhado, nos dará um importante "ponto de apoio" contra qualquer tentativa séria. Com effeito, a formidavel bateria que com tão sábia precisão tinha lembrado e estabelecido o General Osório no centro de nossa linha, ao mando do bravo general Mallet, salvou-nos da derrota".

O bloqueio, a Riachuelo, a Tuiuti, formam por assim dizer, uma especie de Waterloo da tirania de Lopes, que daí pordiante só fazia recuar, tentando duas vezes propostas de pás, recusadas, aliás, pelo Imperador do BRASIL até baquear para todo o sempre, às margens do Aquidaban.

Assim se externou o General Emilio Mallet:

"Osório era um gênio militar. Não comandava, sómente, brigava tambem. Não conheci outro General que dispusesse de um golpe de vista mais admiravel.

Era um chefe em todo o rigor da palavra.

De um relance, apoderava-se logo da situação e da do inimigo. Possuía a grande habilidade de saber ligar as operações ao terreno, de modo a tirar deste todas as vantagens”.

De fáto, nos momentos mais críticos da peleja, como aconteceu nesse dia 24 de Maio, em que o marechal Francisco Solano Lopes lançára, inopinadamente, contra nós quasi todo o seu Exército em operações, com o objetivo de uma batalha decisiva; quando a vitoria nos parecia indecisiva ou periclitante, a figura de Osório, sugestiva e dominadora, surgia no vasto cenário da luta, como que um faról iluminando de perto a estrada serêna do triunfo seguro.

Semi-envolto no seu ponche-pala solto ao vento e rendado pelas balas inimigas; cavalgando fegoso corcel; recordando a lança legendária que ostentava a bandeirola orgulhosamente tremulante ao sôpro do civismo — inflamava em sua passagem pelo campo de batalha aos proprios moribundos, e como que espalhava centelhas crepitantes de um entusiasmo, sadio e contagioso. Assim, nesse dia eternamente memorável de nossa história, em que nos campos de Tuiuti bateram-se como leões mais de 50.000 homens, sôbre a bôca dos canhões e das carabinas; a ponta das lanças e das baionetas dos soldados brasileiros, ficou anulada, em batalha campal, a ofensiva mais violenta, tenás e impetuosa da jornada paraguaia, e descrita a epopéia mais fulgurante dos feitos guerreiros daquela época.

A personalidade excelsa desse homem extraordinário, pode ser precisamente sintetizada nesta insofismável sentença: Militar, Osório foi um orgulho da raça!

Durante a campanha, Osório recebeu ferimentos por bala: levíssimos, no peito, na batalha de Tuiuti; gráve, no maxilar inferior esquerdo, na de Avaí.

Seu passamento deu-se a 4 de Outubro de 1879, e disse Ruy Barbosa, em nome da unanime Camara liberal: “Chefe liberal no país, Osório teve o privilegio de ser legendário em vida.

O partido liberal, como o país, não vê entre os seus guias, nenhum que mais merecesse as honras de *primus inter pares*, do que o nobre Marquês do Herval”.

Tobias Barreto, o festejado poeta sergipano, cujo centenário comemorámos em 1939, disse:

.....
“A’ frente augusta da História

“Assoma um grupo imortal

“Que um mesmo raio de glória

“Ligou: Caxias e Herval;

"Fulgôr de duas espadas
"Que sóbrias, enfastiadas,
"Daquele sangue servil,

"São as pontas do compasso
"Que traçou larga no espaço
"A evolução do BRASIL".

* *

Osório foi um desses vultos épicos, de rara envergadura moral e cívica, de virtudes evidentemente modelares, pairando sempre, em todos os tempos acima das egoísticas paixões...

Ninguém o excedeu na nobreza de caráter, na intrepidez de uma vontade, na honestidade privada ou pública, no primor da inteligência, na capacidade de comando, na personificação perfeita do patriotismo, no desprendimento pessoal, na lealdade, no cavalheirismo, na bravura...

Saiu da classe dos humildes, serêno e resignado, para a estrada escabrosa que lhe traçara o destino heróico.

Cresceu sobre a colina, coberto pela geada, castigado pelo miniano, envolto na fumaça dos combates, tudo pelo amor da Pátria. Começou, desse modo sua carreira, espinhosa porém gloriosa, acendendo constantemente, mas, a custa de seus próprios esforços.

Detestava a lisonja, porque tinha nítida consciência do seu valôr.

Liberal e abolicionista, donde o seu elevado espírito democrático. Coração magnânimo, têmpera de aço. Chefe de família exemplar, soldado modelar.

Não pertencendo à classe dos fidalgos, foi tudo quanto poderia ser — em um regime de privilegiados pela dinastia — um homem de sua têmpera: de cadete a Marechal; de barão a marquês; de simples eleitor a chefe de partido no país, Senador e ministro.

A ingratidão, a impostura, a ignorância, a torpeza dos homens, não conseguiram baquear-lo, nunca!

Baqueia aquêle que sóbe misteriosamente, por processos escusos, por proteção descabelada, ou quejandos.

E' como a árvore que cresce demasiada, sem apoio sólido em raízes proporcionais: baqueia, acossada pelo primeiro forte temporal, para jamais erguer-se!

Assim, também, os homens públicos.

SAUDAÇÃO DE BAGE'

Por ocasião da visita do exmo. sr. Presidente da República, dr. Getúlio Vargas, à cidade de Bagé, a 10 de outubro último, proferiu o coronel **Danton Teixeira** o seguinte vibrante discurso de saudação a S. Ex.:

"Exmo. Sr. Presidente da República.

Bagé nasceu do tropél dos centáuros.

Aquí se reuniu o Exército de Gomes Freire de Andrade, que foi libertar São Borja e as demais Missões de ocupação guaranítica.

Do baluarte de Vertiz e Salcedo, que demora a légua e meia daqui, Rafael Pinto Bandeira sagrou-se o patriarca destas campinas.

Do acampamento de Diogo de Souza, em 1811, surgiu o povoado que hoje se debruça na Serra de Santa Técla, e se engalana para receber V. Ex.

Nestes rumores de guerra viveu Bagé meio século. Por aquí passaram as hostes vacilantes de Alvear; por aqui andaram os ginetes Farroupilhas, que ensarilharam armas em Ponche-Verde e celebraram Te-Deum em nossa Matriz; aquí se reuniu parte das tropas que combateram contra Rosas, e ainda nestas paragens, Mena Barreto adextrou seus homens para o sítio de Paisandú.

Dessas rugas e dessas clarinadas ficou pulsando no peito desta gente, entranhado amor a estes rincões e é esta alma popular estuante de patriotismo que V. Ex. presencía, hoje, nos aplausos mercedos e espontâneos que o governo, a sociedade e o povo deste Município lhe tributam com tanto entusiasmo.

Sr. Presidente: — nada póde mais aspirar um chefe de Estado do que conseguiu V. Excia.: a estima, a confiança e a consagração dos brasileiros.

Ao saudar V. Excia., em nome deste Município, que é minha terra natal, e por deferência do sr. Prefeito, faço-o também, como comandante interino, em nome da 3.^a Divisão de Cavalaria.

Os bagéenses tiveram e têm nas serranias de Aceguá, um oráculo que os guiou nos dias aziágos ou difíceis. Daquelas alturas nos vêm ainda, na constância dos ventos, a voz profética daquele gigante que nos ensinou em vida o caminho das nobres atitudes e o culto da liberdade: — Gaspar da Silveira Martins.

Sr. Presidente: a alma do povo não mente, e por ela viu V. Excia. o grau da nossa estima. Posso garantir-lhe que nesta encruzilhada de nosso destino, o povo de Bagé, mais uma vez, acompanha confiante o eminente Chefe Nacional.

Apresento a V. Excia. as nossas boas vindas em nome da Guarnição e do povo desta cidade, que se orgulha de sua presença".

NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS

FLORIAN PAUCKE, S.J. — **Hacia allá y para acá** — (Una Estada entre los Indios Mocobies, 1749-1767) — Traducción castellana por Edmundo Wernicke, Primera Edición completa de la Obra. Advertencia por RADAMES A. ALTIERI. Tomo I. Tucuman — Buenos Aires, 1942.

O Padre Floriano Paucke, ou Baucke, nascido em 26-IX-1719, na Silésia, ingressou na Companhia de Jesus com 17 anos de idade. Veio ao Paraguai em 1748, para concluir o seu curso de teologia.

Após isso, iniciou a sua atividade entre os ferozes Mocobis do Grão Chaco. Compreendendor insigne da psique indígena, mostrou-se sempre afável, alegre e corajoso. Conquistou grandemente os corações dos silvícolas numa grave epidemia de varióla, que combateu com os maiores sacrifícios. Muito habilidoso, conhecia muitas indústrias e artes; edificou casas sólidas e uma igreja, onde montou um órgão. Em doze anos apenas de apostolado, Paucke transformou a "Redução" de S. Francisco Xavier numa comunidade modelo. Em 1763 fundou nova aldeia, S. Pedro. Mas já em 1767, em virtude do exílio geral dos jesuitas de toda a América espanhola, teve de abandonar os seus queridos índios, voltando para a sua província jesuítica da Boêmia, onde escreveu de 1778 a 1780 a história da sua viagem e suas peripécias. A obra de Paucke, interessante e instrutiva sob o ponto de vista geográfico, etnográfico e missionário, vai ser editada sucessivamente em diversos tomos pela Universidade de Tucuman.

Do 1.º volume, que temos à mão, merece destaque a azarenta viagem desde a Bohêmia, até a Espanha, através de Portugal, o Atlântico, o Rio da Prata, Córdova de Tucumã, e, finalmente, sua entrada na Redução de S. Xavier e a condição da aldeia. Com sua habitual graça relata o P. Paucke, no ultimo capítulo, as pragas dos cachorros sarnosos (uns 600), das moscas e pulgas, das rêses (umas 3 mil), das galinhas, dos gambás, das serpentes, etc., que de dia e de noite tudo invadiam, privando ao bom missionário do necessário repouso, sera

contudo lhe poder tirar o amor àquelas pobres almas. Para um sul-americano é leitura interessantíssima, realçada por 11 desenhos em policromia, do pincel de Paucke, sendo um dos mais curiosos o modo de se atravessar um rio caudaloso. Técnica e artisticamente "Hacia allá y para acá" (Para lá a para cá) é um trabalho perfeito em todo sentido. — L. G. J.

CORNEILLE, autor cômico. — por **Maria Carmen Cortese**. — Buenos Aires — 1943.

Este folheto da ilustre escritora Maria Carmen Cortese, editado na esplêndida série de trabalhos da Faculdade de Filosofia y Letras de la Universidad de Buenos Aires, pertence à secção intitulada Instituto de Estudios Franceses.

A senhora Maria Carmen Cortese revela nesse pequeno trabalho, profundo senso crítico e grande conhecimento da obra do imortal teatrólogo francês.

E' trabalho de mérito que nos apresenta o magnífico criador do Cid como autor cômico, mas não dessa comicidade vulgar, e sim elevada, comicidade que mais se aproxima do "humour" do que do cômico propriamente dito. E disso são prova evidente os excertos que apresenta a autora para provar sua afirmativa. — W. Sp.

ENUMERACIÓN SISTEMÁTICA DE LAS AVES DE ENTRE RÍOS, y lista de los ejemplares que las representan en el Museu de Entre Ríos — por **M. A. Freiberg**. — Paraná — Rep. Argentina — 1943.

Excelentes trabalhos tem divulgado, em suas memórias, o Museu de Entre Ríos, na cidade do Paraná, Rep. Argentina, fundado em 1917 pelo abnegado e erudito etnógrafo e etnólogo Prof. Antônio Serrano.

O que ora nos ocupa, sobre as Aves de Entre Ríos, do dr. M. A. Freiberg, faz parte dessas excelentes monografias a que seguidamente deverão recorrer os que se dedicam não só aos estudos ornitológicos como zoológicos, mas também geógrafos e botânicos e, mesmo, os escritores regionais.

Aí encontramos também na província de Entre Ríos nosso popular João de Barro — *Furnarius rufus* —, o lendário pervigil dos pampas, o Quero-quero — *Pelonopterus Cayennensis*, Gm., ou *Belonopterus chilensis lampronotus*, Wagler, além de outros.

Em suma: excelente trabalho científico sobremodo recomendável.

— W. Sp.

CONTRIBUCION A LA ZOOGEOGRAFIA,
TAXONOMIA Y ECOLOGIA DE LOS ACRIDOI-
DES DE ENTRE RIOS — pelo **Dr. José Lieber-**
mann. — Paraná — Província de Entre Rios —
1941.

Com dados colhidos em sua viagem realizada em janeiro e fevereiro de 1940 pela província argentina de Entre Rios, o dr. José Liebermann, acridólogo do Instituto de Investigaciones sobre la Langosta, do Ministério de Hacienda, Justicia e Instrucción Pública da Rep. Argentina, escreveu o presente trabalho estudando as zonas preferidas pelos acridoideos, o nosso popular gafanhoto, terror dos agricultores. E' trabalho muito interessante e de grande valor científico. — **W. Sp.**

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL — An-
tropologia ns. 2 e 3. — Rio de Janeiro — 1943.

Dois magníficos estudos divulgam os ns. 2 e 3 da nova série do Boletim do Museu Nacional: Notas sobre aculturação entre os Guajajara, por **Charles Wagley**, e Xamanismo Tapirapé, também de **Charles Wagley**.

Trabalhos de etnologia de grande valor, escritos por cientista, são essenciais para acurado estudo da sribus Guajajara e Tapirapé.

O primeiro estuda a aculturação daqueles amerícolos e o segundo a feitiçaria ou magia tapirapé durante a "festa do trovão".

O autor conclue dizendo que esse sistema de feitiçaria quanto à função do pagé, especialmente, mostra "notavel afinidade com outros povos Tupi-Guaraní".

E, em verdade, estudando-se todos os sistemas de magia e feitiçaria dos Tupi-Guaraní, encontramos semelhanças notaveis, semelhanças essas que bem merecem estudo especial para atingirmos sua origem ou fonte que bem pode ser,, segundo já foi alvitado, o xamanismo dos Samoidos. — **W. Sp.**

ESTUDOS SOBRE A LINGUA CAINGANGUE — Notas histórico-comparativas: dialeto de Palmas e dialeto de Tibagi — Paraná, — por **Rosário Farani Mansur Guérios.** — Separata do Vol. II dos "Arquivos do Museu Paranaense" — Curitiba — 1942.

Poucas são as obras sobre a língua dos Caingangue. Além de **Telêmaco Morosini Borba** cujo vocabulário foi publicado em 1882, conhecemos, apenas, o excelente ensaio seguido de vocabulário do Vis-

conde de Taunay, reeditado no volume "Entre nossos índios" (pags. 81 e sgts.) pela C.^o Melhoramentos de São Paulo.

Entre esse trabalho de Taunay (Entre os índios do Paraná) e o vocabulário de Telêmaco Borba, há divergências que o próprio Taunay aponta.

Entre esses dois e o que ora publica o prof. Rosário Farani Mansur Guérios há, também grande divergência.

Citando a esmo, temos:

Taunay: abelha = mangué.

Guerios: abelha = man (g).

Taunay-Borba: abóbora = Pejú.

Guerios = pehhú-Kux (o) n.

Borba: anta = Oión

Taunay: anta = Nhorón

Guerios: anta = óiôr

Borba: arco = uí

Taunay: arco = veié, guiá, Ueié

Guerios: arco = huí, h (u) ai, etc.

Borba: barriga = índu

Taunay: barriga = inajú

Guerios: barriga = dúg (n)

e assim por diante.

Verdade é que o vocabulário Taunay se refere aos coroados de Guarapuava e o de Guerios aos de Palmas e Tabagi.

Entre nós, fez uma tentativa entre os cocorados ou caingangues de Nonoái, o sr. prof. J. Tupi Caldas, mas, infelizmente ainda não publicou aquele seu ensaio que é, aliás excelente, pois tivemos a satisfação de lê-lo ainda em rascunho por gentileza de seu autor.

O trabalho, por tudo isso, que o sr. Guerios nos ofereceu agora é valiosíssima contribuição para acurado estudo da língua caingangue. — W. Sp.

VISCONDE DE SEPETIBA — **Hélio Viana.**
— Separata do vol. VII de "Centenário de Petrópolis. — Trabalhos da Comissão" — Petrópolis — 1943.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho é uma figura quase apagada de nossa história. Dí-lo o próprio autor deste trabalho, o sr. Hélio Viana, para provar o contrário. Realmente, Sepetiba foi apagado pelos historiadores, injustamente, como ficou provado na excelente biografia que temos sobre a mesa.

O sr. Hélio Viana tirando do esquecimento a que o relegaram o conselheiro Aureliano, depois Visconde de Sepetiba, e tirando as ares-tas do exagero dos poucos que dele trataram mais amplamente, fez

obra de mérito a que lhe devem ser gratos todos os historiadores modernos que buscam seus pareceres em fontes fidedignas e não em consagrados — bem ou mal — compêndios e “ensaios” que por aí andam ministrando mentiras e consagrando erros. — W. Sp.

FLORA DO RIO GRANDE DO SUL — (Plantas catalogadas neste Estado até hoje — 1820-1943). — pelos **Irmãos Augusto e Edésio**. — Porto Alegre — 1944.

Os estudos de nossa flora têm sido, ultimamente tratados com especial carinho. Dentre os beneméritos dedicados à Botânica, destaca-se o Rev. Irmão Augusto, da Ordem dos Lassalistas, cujos trabalhos, quer como pesquisador, quer como professor tem sido dos mais profícuos. Ao lado dele e colaborando com ele na árdua tarefa de pesquisas figura o Rev. Irmão Edésio, da mesma Ordem, e, como ele, professor no Ginásio N. S. das Dores.

O trabalho ora apresentado por ambos, — Flora do Rio Grande do Sul — compreende o exame das seguintes famílias: Borragináceas, Loganiáceas, Polemoniáceas, Oleáceas, Estiráceas, Simplicáceas, Geniáceas, Plumbagináceas, Primuláceas, Ebenáceas e Teofrastáceas.

E' trabalho de grande mérito científico e digno da mais ampla divulgação. — W. Sp.

Obras do Prof. Ildefonso Escobar:

- 1) **A Marcha para o Oeste** — Editora A Noite — Rio de Janeiro — s/d.
- 2) **Formação dos Estados Brasileiros** — Editora A Noite — Rio — s/d.
- 3) **Primórdios da Organização da Defesa Nacional** — Tip. Glória — Rio — 1943.
- 4) **A Língua Brasileira** — Um protesto em nome do bom senso. — Rio de Janeiro — 1942.

Eis um historiador e dedicado cultor de nossa língua — o prof. Ildefonso Escobar.

Suas obras, cujos títulos encimam esta breve notícia são obras de mestre, escritas com carinho e acerto, procurando edificar em terreno sólido e não como o fazem, no geral, os compendistas: copiar do que existe, consagrando erros.

“Marcha para o Oeste” é obra valiosa na qual, a par do historiador, brilha o sociólogo. E' livro que se lerá com interesse e proveito.

“Formação dos Estados Brasileiros” — é uma grande obra, pre-

eios, infelizmente demasiado resumida, em parte. Entretanto, para obra didática, é notável, especialmente o capítulo sobre o descobrimento do Brasil.

"Primórdios da Organização da Defesa Nacional" escrito em colaboração com o sr. Mário Hermes da Fonseca, é repositório do passado militar do Brasil e estudo detido da organização dos Tiros de Guerra, ressaltando o grande trabalho do benemérito Antônio Carlos Lopes.

"A Língua Brasileira" é veemente protesto contra a campanha para introduzir no Brasil uma "língua brasileira". Felizmente essa inglória campanha morreu como era de justiça morresse. Mas ficaram os documentos dos verdadeiros patriotas como o presente folheto do prof. Ildefonso Escobar.

O Instituto Histórico agradece a oferta desses quatro volumes. — W. Sp.

**Reminiscências de Porto Alegre — Por
Gaston Hasslocher Mazon — Porto Alegre —
s/d. (1944).**

Nosso ilustre confrade Gaston Hasslocher Mazon pertence a essa classe dos dedicados estudiosos da história da capital gaúcha.

Já em 1928 publicou interessante volume, completamente esgotado, sobre Porto Alegre, e agora, nos oferece mais um volume de Reminiscências.

É trabalho de grande mérito, infelizmente mal apresentado, pois o coronel Mazon não se preocupou em dar forma de estudos ou ensaios ou, mesmo, crônicas, às notas que escreveu e às entrevistas que concedeu para jornais e revistas. Isso, de certo modo, reduz o valor estético da obra.

Seja, porém, como fôr, "Reminiscências de Porto Alegre" ficarão para o historiador de amanhã como fonte preciosa de dados e informações curiosas, dados e informações que, também, serão de grande utilidade para o sociólogo e para o romancista. — W. Sp.

**A ACADEMIA MATOGROSSENSE DE LETRAS — (Notícia Histórica) — por José de
Mesquita. — Cuiabá — 1941.**

O desembargador José de Mesquita é um dos mais notáveis intelectuais de Mato Grosso. Jurista, sociólogo, historiador, romancista, contista, poeta, conferencista, em todas essas províncias da inteligência brilha como estrela de primeira grandeza.

Quem ler suas poesias, seus contos, seu romance (Piedade), seus

ensaios históricos e biográficos, fica admirando o insigne literato cuiabano cujo nome recordaremos sempre com simpatia e carinho.

O presente trabalho, notícia histórica da Academia Matogrossense de Letras, escrito com leveza, dá-nos uma visão panorâmica da vida intelectual de Mato Grosso. — W. Sp.

FRONTEIRAS E FRONTEIROS — por Castilhos Goycochêa. — Brasiliana Vol. 320. — C.^o Editora Nacional — São Paulo — 1943.

A Coleção Brasiliana da opulenta C.^o Editora Nacional acaba de ser enriquecida com mais essa obra de indiscutível importância histórica, da autoria do nosso ilustrado confrade Luis Felipe de Castilhos Goycochêa. Bastaria o nome do autor para recomendar o estudo minucioso dos acontecimentos em que o Brasil se viu envolvido ao fixar seus limites territoriais.

Todo o livro é uma alta expressão de análise versando sobre os mais curiosos feitos da nossa diplomacia. Lendo FRONTEIRAS E FRONTEIROS sente-se logo quanta riqueza histórica possui o Brasil, conhecida apenas por tradição e que, lentamente, por esforço dos nossos intelectuais, se vão tornando conhecidos, incorporando-se à grande história do Brasil.

Todos os temas, os mais complexos e afastados dos nossos dias, são proficueamente estudados pelo autor. Desde o Amapá até a Ilha da Trindade, Castilhos Goycochêa dedica sua inteligência em análises serenas, sem, em absoluto, fugir a uma paixão de justiça ao traçar comentários e fixar o julgamento definitivo sobre o desenrolar e o desfecho dos acontecimentos.

Precedendo os epílogos diplomáticos notadamente no extremo meridional, a ação bélica fez-se, de ordinário, sentir, nos primeiros séculos, em terras do Brasil. A pressão diplomática, as controvérsias, as crises, arbitragens, litígios prolongados, uma empolgante máquina de argúcia, inteligência e habilidade sob a direção dos chanceléres, todo esse sincronismo de uma potência patriótica, o autor expõe, história, comenta e analisa com evidente segurança e admirável conhecimento da matéria.

FRONTEIRAS E FRONTEIROS é um livro excelente, livro onde ha seiva, espírito, onde se condensa alto movimento histórico totalmente novo, o que lhe dá ainda maior relevo no cenário da literatura nacional. — O. S.

INTRODUÇÃO A' HISTÓRIA ECONÔMICA.
— N. S. B. Grass, Ph.D. — Livraria Martins
Editora — São Paulo — 1943.

O segundo volume da "Biblioteca de Ciências Sociais" que a Livraria Martins Editora nos apresenta, é, efetivamente, obra de gran-

de mérito. Trata-se de estudo minucioso, profundo, onde ha alto espirito de análise em face das conclusões obtidas nas investigações históricas procedidas pelo autor.

Desde a idade antiga, do estágio nômade dos grupos aldeões, dos sedentários até o período evoluído das cidades e das grandes metrópoles populosas, o celebrado economista e professor da Universidade de Harvard, expõe com agudez, racionalmente, num quadro de perfeita clareza histórica. Os fenômenos sociais e naturais que mais influíram na evolução da economia universal são igualmente analisados com admirável precisão. E' um oportuno e grande livro que a Livraria Martins apresenta à inteligência e cultura brasileiras. — O. S.

PONTOS DE MÉTODO DA FONÉTICA HISTÓRICA — Sobre a Origem da Flexão. — por Rosário Farani Mansur Guerios. — Tip. A. Cruzada. — Curitiba. — 1939.

São dois interessantes opúsculos nos quais o autor trata assuntos de linguagem. Seus estudos são muito bem expostos, sem confusão, não só no que diz respeito aos problemas comuns da glotologia como às mais subtis interpretações dos sons fonéticos.

O sr. Rosário Farani Mansur Guérios é autor de outros diferentes trabalhos sobre o vernáculo e revela-se profundo conhecedor da matéria em cujos livros sempre ha o que aprender dada a riqueza do nosso idioma. E' sempre com grande interesse que registamos livros dessa natureza. Felizmente, mau grado as confusões injustificáveis dos últimos tempos, parece que marchamos para um ponto definitivo e mais racional no que diz respeito à língua nacional. — O. S.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. — por João Daudt d'Oliveira. — Rio de Janeiro — 1943.

Enfeixa o opúsculo que recebemos o discurso inaugural do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, instalado na cidade do Rio de Janeiro em 25 de novembro de 1943. Esse memorável acontecimento reuniu no Palácio Tiradentes todos os estudiosos e maiores do assunto que foi então debatido. O Sr. João Daudt d'Oliveira, que foi o presidente efetivo do Congresso, proferiu uma peça oratória de grande expressão prática e de evidente observação dos fenômenos econômicos da atualidade. Bastaria isso para justificar a publicação em opúsculos desse excelente trabalho do eminente economista brasileiro. — O. S.

DISCURSOS. — pelo General João Pereira de Oliveira. — São Paulo — 1943.

O general João Pereira de Oliveira que é ilustrado militar e historiador, acaba de reunir em volume diversos dos seus discursos proferidos em solenidade, de diferentes épocas. Sua oratória revela atilado espírito e bela cultura onde os conceitos se ajustam admiravelmente ao tema exposto. São, por isso, peças que se leem com grande interesse notadamente pelo fato de todos os seus discursos condensarem alto grau de saber histórico e de análise ao estudar o caráter e os feitos dos grandes filhos do Brasil. — O. S.

CAUDILHOS ENTRERRIANOS — LÓPEZ JORDAN. — por Anibal S. Vazquez. — Peuser Ltd. — Rosário, Rep. Argentina. — 1940.

O sr. Anibal S. Vazquez acaba de divulgar um trabalho de história que muito se recomenda pela clareza, conceitos e autoridade com que trata do assunto. Estudando a figura empolgante do general D. Ricardo López Jordan, o autor faz alentado retrospecto dos acontecimentos históricos nos quais se viu envolvido o eminente general. Entre Rios é o cenário principal dos grandes episódios. E' ainda a revolução de 11 de abril de 1870 que mais empolga o autor. Comenta, também, o ilustrado historiador o infindável número de crimes políticos cometidos de 1810 a essa parte, retificando muitos feitos que passaram em julgado no consenso das gerações que se vem sucedendo. E' um livro que possui todos os méritos. — O. S.

GUIA BIBLIOGRÁFICA DEL FOLKLORE ARGENTINO. — por Augusto Raul Cortázar. — Imprenta de la Universidad. — Buenos Aires — 1942.

O presente volume é a primeira contribuição ao estudo do Folklore argentino do Instituto de Literatura Argentina sob a direção do eminente professor e brilhante homem de letras, Ricardo Rojas. E' um ensaio de indiscutível expressão cultural iniciando assim trabalho que merece os aplausos de todas as inteligências. Dia a dia se intensificam os estudos referentes à vida espiritual americana, às suas tradições, à sua cultura e aos fenômenos sociológicos e sua evolução no concerto dos povos em formação e da chamada raça histórica. Recolhendo esses materiais paulatinamente, os mais adiantados países da América terão em pouco tempo recolhido elementos para formar sua definitiva história em todos os setores da sua estrutura social, política, econômica e espiritual. — O. S.

SPINOZA. — por León Dujovne. — Tomo III dos Ensayos Filosóficos do Instituto de Filosofia da Universidad de Buenos Aires. — Buenos Aires, 1943.

E' mais uma admiravel contribuição ao estudo do grande filósofo semita, que a Universidade de Buenos Aires pela sua Faculdade de Filosofia e Letras acaba de divulgar. Esse novo volume, estuda a cerebração de Spinoza em diversos ângulos: sua vida, sua época, sua obra e sua influência. Só um grande pensador de aguda capacidade analítica poderia produzir SPINOZA, estudo altamente sereno e profundo. Os mais acurados comentários são feitos à sua teoria filosófica como a metodologia adotada pelo insigne filósofo Baruj Spinoza. A' todas as concepções e preposições o autor lança mão dos conhecimentos de sua bela cultura para melhor identificar o espírito do eminente filósofo holandês. — O. S.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS:

O Instituto Histórico agradece, penhorado, a remessa regular das publicações periódicas a seguir mencionadas:

REVISTA DE LA ACADEMIA COLOMBIANA DE CIENCIAS EXACTAS, FISICAS Y NATURALES — Vol. V — Julio a diciembre — Año de 1942 — n.º 48. — Bogotá — Colombia. — Diretor Jorge Alvarez Lleras. — O presente número é, aliás, como todos os anteriores, precioso. Ressaltamos a inserção, no presente n.º, em português, do trabalho de nosso consócio sr. Carlos De Paula Couto — "Os Orycteropus e os Manídeos na Systemática". — A respeito desse artigo a direção dessa gloriosa revista científica publicou a seguinte nota que transcrevemos com a devida venia:

"Solamente publicamos hasta ahora este interesante trabajo de uno de los más eminentes naturalistas brasileiros, porque dificultades debidas a falta de espacio nos lo habia impedido, a pesar de que el tal llegó a nuestra redacción a fines del año antepassado. Este trabajo representa por su autor como cooperación especial a la obra que adelanta nuestra Academia. Se publica en el idioma original en que está escrito, porque, conformemente com nuestros prospectos, las lenguas usadas en el Continente americano deben tener cabida en nuestra Revista ya que ella pretende establecer vinculos de unión y solidaridad cultural con todos los paises de América".

BOLETIM DE FILOLOGIA — Tomo III — Ns. 18-19. — Setiembre de 1941 — Marzo de 1942 — Montevideo — Uruguay — Diretor Prof. Dr. Adolfo Berro Garcia. — Publica, entre outros trabalhos de grande interesse, uma carta de nosso confrade Prof. Walter Spalding, sobre a origem do termo "macanudo".

UNIVERSIDAD CATOLICA BOLIVARIANA — Vol. IX — Abril — Mayo — Junio — 1943 — Ns. 30 y 31. — Medellin — Colombia — Diretor Prof. Dr. Felix Henao Botero. — Excelente Revista de cultura da grande Universidade colombiana.

BOLETIM DEL ARCHIVO GENERAL DEL GOBIERNO. — Tomo VII — n.º 2 — Guatemala — C. A. — Enero de 1942. — Diretor: Pro. J. Joaquim Pardo.

ARCHIVOS DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. — Año XVIII — Julio — Setiembre de 1943. — Tomo XVIII — 3.º — Buenos Aires.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO ARGENTINO — Comision Nacional de Cooperacion Intelectual — Buenos Aires — 1942.

BOLETIM DEL INSTITUTO DE INVESTIGACIONES HISTORICAS — Año XX — Tomo XXVI — Buenos Aires, Julio de 1941 — Junio de 1942 — ns. 89-92.

BOLETIM DEL INSTNTUTO DE INVESTIGACIONES HISTORICAS — Indice do tomo XXV — Año XIX — ns. 85-88 — Buenos Aires — 1941.

BOLETIM DEL INSTNTUTO DE INVESTIGACIONES HISTORICAS — Indice do tomo XXVI — Año XX — ns. 89-92 — Buenos Aires — 1942.

BOLETIM DEL INSTITUTO DE CULTURA LATINO-AMERICANO DE LA FACULTAD DE FILOSOFIA Y LETRAS — Universidad de Buenos Aires — Año VII — Buenos Aires — Setiembre — Octubre de 1943 — n.º 41 — Diretor: Arturo Gimenez Pastor.

THE CATHOLIC HISTORICAL REVIEW — Vol. XXIX — n.º 3 — October, 1943 — The Catholic University of America — Washington, D.C. — Excelente Revista do pensamento católico Norte-americano. Dentre seus estudos destaca-se, neste n.º, "The Date of Christ's Birth: Present State of the question" — by Francis X. Murphy.

THE SOUTHWESTERN HISTORICAL QUATERLEY — Vol. XLVII — October, 1943 — n.º 2. — Published by The Texas State Historical Association — Austin 12, Texas — Contem interessantes trabalhos sobre a Republica do Texas.

THE AMERICAN NEPTUNE — A Quarterly Journal of Maritime History — April — 1942 — Published by The American Neptune, Inc. Salem, Massachusets. — Vol. II — n.º 2 — Publica interessante artigo "Pre-Spanish Navigation Off the Andean Coast", by Philip Ainsworth Means.

GEOGRAPHICAL REVIEW — Published by The American Geographical Society of New Yor — Vol. XXXIII — October, 1943 — Number 4 — N. Y.

EM GUARDA — N.º 3. — Ano III — Para defesa das Américas. Publicação oficial de atualidade.

BOLETIM DO CENTRO RIOGRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS — Rio Grande — Vol. III — 1941. — Diretor Abeillard Barreto. — Publica este n.º três valiosos trabalhos: Memória sobre o Porto de S. Pedro do Rio Grande do Sul — 1798, por Conde de Liniers. Contribuições para a biografia de Silva Pais, por Artur da Mota Alves; e Indole da Legião Alemã de 1851, pelo major Fedor von Lemmers Danforth.

VISITA DOS JORNALISTAS DO INTERIOR A' COMPANHIA ANTÁRTICA PAULISTA — S. Paulo — 1943.

BOLETIM GEOGRÁFICO — Informações, Notícias, Bibliografia, Legislação. — Mensário do Conselho Nacional de Geografia — Ano I — Julho de 1943 — n.º 4.

IDEM — IDEM — Agosto de 1943 — n.º 5.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL — Vol. XCII — Prefeitura Municipal de S. Paulo — Depat. de Cultura — S. Paulo — 1943. — Diretor Francisco Patti.

REGISTO GERAL DA CÂMARA DA CIDADE DE SÃO PAULO — 1844-1845. — Vol. XXXIII — Dep. de Cultura — Prefeitura Municipal de São Paulo — 1943.

ATAS DA CÂMARA D ACIDADE DE SÃO PAULO — 1860 — Vol. XLVI. — Depart. de Cultura — Prefeitura Municipal de S. Paulo — 1941.
IDEM — IDEM — 1861 — Vol. XLVII — Idem — 1943.

LEGISLAÇÃO — Direção — Cícero Trindade e Rui Neto. — Porto Alegre — Ano I — n.º 8 — Outubro de 1943 e n.º 9 — Novembro de 1943.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO — Ano XXIII — XXIV — 1941 — 1942 — Tomo XLV — XLVIII — Cuiabá — Mato Grosso.

ANAIIS DO ITAMARATI — Ministério das Relações Exteriores — Vols. VI e VII (II e III da Coleção Cisplatina) — Imp. Nacional — Rio — 1942 — Diretor Aurélio Porto. Contem preciosa documentação sobre a ex-província Cisplatina. O vol. V, I da Coleção, ainda não foi publicado.

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO — Universidade de São Paulo — Janeiro — dezembro de 1942 — Vol. XXXVIII. — S. Paulo — 1942.

CADERNOS — Bibliotéca da Academia Carioca de Letras — Ns. 4 e 8. — Grafica Sauer — Rio de Janeiro. — Contem o sdiscursos e resposta dos académicos Ivan Lins, Luciano Lopes e Carlos Sussek-kind de Mendonça.

TRADIÇÃO — Revista de Cultura — Ns. 30-31 — 1942 — Recife — Publica interessante estudo sobre João Mauricio de Nassau, do sr. Américo Mendes de Oliveira Castro.

ANAIIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FILOSOFIA — 1942 a 1943. — Rio de Janeiro. — Ótima divulgação do movimento cultural da Sociedade Brasileira de Filosofia.